

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS – ESTUDOS DE LINGUAGEM

**HELDER REGINO DA COSTA SILVA**

**A MODALIDADE NOS DEPOIMENTOS DE RÉUS EM AUDIÊNCIA  
CRIMINAL: Um estudo sob a perspectiva da Teoria das Operações  
Predicativas e Enunciativas**

TERESINA

2018

**HELDER REGINO DA COSTA SILVA**

**A MODALIDADE NOS DEPOIMENTOS DE RÉUS EM AUDIÊNCIA  
CRIMINAL: Um estudo sob a perspectiva da Teoria das Operações  
Predicativas e Enunciativas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como exigência para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração – Estudos de Linguagem).

**Orientadora:** Prof. Dra. Maria Auxiliadora  
Ferreira Lima

TERESINA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

S586m Silva, Helder Regino da Costa.  
A modalidade nos depoimentos de réus em audiência criminal: um estudo sob a perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas/ Helder Regino da Costa Silva. – 2018.  
116 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima.

1. Operações Predicativas e Enunciativas - Teoria (TOPE). 2. Enunciação. 3. Modalidade. 4. Negação. I. Título.

CDD 469.5

**HELDER REGINO DA COSTA SILVA**

**A MODALIDADE NOS DEPOIMENTOS DE RÉUS EM AUDIÊNCIA  
CRIMINAL: Um estudo sob a perspectiva da Teoria das Operações  
Predicativas e Enunciativas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como exigência para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração – Estudos de Linguagem).

**Orientadora:** Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima (UFPI)  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Janete dos Santos Bessa Neves (PUC-RJ)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Angélica Freire de Carvalho (UFPI)

Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas!

Mário Quintana

## AGRADECIMENTOS

Segundo Cecília Meireles, “Nem tudo é fácil na vida... Mas, com certeza, nada é impossível”. Essa afirmação traduz muito bem o sentimento que agora se instala, tendo em vista que todas as dificuldades surgidas no decorrer dessa jornada não foram suficientes para eliminar a perspectiva do possível.

Por toda a força necessária para superar todas as barreiras, eu agradeço, primeiramente, a Deus, sem ele nada é possível.

Agradeço também à minha esposa Cínthya Nicoléia e ao meu filho João Marcelo, que constituem o meu porto seguro, minha fonte de inspiração para seguir melhorando sempre.

Agradeço à minha família, minha mãe (Deuzuita), meu pai (Agrimar), meus irmãos (Herlon e Elvis), minha sogra (Wilma), meu cunhado (Peter), por toda a paciência e exemplo.

Aos meus amigos pela compreensão da ausência e, em especial ao Nilton, à Luciana, ao Cássio, à Josélia, à Elizia, ao Isael e à Annie, por toda a força e companheirismo nessa caminhada.

Agradeço também às Juízas, Dra. Josane Araújo Farias Braga, pelo importante apoio inicial, e Dra. Anelise Nogueira Reginato por continuar acreditando.

Não poderia deixar de agradecer também, logicamente, à minha orientadora, Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima, que, fazendo jus ao nome, desempenhou com maestria seu papel e deu forma a esta pesquisa, e às Professoras, Dra. Joana Darc Rodrigues da Costa e Dra. Maria Angélica Freire de Carvalho, pelas prestimosas contribuições ao desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, igualmente, à Professora Dra. Janete Bessa dos Santos Neves, por nos conceder a honra de sua contribuição neste momento tão importante.

A todos, os meus sinceros agradecimentos. Sem cada um de vocês, nada disso seria possível!

Obrigado!

## RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar como a modalidade linguística é manifestada por meio das marcas enunciativas observáveis no interior dos enunciados que compõem o depoimento do réu em audiência criminal, verificando as operações envolvidas no processo de construção/reconstrução do sentido de defesa. Para tanto, foi necessário realizar a identificação das ocorrências das marcas representativas de valores modais construídos no interior dos enunciados analisados, as quais permitem o acesso às operações enunciativas subjacentes, relacionadas ao funcionamento da modalidade linguística. Esta investigação esteve fundamentada no âmbito da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE, buscando subsídios teóricos em Culioli (1968, 1971, 1983, 1990, 1991, 1995, 1999, 2002), em Campos (1989, 1997, 1998, 2004), e Neves (2006, 2012), dentre outros. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados enunciados provenientes de 4 depoimentos de 4 réus em situação de audiência de instrução criminal, os quais constituíram o *corpus* de análise do estudo. Durante as análises, verificou-se que, para o estabelecimento da defesa do réu, a manifestação do valor de negação se fez preponderante no decorrer da construção de sentido dos enunciados, observando-se a manifestação de valores de negação fundados na utilização da marca de negação “não”, na ocorrência de marcas temporais de valor negativo, além da ocorrência de valores modais epistêmicos e apreciativos. Espera-se, com a presente pesquisa, contribuir com o cenário dos estudos no âmbito da TOPE, apresentando uma perspectiva sobre o funcionamento da negação no decorrer de uma situação enunciativa que coincide com a situação de defesa do réu em processo criminal.

**Palavras-chaves:** Enunciação, TOPE, Modalidade, Negação.

## ABSTRACT

This research intends to analyze how the linguistic modality is manifested through enunciate marks observed into statements that compose defendant's testimony in criminal hearing, verifying the operations involved in the process to the meaning construction/reconstruction during the criminal defense. Therefore, it was necessary to make the occurrence identification of representative marks of modal values built inside the statements analyzed, which permitted the access to underlying enunciate operations related to the linguistic modality functioning. This investigation was supported by the Theory of Predicative and enunciate operations – TOPE, searching for theoretical background in Culioli (1968, 1971, 1983, 1990, 1991, 1995, 1999, 2002), in Campos (1989, 1997, 1998, 2004), and Neves (2006, 2012), among others. To develop this research, statements from four testimonies from four defendants in criminal instruction audience situation were used, which constituted this study's analysis *corpus*. The analysis consisted on the verification of the manifestation of negation values predominant during the statement's meaning construction supported in the use of the negation mark "no", in the occurrence of time marks of negation values, besides the occurrence of epistemic and appreciative modal values occurrence to establish the defendant's defense. This research expects to contribute with the study scenario of TOPE by presenting a perspective about functioning of negation during the enunciate situation that coincides with the defendant's defense situation in criminal processing.

**Keywords:** Enunciation, TOPE, Modality, Negation.



## LISTA DE SIGLAS

|  |  |
|--|--|
| TOPE .....                             | Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas |
| ( I ) .....                            | zona interior do domínio nocional                |
| (E) .....                              | zona exterior do domínio nocional                |
| (F).....                               | zona de fronteira do domínio nocional            |
| E1.....                                | Exemplo 1  |
| E2.....                                | Exemplo 2  |
| E3.....                                | Exemplo 3  |
| E4.....                                | Exemplo 4  |
| E5.....                                | Exemplo 5  |
| (S) .....                              | Sujeito  |
| (S <sub>M</sub> ).....                 | Sujeito Mediatizado                              |
| (T).....                               | Tempo  |
| (T <sub>M</sub> ).....                 | Tempo Mediatizado                                |
| Sit (S, T) ou (Sit <sub>0</sub> )..... | Situação de enunciação                           |
| (Sit <sub>M</sub> ) .....              | Situação de enunciação Mediatizada               |
| Dep1 .....                             | Depoimento 1                                     |
| Dep2.....                              | Depoimento 2                                     |
| Dep3.....                              | Depoimento 3                                     |
| Dep4.....                              | Depoimento 4                                     |
| SE1.....                               | Sujeito Enunciador 1 - Magistrado                |
| SE2.....                               | Sujeito Enunciador 2 - Réu                       |

## LISTA DE SÍMBOLOS

|   |   |
|---|---|
| $\lambda$ .....                                       | Representação da Léxis  |
| $\langle 0 \ 1 \ \pi \rangle$ .....                   | Esquema abstrato de constituição da Léxis                                       |
| $\pi$ .....   | Representação do predicado que estabelece a relação entre os argumentos (0 e 1) |
| $\underline{\xi}$ .....                               | Operador metalinguístico de localização   |
| $\underline{\exists}$ .....                           | Operador metalinguístico de localização em relação de alteridade                |
| $\notin$ .....  | Operador metalinguístico da negação   |
| $\lambda \ \underline{\xi} \ \text{Sit} (S, T)$ ..... | Localização da Léxis em relação à Situação de enunciação                        |
| (S <sub>0</sub> ) .....                               | Sujeito Enunciador  |
| (T <sub>0</sub> ) .....                               | Tempo da Enunciação   |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Esquema de identificação das zonas de composição do Domínio Nocional - Dalla Pria (2009, p. 57) ..... | 32 |
|---|----|

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>2 QUADRO TEÓRICO .....</b>  | <b>14</b>  |
| <b>2.1 Sobre as bases conceituais da Teoria: Sujeito, Subjetividade e Intersubjetividade, dentre outras.....</b> | <b>14</b>  |
| <b>2.2 Sobre a abordagem Construtivista e sua relação com os valores referenciais .....</b>                      | <b>22</b>  |
| <b>2.3 Sobre as atividades de Representação, Referenciação e Regulação.....</b>                                  | <b>28</b>  |
| <b>2.4 Sobre Noção e Domínio Nocional.....</b>   | <b>31</b>  |
| <b>2.5 Operações de Localização e as etapas para construção do enunciado ...</b>                                 | <b>35</b>  |
| <b>2.5.1 A Léxis e a Relação Primitiva .....</b>   | <b>37</b>  |
| <b>2.5.2 A Relação Predicativa .....</b>   | <b>38</b>  |
| <b>2.5.3 A Relação Enunciativa .....</b>   | <b>39</b>  |
| <b>3 ESTUDOS RELACIONADOS À MODALIDADE .....</b>   | <b>41</b>  |
| <b>3.1 Sobre outras concepções acerca da Modalidade.....</b>   | <b>41</b>  |
| <b>3.2 Sobre a Modalidade para a TOPE .....</b>  | <b>48</b>  |
| <b>3.3 Sobre os processos de Remodalização e Sobremodalização.....</b>   | <b>53</b>  |
| <b>3.4 Sobre o Mediativo.....</b>  | <b>57</b>  |
| <b>3.5 Sobre a Negação .....</b>   | <b>61</b>  |
| <b>3.6 Sobre algumas propostas desenvolvidas no interior da TOPE .....</b>                                       | <b>66</b>  |
| <b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>  | <b>70</b>  |
| <b>4.1 Sobre os casos que compõem cada situação enunciativa .....</b>  | <b>75</b>  |
| <b>5 ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS .....</b>   | <b>77</b>  |
| <b>5.1 Grupo 1 – Construção do valor negativo fundado na manifestação da marca “NÃO” .....</b>                   | <b>77</b>  |
| <b>5.2 Construção do valor negativo com manifestação de valor temporal .....</b>                                 | <b>90</b>  |
| <b>5.3 Construção do valor negativo com manifestação de valor epistêmico ....</b>                                | <b>97</b>  |
| <b>5.4 Construção de valor negativo com manifestação de valor apreciativo ....</b>                               | <b>104</b> |
| <b>5.5 Síntese das análises .....</b>  | <b>108</b> |
| <b>6 CONCLUSÃO .....</b>   | <b>110</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>112</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>  | <b>116</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Para conceituar a categoria da modalidade, Le Querler (1996, p. 14) a define como “l’expression de l’attitude du locuteur par rapport au contenu propositionnel de son énoncé”<sup>1</sup>.

É por meio dessa categoria gramatical que o sujeito enunciador imprime, no enunciado, sua subjetividade, ou seja, expressa opiniões, desejos, apreciações, graus de conhecimento e de certeza a respeito de algo do que se enuncia. Evidentemente, existem outras categorias gramaticais que, de certa forma, desempenham essa função, no entanto, este trabalho estará fundamentado essencialmente na observação sobre como a categoria da modalidade se manifesta nos enunciados do *corpus*.

A categoria da modalidade tem, constantemente, ocupado o lugar de objeto de estudo de diversas pesquisas, desenvolvidas nos mais variados campos. O universo de realização da pesquisa descrita por este trabalho, por sua vez, estará situado no contexto de realização de audiências criminais no âmbito do Poder Judiciário.

Acreditou-se, à época da definição sobre o *corpus*, que esse universo de pesquisa pudesse constituir terreno extremamente produtivo para os estudos relacionados à linguagem e, sobretudo, à modalidade relacionada à construção do sentido de defesa do réu.

As audiências criminais constituem parte integrante do devido processo legal a que deve ser submetido o acusado de cometer qualquer crime previsto no Código Penal Brasileiro. É nessa etapa que deverão ser ouvidos todos os envolvidos no processo, testemunhas e/ou informantes, além do réu, tudo no intuito de buscar a verdade dos fatos, a fim de evitar que um culpado possa ser absolvido, bem como que um inocente possa ser condenado.

No decorrer dessas audiências, é significativa a importância que se deve atribuir à versão do réu sobre os fatos que lhe são imputados, considerando que sua versão, muitas vezes, esclarece alguns pontos que não se conseguiu esclarecer pela oitiva das testemunhas. No entanto, o ordenamento jurídico brasileiro não

---

<sup>1</sup> “a expressão da atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado”.

permite que qualquer pessoa seja obrigada a criar provas contra si mesma, sendo com base nesse princípio, inclusive, que o acusado não é compromissado a dizer a verdade, sob as penas da Lei, sendo-lhe, simplesmente, colocado o alerta de que o seu silêncio não ocorrerá em prejuízo para a sua defesa.

O que acontece, portanto, é que, diferentemente de uma testemunha que apresenta seu depoimento à justiça, ao acusado é permitido mentir, sem que o mesmo venha a ser responsabilizado por isso.

Nessa esteira, observar a categoria de modalidade presente nos depoimentos de réus implica verificar o nível de comprometimento do sujeito enunciator com aquilo que enuncia, possibilitando a construção de uma compreensão acerca do modo de constituição de sua defesa.

Dessa forma, ao construir sua defesa por meio de seu depoimento, o acusado compromete-se ou não com o conteúdo daquilo que enuncia, evidenciando diversificados graus de validação que ele próprio atribui aos enunciados. São esses comprometimentos e graus de validação que se buscou analisar a partir da presente pesquisa.

Mas, até que ponto as modalidades presentes nos enunciados irão contribuir para a produção da defesa do réu, que busca persuadir, convencer, ou mesmo compartilhar, com o coenunciador, do conteúdo do enunciado? Como o sujeito enunciator se compromete ou não com seu enunciado através da modalidade? Como se dá a construção do valor modal de negação por parte do sujeito enunciator?

É com base nessas questões norteadoras que se propôs analisar as marcas de modalidade presentes nos textos de réus, verificando como a modalidade contribui para a construção da defesa do réu, fundamentada na construção da negação.

Parte-se da hipótese, por exemplo, de que para a constituição da defesa, o sujeito enunciator localiza suas ocorrências em relação à validação das relações predicativas, principalmente, na zona exterior do domínio nocional.

Nesse sentido, toda a análise desenvolvida para a obtenção dos resultados está fundamentada no âmbito da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE, de Antoine Culioli, cuja base fundamental centra-se na ideia de que todo enunciado é resultado de operações subjacentes, desenvolvidas em nível mental e comprometidas com a construção/reconstrução da significação.

Em que pese a grande variabilidade de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos sobre modalidade, acredita-se que o tema ainda tem muito a ser explorado, contribuindo sempre para o crescimento do universo científico.

Sobre estudos de modalidade, é preciso que se ressaltem as importantes contribuições, por exemplo, das pesquisas desenvolvidas, primeiramente, por Guiradelli, Nogueira, Silva e Silva (2011), e a pesquisa desenvolvida por Tfouni, Pereira e Mosca (2013), dentre outras que contribuíram sobremaneira, e mais diretamente, para o desenvolvimento desta, como as pesquisas realizadas por Campos (1997; 1998; 2004) e por Neves (2006; 2012).

Tais pesquisas, de certa forma, motivam a realização de novas, buscando-se diferentes olhares e, conseqüentemente novos resultados, sempre no intuito de contribuir com o universo científico e, sobretudo, com o aprofundamento da teoria.

Com base no aparato teórico fundamentado no âmbito da TOPE, a pesquisa é aqui desenvolvida utilizando-se dos enunciados obtidos no interior das Audiências Criminais, realizadas no decorrer da fase de conhecimento das Ações Penais, processadas e julgadas no âmbito do Poder Judiciário.

Faz-se importante salientar, que as Audiências Criminais, salvo os casos protegidos por Segredo de Justiça, constituem, via de regra, ato jurídico dotado de publicidade, em razão, principalmente, do interesse público inerente ao ato. Dessa forma, o acesso ao *corpus* de pesquisa não foi problema que viesse a inviabilizar o desenvolvimento das análises.

Espera-se, evidentemente, que a pesquisa aqui desenvolvida possa instigar, sobremaneira, a continuidade e o aprofundamento dos estudos, a fim de engrandecer a contribuição para com a comunidade científica, notadamente pela beleza dos estudos relacionados ao tema da categoria gramatical da modalidade.

Esta Dissertação apresenta, além do presente capítulo de Introdução, mais quatro capítulos, o segundo capítulo corresponde ao item 2, sob o título “Quadro Teórico”, no qual são desenvolvidos os aspectos relacionados à Teoria que fundamenta o tema, a natureza de sua abordagem construtivista, suas bases e seus principais aspectos conceituais.

O terceiro capítulo é correspondente ao item 3, organizado sob o título “Estudos relacionados à Modalidade”, discorre, especificamente, sobre a categoria gramatical da Modalidade, apresentando um breve apanhado sobre as diversas

concepções que desenvolvem essa categoria, caracterizando processos complexos de modalidade e conceituando aspectos desenvolvidos no interior dessa categoria gramatical, além de relacionar algumas propostas já desenvolvidas.

O item 4 representa o quarto capítulo, intitulado “Procedimentos metodológicos”, o qual apresenta a perspectiva sobre como se desenvolveu o trabalho de pesquisa, abordando aspectos relacionados ao modelo metodológico desenvolvido no âmbito da TOPE.

No quinto capítulo representado pelo item 5, designado “Análise das Ocorrências”, apresenta-se a análise do *corpus*, discorrendo-se sobre cada aspecto observado relacionado à construção da negação na perspectiva da categoria da modalidade, a partir das marcas manifestadas nos enunciados.

Em seguida, o sexto capítulo, correspondente ao item 6, “Conclusão”, discorre sobre alguns aspectos que puderam ser inferidos a partir do desenvolvimento da pesquisa como um todo.

O foco da análise das ocorrências esteve voltado para a construção do valor de negação do enunciado por parte do sujeito enunciador. Buscou-se verificar de que forma o sujeito enunciador manifesta o valor de negação no decorrer de sua produção enunciativa, observando-se a construção da negação por meio da marca “não”, bem como pela manifestação de outras marcas que expressam o valor de negação, incluindo as marcas de modalidade epistêmica e apreciativa que, de certa forma, corroboram com a construção do valor de negação.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para o desenvolvimento do tema, servindo não só como fonte de busca no decorrer de novas pesquisas, mas, também, como fator incentivador para a continuidade e o aprofundamento dos estudos no âmbito desse maravilhoso universo da modalidade.

## **2 QUADRO TEÓRICO**

Nesta seção, discutir-se-á sobre os conceitos teóricos que engendram o cenário de fundamentação da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas - TOPE, percorrendo sobre as abordagens conceituais mais recorrentes e pertinentes ao objeto de pesquisa.

A partir deste ponto será possível verificar, especificamente, a relação existente entre linguagem e pensamento, bem como os aspectos relacionados à construção de valores referenciais e o diálogo realizado com uma abordagem construtivista. Além disso, poderão ser observadas as bases conceituais da Teoria, passando pela caracterização da atividade de linguagem, bem como a relação entre as concepções desenvolvidas por Benveniste e por Culioli no interior da Teoria da Enunciação. Outros aspectos igualmente importantes serão desenvolvidos, como o Domínio Nocial e suas implicaturas, além das operações de localização e as etapas para construção do enunciado.

### **2.1 Sobre as bases conceituais da Teoria: Sujeito, Subjetividade e Intersubjetividade, dentre outras**

De início, faz-se importante afirmar que as teorias enunciativas, de uma maneira geral, desenvolveram-se no período dos estudos em linguagem correspondente a uma significativa consideração dos aspectos relacionados ao sujeito. Isso implica que, nesse período, no âmbito das teorias enunciativas, não se concebia o homem separado da linguagem. Tal afirmação introduz o tema no universo de entendimento sobre os aspectos relacionados à organização e funcionamento linguístico, baseados na atuação dos sujeitos, no interior da atividade de linguagem.

Para falar sobre Teoria Enunciativa, necessário se faz uma abordagem sobre o trabalho desenvolvido por Benveniste durante a década de 60. Propagador dos paradigmas desenvolvidos pelo estruturalista Ferdinand de Saussure (as dicotomias) no decorrer de seus estudos sobre as línguas indo-européias, Benveniste inova no cenário de estudos linguísticos pela forma como atribui

fundamental importância ao aspecto da subjetividade, segundo ele, inerente à linguagem.

No âmbito da Teoria da Enunciação, conforme fora definida por Benveniste, insere-se o sujeito (o homem) na linguagem e ao mesmo tempo se estabelece a relação desse sujeito com as noções de tempo e de espaço presentes no enunciado, os quais juntos concorrem para a formação da situação enunciativa, bem como para a caracterização do estatuto da subjetividade (BENVENISTE, 1988).

Portanto, sujeito, tempo e espaço, são noções completamente abstratas e com existência em nível de pensamento, as quais a teoria explica que se fazem presentes no enunciado, em nível de língua.

Sobre a subjetividade, Benveniste explica:

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito” define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência (BENVENISTE, 1988, p. 286).

Não se trata, simplesmente, de uma relação egocêntrica, de se estabelecer como “eu” nas relações de comunicação interpessoal, mas sim de transcender a qualquer caracterização concreta, constituindo-se muito mais como um aspecto abstrato que reúne toda a capacidade de manifestação linguística e de atualização a cada ato.

Ainda no âmbito da discussão sobre as bases das teorias enunciativas, chega-se à análise da contribuição proporcionada por Antoine Culioli, no que se refere à formulação da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, designada TOPE.

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE, compõe o rol de teorias enunciativas. Tendo sido desenvolvida, como visto, pelo linguista francês Antoine Culioli no decorrer da década de 1960, ela vem fundamentando, até hoje, diversas pesquisas no âmbito da compreensão sobre o funcionamento da linguagem (MAINGUENEAU, 2009).

O filósofo e historiador francês, François Dosse, por exemplo, em sua obra “História do Estruturalismo”, publicada em 1993, discorre sobre Culioli,



situando-o em um contexto histórico relacionado à revolução para os estudos formais, ocorrida no foco de estudo das principais universidades da França, que até então enfatizavam, nos estudos linguísticos, a análise à luz das teorias literárias.

Mas essa formação linguística não se dirige à massa de estudantes que se inscrevem no curso de letras francesas na Sorbonne, e é pelo maior dos acasos que Françoise Gadet, inscrita em letras e profundamente insatisfeita com o ensino ministrado então em literatura, assiste a um curso de Antoine Culioli. Tinha ido com o propósito de tomar notas do curso para um amigo que não pudera assistir à aula e aquilo foi para ela uma revelação: “Disse para mim mesma, aí sim, há verdadeiramente rigor, exigência” (DOSSE, 1993, p. 225).

Neste ponto se vê que a insatisfação com o ensino focado no âmbito das teorias literárias contribuiu com o entusiasmo em torno dos estudos e análises então fundamentadas pela linguística estrutural, e Culioli esteve diretamente inserido nesse movimento, ocorrido principalmente durante a década de 1960, a qual fora considerada a época de ouro do pensamento formal (DOSSE, 1993).

Por meio da TOPE, Culioli objetiva compreender a relação existente entre a significação do enunciado e as operações de localização dos termos durante a constituição do enunciado. É a partir disso que se possibilita depreender uma relação entre Culioli e as definições mais gerais introduzidas pelo estruturalismo, como é o caso da tradição formal e da busca por regularidades, assim como são também desenvolvidas na teoria na TOPE.

A utilização dos conceitos relacionados ao sujeito, ao tempo e ao espaço (dentre outros) na tentativa de formalizar ao máximo a abordagem, permite situar-se no campo da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Culioli, sendo esse o principal aspecto que o diferencia de Benveniste.

Dessa maneira, enquanto Benveniste fundamenta os aspectos teóricos da Enunciação, Culioli busca, por meio de sua teoria, descrever as operações desenvolvidas em nível de pensamento para a organização formal do enunciado.

Apesar de a maior parte da produção teórica de Culioli estar situada em momento posterior à de Benveniste, o que poderia sugerir a existência, entre ambos, de uma espécie de continuidade ou aprofundamento, o próprio Culioli não se intitula como remanescente ou desenvolvedor da teoria de Benveniste, considerando, para

tanto, que sua teoria aborda aspectos de excessiva formalização, situando-se, portanto, em um campo totalmente novo no universo das teorias enunciativas.

Apesar dessa aparência/diferença, ambos provêm de uma mesma base teórica inicial, a qual constitui muito mais um completo programa de investigação do que simplesmente uma teoria – o Estruturalismo – que influenciou e até hoje influencia o pensamento linguístico científico na formulação de novas perspectivas.

A Teoria da Enunciação, nos moldes de Benveniste, portanto, difere-se da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, não do ponto de vista de tratarem de objetos diferentes, mas sim de tratarem diferentemente o mesmo objeto.

Para finalizar, outra característica fundamental para o entendimento sobre os princípios que configuram as Teorias Enunciativas, como a exemplo da TOPE, é que essa Teoria não pode ser vista como uma teoria pragmática, notadamente porque todos os estudos enunciativos sobre o agenciamento das formas linguísticas, bem como sobre os mecanismos e operações são desenvolvidos sob uma perspectiva interna à língua, o que fundamentalmente a difere das teorias pragmáticas (NEVES, 2006).

Observando-se o pensamento de Vogüé (1991), inclusive, a enunciação não pode ser confundida com interlocução, na medida em que, para a enunciação interessa o que é interno à língua, enquanto que para a interlocução interessa o que é externo.

Além disso, a configuração conceitual do sujeito e da situação enunciativa também demonstram o quanto as Teorias Enunciativas se diferem dos aspectos teóricos pragmáticos (GUIMARÃES, 1998).

Sobre o sujeito, para a TOPE, trata-se de um construto teórico que se apropria da língua para enunciar, situando-se em um contexto de localização referencial relativamente aos demais aspectos fundamentais como, tempo-espço da enunciação e o coenunciador, enquanto que para a Pragmática, a relação entre o sujeito e o ato de utilizar-se da língua dá-se em razão da intencionalidade, tida como inerente ao processo de comunicação.

Já no que diz respeito à situação enunciativa, para a TOPE, refere-se a uma situação abstrata definida pelos parâmetros sujeito-enunciador e tempo-espço da enunciação, constituindo-se num sistema referencial complexo de coordenadas enunciativas, ao tempo em que para a Pragmática, a situação remete a uma

situação real de comunicação definida historicamente por um sujeito e um tempo determinados (NEVES, 2006).

Conforme o que se viu até aqui, não é de se admirar que as respectivas teorias, de Benveniste e de Culioli, venham a apresentar diferentes concepções em relação aos principais aspectos definidos no interior da Proposta Enunciativa.

Benveniste, por exemplo, durante o desenvolvimento de sua teoria, não se preocupou em analisar discursos ou enunciados, demonstrando interesse pelo que ele denominou de “*aparelho formal da enunciação*” (marcadores e formas sintáticas). Assim, Benveniste interessou-se por observar o funcionamento das unidades para a construção de sentido das palavras (VOGÜÉ, 2011).

Nesse caminho, Benveniste faz distinção entre os conceitos de signo e de palavra, na medida em que, para ele, “signo” corresponde ao aspecto semiótico, relacionado à forma, enquanto que “palavra” corresponde ao aspecto semântico, relacionado ao sentido.

Ao estabelecer tal distinção, Benveniste contradiz não só a idéia predominante no campo da teoria sobre o fato de não se conseguir separar forma de sentido (já que as duas emergem simultaneamente), como contradiz também a si próprio quando afirma que “(...) A forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere” (BENVENISTE, 1976, p 279, PLG I).

Compreendendo, portanto, que forma e sentido (semiótico e semântico) não se separam, houve a necessidade de se compreender, a partir da teoria de Benveniste, como se dá a interação entre esses elementos no decorrer do funcionamento das unidades para a construção de sentido, no entanto, tal necessidade não fora suprida pelo aporte teórico de Benveniste (LOPES, 2000).

É justamente nessa lacuna que, ao desenvolver a formalização desse arranjo entre forma e sentido, Culioli situa a base de sua teoria, explicando que a construção do sentido se dá pela dinâmica das operações subjacentes às formas observáveis no enunciado. É a partir disso que se supre a necessidade de entendimento acerca da relação que se estabelece entre forma e sentido.

O título de um dos principais artigos de Culioli, “*La linguistique: de l'empirique au formel*”<sup>2</sup> sintetiza a organização e funcionamento do procedimento metodológico abordado pela teoria: partir das formas da língua, observáveis

---

<sup>2</sup> “A linguística: do empírico ao formal”.

empiricamente, para o entendimento acerca da formalização da atividade da linguagem.

Culioli vê a linguística como uma ciência que dá conta de um duplo objeto; a linguagem, a qual corresponde a uma faculdade humana, inerente ao próprio homem; e a língua, a qual corresponde a um sistema variável, particular de cada comunidade. Dessa forma, o teórico propõe, portanto, que se analise justamente a articulação entre a linguagem e a língua, focando-se especificamente na atividade da linguagem.

Assim, os principais aspectos elaborados pela teoria de Culioli podem ser descritos como, o fato de se considerar língua e linguagem como objeto duplo de estudo (Não se fala em dois objetos de estudo, mas em um objeto duplo), e a articulação entre linguagem e língua, além do foco na atividade da linguagem.

A língua, como era de se esperar, sempre ocupou lugar de destaque no desenvolvimento dos estudos sobre linguagem, no entanto, ela nem sempre foi compreendida e definida de uma mesma maneira pelas teorias que se desenvolveram ao longo dos anos.

Para Culioli, a Língua, como sistema estrutural de leis próprias de organização, emerge justamente quando emerge também o Sujeito Enunciador.

A Teoria de Culioli é definida, portanto, como uma teoria enunciativa porque, conforme Franckel (2011, p. 44):

Trata-se de uma teoria da enunciação na medida em que toma como objeto o próprio enunciado. O enunciado não é considerado como o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um *hic et nunc* qualquer por um enunciador qualquer. Ele deve ser entendido como um arranjo de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos que o constituem como tal podem ser analisados, no âmbito de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual é vestígio (...).

O objeto de estudo da teoria fundamentada por Culioli é, portanto, a linguagem, cujo funcionamento é observado a partir do enunciado, constituindo-se como resultado da relação entre língua e linguagem no decorrer da atividade de construção do sentido.

A linguagem é tomada, portanto, como uma atividade de construção de sentido, ao contrário de como fora vista durante muito tempo, como um sistema de representação sobre o mundo.

Assim, a produção de sentido, efeito da atividade da linguagem, é realizada a partir de operações, as quais dão origem aos enunciados, que por sua vez, constituem a porta de entrada para análise de tais operações.

Para Culioli, a realização de operações, no decorrer da atividade da linguagem, constitui aspecto invariável, as quais são subjacentes aos enunciados produzidos nas mais variadas línguas.

Ou seja, as línguas podem variar, como de fato se diferem em seus sistemas, seus modos de estruturação e organização de suas leis particulares, mas o que é comum a todas elas é a relação que se estabelece entre dada língua e a linguagem, por meio da atividade realizada por operações que dão origem aos enunciados observáveis e característicos de cada sistema linguístico.

É neste ponto que reside o interesse de Culioli, entender de que maneira o enunciado toma determinada forma, como o sentido é construído no e pelo enunciado.

Diferentemente de Culioli, Benveniste não se interessa pelo enunciado em si e, portanto, não o conceitua. Para ele, a enunciação corresponde a um ato individual de linguagem, produzido por um sujeito que se ampara em um “aqui” e um “agora” (espaço e tempo). Dessa forma, Benveniste entende que o sujeito (“eu”) se apropria da língua, situando-se num tempo e num espaço enunciativo para produzir o ato de linguagem. Daí decorre o interesse de Benveniste, não pelo enunciado, mas pela relação entre sujeito e língua e, mais especificamente, pelo ato em si.

Como visto até aqui, para Culioli, as definições relativas à língua, à linguagem e ao enunciado estão sempre relacionadas ao desenvolvimento da atividade da linguagem, às operações que dão corpo a essa atividade, fazendo com que o enunciado não se resuma simplesmente a um dado observável, mas ao resultado de um processo complexo, baseado no desenvolvimento de operações subjacentes a ele.

Nesse contexto, a enunciação não pode ser definida como correspondente a um ato de linguagem, tal perspectiva fica limitada a outras abordagens teóricas. Para a TOPE, a enunciação deve ser compreendida como um processo de construção de sentido, fundamentada no agenciamento das formas, dando origem ao enunciado.

Sobre essa questão relacionada às concepções desenvolvidas no interior da TOPE, por exemplo, é interessante verificar, conforme Fuchs (1984), que

algumas oposições clássicas para os estudos linguísticos não encontram respaldo na perspectiva dessa teoria, como no caso das oposições língua/discurso, sintaxe/semântica/pragmática; e da oposição função referencial/função intersubjetiva.

No que se refere à rejeição a essas oposições clássicas dos estudos linguísticos, Fuchs (1984) explica que, acerca da oposição língua/discurso, a partir da inscrição do sujeito na base das teorias enunciativas, foi preciso rever o conceito de língua, já que tradicionalmente se considerava a língua como um sistema estrutural complexo, completo e independente dos usuários, ou seja, do sujeito.

Assim, com a consideração da subjetividade da linguagem, não era mais concebível que se pudesse referir-se à língua sem, de certa forma, referir-se igualmente e concomitantemente aos seus usuários e, mais profundamente, aos sujeitos.

A partir das manifestações dos estudos das teorias enunciativas, a língua passa a ser compreendida como um sistema que compõe um espaço heterogêneo, “recortado pela oposição entre o estável e o instável, lugar de ajustamentos e desvios” (FUCHS, 1984, p. 78).

A oposição entre o estável e o instável está relacionada ao modo de funcionamento das operações de localização abstrata. De acordo com Fuchs (1984), o âmbito das operações de localização situa as operações predicativas e as operações enunciativas.

As operações predicativas estão situadas no ponto de origem da organização da relação predicativa, responsável pela forma de organização da sequência que dará origem ao enunciado.

Enquanto isso, as operações enunciativas ancoram a relação predicativa, fruto das operações predicativas, situando-a referencialmente em relação à situação enunciativa.

Então, do ponto de vista da relação de localização referencial intersubjetiva, tratando-se da manifestação dos sujeitos, é como partir de uma estabilidade, no decorrer da construção da relação predicativa, para uma instabilidade, no decorrer do jogo de ajustamentos intersubjetivos decorrente da produção de significação.

Para Culioli, portanto, não se concebe a língua como sistema independente dessa manifestação do sujeito (nesta oposição representada pelo

discurso), não se podendo falar em oposição entre ambos. Havendo, no entanto, uma relação de interação e interdependência tão próxima entre as operações que não é possível definir limites espaciais entre uma e outra.

Dessa forma, não há como separar operações predicativas (relacionadas ao posicionamento dos termos dentro do enunciado) das operações enunciativas (relacionadas à localização referencial na construção do sentido), já que, na verdade, ambas se referem a um mesmo contínuo de operações de localização abstrata (*Repérage*)<sup>3</sup>.

Tais operações de localização serão ainda trazidas à discussão em momento posterior. No próximo subitem, desenvolver-se-á a discussão sobre a natureza da abordagem Construtivista e sua relação com a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a qual fundamenta esta pesquisa.

## **2.2 Sobre a abordagem Construtivista e sua relação com os valores referenciais**

Para que se desenvolva uma caracterização mais completa acerca da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a qual constitui a base teórica para o desenvolvimento da presente pesquisa, é importante a realização de um recorte conceitual no decorrer do desenvolvimento das vertentes teóricas desenvolvidas por Piaget (1990) e por Vygotsky (2000), tendo em vista a base de natureza Construtivista inerente à Teoria de Antoine Culioli. Para tanto, é preciso conceituar especificamente alguns aspectos que darão suporte ao entendimento sobre a relação entre linguagem e pensamento.

Inicialmente, convém afirmar que, discorrer sobre a relação entre linguagem e pensamento é, de certo modo, discorrer sobre o signo e seu referente. Sobre isso, de acordo com Franckel (2011, p. 31), “A referência pode ser compreendida como a função que permite às unidades e aos enunciados da língua remeter ao mundo real ou ideal em um sistema de correspondência”. Ou seja, falar em referência, no contexto da relação entre linguagem e pensamento, é discorrer

---

<sup>3</sup> *Opération de Repérage: operação básica, definida por Culioli como operação de localização abstrata.*

sobre a relação entre a palavra ou o texto e a imagem a que se refere, no mundo, essa respectiva palavra ou texto.

Algumas perspectivas de abordagem da relação entre linguagem e pensamento darão margem ao entendimento sobre a existência de uma correspondência transparente e original entre a língua (as palavras, os textos) e seus respectivos referentes em um mundo real ou imaginário. Tais perspectivas tratam, portanto, da referência, como equivalente à correspondência estática das palavras e/ou dos textos às respectivas entidades que são externas à língua.

Por fim, de outro modo, há a perspectiva que discorda dessa correspondência inequívoca. Assim, numa outra vertente, portanto, tal correspondência não passa de mera ilusão, na medida em que, para ela a relação entre linguagem e pensamento se dá de maneira dinâmica e instável, cujos correspondentes aos quais se remetem as formas da língua são, na verdade, construídos no interior da inter-relação entre as formas.

Ou seja, o correspondente é dado a partir da construção de valores referenciais engendrados no interior da língua e, neste caso, portanto, não se fala em referência (correspondência estática), mas em valores referenciais (correspondência dinâmica).

Sobre isso, Culioli (1967, p. 70) alerta para o risco em se considerar a língua como reflexo da realidade, já que a noção de reflexo diz respeito à ideia de uma imagem simétrica e pontual. Além disso, Culioli enfatiza o caráter complexo inerente a essa relação.

On entrevoit maintenant la complexité des relations qui existent entre le linguistique et l'extra-linguistique et l'on comprend le danger qu'il y a à dire que les langues reflètent la réalité, puisque le concept de reflet est associé à l'idée d'une image symétrique et ponctuelle!<sup>4</sup>

Retomando o raciocínio acerca da perspectiva construtivista, desde a antiguidade e durante um bom tempo, todas as teorias que se lançavam na busca pelo entendimento relacionado às questões de linguagem, de certa forma, relacionavam linguagem e pensamento, tratando-as como em pólos separados, mas

---

<sup>4</sup> Vemos agora a complexidade das relações que existem entre o linguístico e o extralinguístico e compreendemos o perigo que há em dizer que as línguas refletem a realidade, já que a concepção de reflexo é associada à ideia de uma imagem simétrica e pontual!



não descartando a existência de laços entre ambas. No entanto, a consideração de tais ligações se resumia a ligações mecanizadas, descartando a existência de propriedades comuns aos dois contínuos, linguagem e pensamento.

Sobre a relação entre linguagem e pensamento, uma abordagem fundamentada pelas ideias de Aristóteles atribuía ao pensamento um status superior ao que era atribuído à linguagem e às coisas no mundo (o referente). Nessa abordagem Aristotélica, a linguagem era vista como distante do pensamento, havendo a consideração da existência de um referente exterior.

Por outro lado, no decorrer de uma abordagem Clássica, o pensamento perde o status de superioridade em relação à linguagem e passa a situar-se num mesmo patamar, estabelecendo uma relação de representação em que a linguagem se constitui como representação do pensamento.

No entanto, ainda nessa abordagem Clássica persiste a consideração acerca da existência de um referente exterior. De acordo com Franckel (2011), o pensamento promove uma representação desse referente exterior (as coisas no mundo) e a linguagem, por sua vez, promove a representação dessa representação do pensamento. Ambas as abordagens (Aristotélica e Clássica), portanto, estão relacionadas à existência da referência, transparente, original, inequívoca e exterior à língua.

Jean Piaget revoluciona o estudo da relação entre linguagem e pensamento, a partir de estudos voltados para o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo infantil, relacionados aos aspectos da percepção e da lógica no desenvolvimento cognitivo da criança.

A referida revolução introduz uma nova ideia de análise da relação entre pensamento e linguagem, passando a considerá-las como parte de um contínuo indissociável.

Vygotsky, por sua vez, seguindo o pensamento de Piaget, também compreende o pensamento e linguagem como componentes de um mesmo contínuo indissociável, considerando que a autonomia do sujeito para o trabalho com esse contínuo é resultado de estágios de desenvolvimento cognitivo, conseguidos através de um processo de construção cognitiva.

De acordo com o teórico, por exemplo, a partir de quando a criança alcança dois anos de idade, dá-se início a uma nova maneira de organização e funcionamento psicológico, de forma que se percebe mais nitidamente a relação

entre linguagem e pensamento. É a partir daí que se observa a fala da criança como mais atrelada a um conteúdo de pensamento intelectual. Assim, o pensamento verbal passa a predominar no decorrer das ações psicológicas do indivíduo.

Neste contexto, tanto Piaget quanto Vygotsky desenvolvem suas perspectivas no âmbito da Teoria Construtivista, a qual considera que a aprendizagem do indivíduo é resultado de um processo de construção, desenvolvido por etapas, no decorrer dos contatos entre o sujeito do conhecimento, o meio que o cerca, bem como os demais sujeitos com os quais interage.

No que se refere à abordagem construtivista, portanto, esta não concebe separação entre linguagem e pensamento, definindo a linguagem como sendo uma, dentre muitas formas de se pensar. Linguagem, portanto, se iguala ao pensamento, emergindo simultaneamente.

Para a abordagem construtivista, diferentemente das abordagens Clássica e Aristotélica, não se considera a existência de um referente exterior, mas a existência de valores referenciais, considerando-se, na verdade, que o valor referencial é construído pela linguagem, pelas unidades lexicais que são marcas das operações. O sentido, portanto, não está contido num referente externo, mas ele é construído dentro da língua, através de suas unidades, sua organização e seus arranjos.

O sentido das formas não é definido por aquilo a que elas remetem, em um mundo (ou uma representação do mundo) externo à língua; a significação de um termo não poderia se confundir com sua referência: ela só se constitui de uma dinâmica da construção estabelecida nos enunciados e pelos enunciados. (FRANCKEL, 2011, p.43)

Pelo exposto, observa-se, inicialmente, que o sentido é resultado de um processo de construção e depois, que todo esse processo de construção do sentido se desenvolve internamente à língua.

Dessa maneira, entende-se que, diferentemente da perspectiva clássica dos estudos de linguagem, por exemplo – a partir da qual se considera que, referente, pensamento e sentido existem independentemente da linguagem – as teorias enunciativas estão inseridas no universo da perspectiva construtivista que por sua vez considera o sentido como construído pela atividade da linguagem.

Isso não implica dizer que a linguagem, de certa forma, não esteja relacionada ao mundo real, mas é preciso compreender que ela não se resume a esse mundo, mantendo sua existência completamente atrelada a ele.

Como visto, a TOPE provém de uma abordagem construtivista, apresentando como elementos construtores do sentido, as unidades da língua, sua organização, seu arranjo, bem como sua entonação. É a partir da concatenação desses elementos que, na atividade de linguagem, constrói-se o sentido (FRANCKEL, 2011).

De acordo com Valentim (2010), não se pode conceber a existência de um sentido “puro” dos termos da língua. Isso porque cada sentido de uma forma é construído de acordo com a relação que cada termo estabelece com os demais dentro do texto.

É por essa razão que não se pode falar também, por exemplo, em “sentido próprio” do termo, ou sentido figurado, ou mesmo derivado, havendo na verdade uma organização dinâmica baseada num processo referencial.

Tal processo referencial constitui, para Culioli, a base para a construção do sentido que se desenvolve no interior do enunciado. Como se vem enfatizando, para Culioli, o enunciado é resultado de um arranjo de formas, as quais constituem a porta de entrada para a análise dos mecanismos enunciativos.

É a partir da interação de tais mecanismos enunciativos que se estabelecem os valores referenciais dentro do enunciado, a partir de uma dinâmica entre os sujeitos da enunciação, num processo constante de regulação e ajustamentos. Isso implica dizer, novamente, que o sentido é resultado de uma dinâmica de construção, sendo, os valores referenciais, instáveis, tendo em vista dependerem do jogo intersubjetivo que se desenvolve no enunciado.

Essa noção de valores referenciais, proposta por Culioli, harmoniza-se com a abordagem construtivista, na medida em que ambos entendem a língua como inserida num universo de construção dinâmico.

Essa dinamicidade inerente ao desenvolvimento de operações estabelece um espaço em que se orientam e se estabelecem os valores referenciais. Tal espaço se vincula a um nível de representação que não se refere nem à realidade, nem à língua, tratando-se de um nível intermediário específico (LOPES, 2000).

Conforme Lopes (2000), esse nível de representação dos valores referenciais é instável e se constrói, renovando-se a cada cena enunciativa. Sobre a

relação conceitual entre referência e valores referenciais, Aguilar (2007, p. 12) explica que:

Enquanto a referência, geralmente, é tida como correspondência estática do enunciado a entidades externas à língua, os valores referenciais são construídos no próprio enunciado por meio de operações enunciativas de referência (ajustamentos intersubjetivos, modalidade, tempo, espaço, aspecto, quantificação, etc.)

Conforme se vê, de acordo com Aguilar (2007), os valores referenciais, no enunciado, são construídos por operações, cuja dinâmica de desenvolvimento leva em consideração mecanismos enunciativos instáveis dentro do enunciado, de acordo com a relação que estabelecem entre si. Da mesma forma, os valores referenciais resultantes dessa dinâmica das operações serão também instáveis.

Essa questão relacionada à estabilidade/instabilidade dos valores referenciais diz respeito à ilusão, proveniente do senso comum, de que para cada ocorrência na língua deverá existir um correspondente estático no mundo, real ou imaginário. A essa visão equívoca corresponde a questão da aparente estabilidade.

De outro modo, diferentemente do senso comum, sabe-se que essa estabilidade é apenas aparente, o que ocorre de fato, na construção dos valores referenciais é um processo dinâmico, de funcionamento atualizável, cujo resultado são valores referenciais instáveis “que só resultam em pontos de equilíbrio interpretativos provisoriamente e localmente” (FRANCKEL, 2011, p. 48)

Por essa razão, não se concebe falar em valores referenciais estáveis, havendo apenas uma relativa estabilidade, na medida em que se considera que o espaço enunciativo em que se constroem os valores referenciais é, de certa forma, estabilizado pela cena enunciativa que engendra os elementos constitutivos do sentido.

É, portanto, a partir de tais conceitos que se concebe o estreitamento da relação entre a abordagem construtivista e a noção de valores referenciais proposta por Culioli. Pois, no âmbito da abordagem construtivista também não se tem referentes de sentido que sejam externos à língua e estáveis, havendo, na verdade, valores referenciais que funcionam constantemente para a construção do sentido.

O próximo subitem discorrerá sobre as atividades que se referem ao cerne do próprio funcionamento da linguagem, as atividades de representação, referenciação e regulação, que estão no centro de toda a atividade de linguagem.

### **2.3 Sobre as atividades de Representação, Referenciação e Regulação**

A atividade de linguagem constitui, conforme os preceitos da TOPE, uma atividade de construção e de reconhecimento de formas. Pois, conforme fora visto, o Sujeito Enunciador constrói o sentido do enunciado, enquanto que o coenunciador reconstrói tal sentido, na medida em que faz uso de suas representações mentais, no decorrer de um processo de referenciação e de regulação de condutas no jogo discursivo que estabelece com o Enunciador.

As formas linguísticas, objeto da atividade de linguagem, são traços de operações desenvolvidas no decorrer da referida atividade, operações de representação mental, de referenciação e de regulação intersubjetiva.

Tais operações, apenas teoricamente, podem ser divisíveis e diferenciáveis, já que as mesmas ocorrem simultaneamente, de forma que, de fato, não se consegue estabelecer limites entre o funcionamento de uma em relação à outra.

No que se refere à Atividade de Representação, esta contempla três níveis de representação: o nível das representações mentais (representações pré-linguísticas), designado nível I; o nível das representações linguísticas, nível II, e o nível das representações metalingüísticas, nível III.

Sobre o nível I, Culioli (1990, p. 21) explica:

*Il s'agit donc, à ce niveau, de représentations que organisent des expériences que nous avons élaborées depuis notre plus jeune enfance, que nous construisons à partir de nos relations au monde, aux objets, à autrui, de notre appartenance à une culture, de l'interdiscours dans lequel nous baignons.<sup>5</sup>*

---

<sup>5</sup> É portanto, neste nível, de representações organizadas pela experiência que nós elaboramos desde nossa mais jovem infância, que nós construímos a partir de nossas relações com o mundo, com objetos, com os outros, de nosso pertencimento a uma cultura, do interdiscurso em que nadamos.

Este nível, portanto, relaciona-se com a forma de apreensão individual do mundo, organizando-se pelas experiências elaboradas desde a infância, construídas conforme as relações estabelecidas com o mundo.

São essas vivências que permitem a construção de um complexo de representações sobre o mundo por parte do sujeito, tratando-se de uma atividade individual e psicológica.

Tal atividade está relacionada à construção das noções, cujo conceito deverá ser trabalhado no próximo subitem. Dessa maneira, portanto, essa atividade não pode ser evidenciada diretamente pelo linguista, sendo necessário, na verdade, o traçado de um caminho de retorno, por meio de outras atividades, para que se possa conseguir uma aproximação da atividade relacionada ao primeiro nível.

Esse caminho de retorno, realizado na tentativa de se aproximar o máximo possível da representação do nível I, é desenvolvido no âmbito do nível II de representação.

Esse nível II constitui o nível de representação textual, das representações propriamente linguísticas. Ele representa certa relação com o nível I, sem, no entanto, indicar como e/ou qual seria essa relação.

O que se permite desenvolver, a partir da representação linguística, é um caminho de retorno ao nível das representações mentais, sem que esse retorno seja capaz de traduzir diretamente o pensamento representado pelo nível I. Ou seja, o que se desenvolve entre os níveis I e II de representação é uma relação não linear de termo a termo que proporciona apenas uma aproximação do complexo de representações desenvolvido no nível I.

O nível III de representação, chamado de nível de representação metalinguístico, por sua vez, mantém certa relação com o nível II, funcionando como uma espécie de ferramenta metalinguística para representar os fenômenos textuais ocorridos no nível de representação linguística.

Esse nível de representação metalinguística traz à tona todo um sistema de regras e operações que indicam, simultaneamente, uma possibilidade e uma impossibilidade enunciativa.

Dessa forma, o nível III de representação, em relação com o nível II, possibilita eventual reconstrução, ainda que de forma simulada, das operações desenvolvidas no nível I, na medida em que possibilita, conseqüentemente, maior aproximação da relação desenvolvida entre os níveis I e II.

Assim, sobre a atividade de referenciação, permite-se definir que tal atividade está relacionada ao estabelecimento dos valores referenciais, considerados como as representações do nível I.

Nesse nível da atividade de linguagem se dá a construção de um sistema referencial intersubjetivo, chamado de nível das representações linguísticas, representado pelo objeto de análise do linguista e responsável pela construção da relação entre os elementos do domínio linguístico e do domínio da representação mental, sem que haja, no entanto, uma relação termo a termo, conforme foi visto.

Já no que se refere à atividade de regulação, terceiro nível da atividade de linguagem, este é compreendido como o nível em que se dão as operações de regulação intersubjetiva. Essa atividade é relacionada à construção de ajustamentos entre os enunciadores, ajustamentos esses, extremamente necessários para a construção do sentido, tendo em vista que, para a TOPE, conforme se tem dito, a atividade de comunicação não se dá de maneira linear ou transparente, havendo na verdade um constante jogo de representações subjetivas.

É com base nesse pressuposto, de que a atividade de comunicação está sujeita a uma série de interferências, cognitivas e subjetivas, que se atribui fundamental importância ao desenvolvimento das operações de regulação entre os sujeitos, as quais se iniciam desde o desenvolvimento das operações de representação e referenciação, todas simultaneamente.

Dito dessa forma, o que se dá é, portanto, o funcionamento de um conjunto de relações de alteridade que se estabelecem através de um movimento de interação entre as representações dos sujeitos.

Como visto, representação, referenciação e regulação são as operações da atividade de linguagem, e os traços provenientes de tais operações é o que forma o enunciado, o qual é construído a partir de um sistema referencial cujas formas têm, cada uma, um valor referencial construído a partir de um determinado contexto particular e dentro de um campo de domínio de construção de sentidos, denominado Domínio Nocial.

## 2.4 Sobre Noção e Domínio Nocial

O conceito de noção, conforme Culioli (1990, p. 50), pode ser verificado conforme se segue:

Les notions, de leur côté, sont des systèmes de représentation complexes de propriétés physico-culturelles, c'est-à-dire des propriétés d'objet issues de manipulations nécessairement prises à l'intérieur de cultures et, de ce point de vue, parler de notion c'est parler de problèmes qui sont du ressort de disciplines qui ne peuvent pas être ramenées uniquement à la linguistique.<sup>6</sup>

Ou seja, as noções estão ligadas a aspectos culturais, dos quais não pode se dissociar, mantendo, portanto, uma relação conceitual interdisciplinar, não devendo ser atribuída sua complexidade apenas ao estudo linguístico.

É através de nossas experiências individuais e sociais relacionadas à atuação cultural que construímos nosso repertório de noções, as quais, pelo caráter sócio-cultural, serão diferentes para cada indivíduo, sendo, portanto, passível de variação e mutabilidade.

Sobre o caráter variável de uma noção, Culioli (1995, p. 33) destaca que “uma noção não tem nem quantidade nem qualidade, não é positiva nem negativa, mas é compatível com todos os valores que as operações de determinação enunciativa e predicativa envolvem”. Importante salientar que esse caráter variável atribuído à noção não pode ser confundido com a típica variedade de sentido, comum a outras teorias semânticas, mas diz respeito, na verdade, à variabilidade de ocorrências de uma mesma noção, manifestando-se em diferentes graus no interior das zonas que compõem o domínio nocial.

O caráter variável de uma noção passará a ser limitado e estabilizado, restringindo-se o seu ambiente de emprego, a partir do momento em que tal noção se transforma numa noção instanciada (entidade) por meio de uma ocorrência.

---

<sup>6</sup> As noções, por outro lado, são sistemas de representação complexos de propriedades físico-culturais, isto é de propriedade de objetos de manipulação necessariamente tomados no interior de culturas e, deste ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são do alcance de disciplinas que não podem ser reduzidas apenas à linguística.



Uma entidade corresponde pois, nesse caso, a uma “encarnação singular”, a uma “instanciação”, modo específico de assinalar que a noção, ao ser apreendida, só o é sob um determinado aspecto definido pela ancoragem espaço-temporal na qual ocorre, nunca por inteira (LOPES, 2000, p. 73).

Cada noção, portanto, está relacionada a determinado modelo, determinado tipo, o qual subsidia a construção das ocorrências de uma noção no interior do domínio nocional.

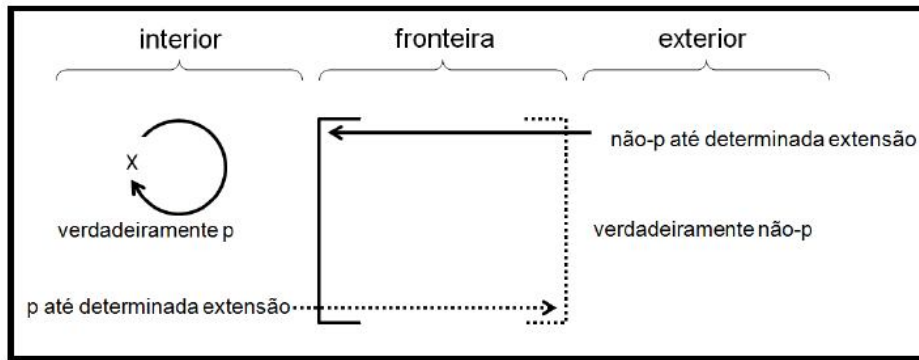
Culioli (1990, p. 10) define o Domínio Nocional como um espaço de “ramificação de propriedades que se organizam umas em relação às outras em função de fatores físicos, culturais, antropológicos”.

Como visto em relação à definição conceitual de Noção, também o Domínio Nocional é constituído somente pelas ocorrências linguísticas, sendo acessível sua apreensão apenas por uma atividade metalinguística de reconstrução a partir das marcas dessas ocorrências.

O que, de fato, origina a constituição de um domínio nocional são as diversas operações que incidem sobre determinada noção p (CORREIA, 2002), de forma que a incidências das variadas operações sobre a noção geram ocorrências da mesma noção, as quais se localizam no decorrer do domínio nocional, tendo em vista o compartilhamento de determinadas propriedades comuns à noção.

Essas ocorrências de determinada noção são, portanto, ordenadas no interior de um contínuo topológico dividido em zonas. A Zona Interior ( I ), na qual se localizam as ocorrências que apresentam propriedades em comum com a respectiva noção; a Zona Exterior (E), onde se localizam as ocorrências que não apresentam propriedades comuns à noção; e a Zona de Fronteira (F), onde as ocorrências apresentam propriedades que mantém relação de compatibilidade tanto com a zona interior quanto com a exterior.

Dalla Pria (2009, p. 57) apresenta um esquema de identificação das zonas de composição do Domínio Nocional, a fim de identificar como se dá o processo de localização de ocorrências no interior do domínio.



A partir do exposto, verifica-se que o contínuo do domínio nocional é constituído por uma espécie de aspecto gradiente em relação à manutenção das propriedades comuns à noção, ou seja, na medida em que as ocorrências distribuídas no decorrer do contínuo perdem propriedades comuns à noção, elas são distribuídas da zona interior para a zona exterior (quando não mais apresentam propriedades comuns à noção), passando pela zona de fronteira, onde a ocorrência se identifica tanto com as propriedades da zona interior quanto da exterior.

De acordo com Culioli (1990), a Zona Interior ( I ) do Domínio Nocional é representada por um espaço aberto, tendo em vista não especificar qualquer ponto inicial ou final para a definição da respectiva noção, funcionando muito mais como um contínuo gradiente no decorrer do qual são distribuídas as ocorrências que apresentam os determinados níveis de propriedades comuns à noção. Assim, a zona interior estará sempre aberta ao surgimento de novas ocorrências da noção, localizadas sempre em relação ao Centro organizacional.

A Zona ( I ) do Domínio Nocional, portanto, apresenta um Centro Organizacional da Noção, o qual funciona como um Centro Atrator, em relação ao qual todas as demais ocorrências estarão localizadas.

O centro atrator do Domínio Nocional funciona como um pólo de referência, de forma que, conforme Culioli (1999, p. 11)

(...) n'existe pas de représentation de quelque ordre que ce soit sans qu'elle ne se pose relativement à un pôle de référence. On ramène l'inconnu au connu, on construit relativement à un centre organisateur

(...). Ce pôle de référence est la condition même de la régulation intersubjective.<sup>7</sup>

Assim, para o teórico, não há ocorrência da noção que não esteja localizada em referência a um centro organizacional de uma noção, um centro atrator, que reúne todas as propriedades da noção, como um grau máximo de composição das propriedades identificadoras da respectiva noção.

É justamente em relação a esse centro organizacional que não só se localizam todas as demais ocorrências da noção como também são definidas as demais zonas do domínio nocional.

De acordo com Dalla Pria (2009), o Domínio Nocional tem como finalidade o desenvolvimento de uma estrutura de organização das classes de ocorrência de uma noção. E o entendimento sobre o seu conceito e sua finalidade torna possível dar conta de diversos valores modais, à medida que se estabelece a localização de uma determinada relação predicativa em determinada zona do domínio nocional.

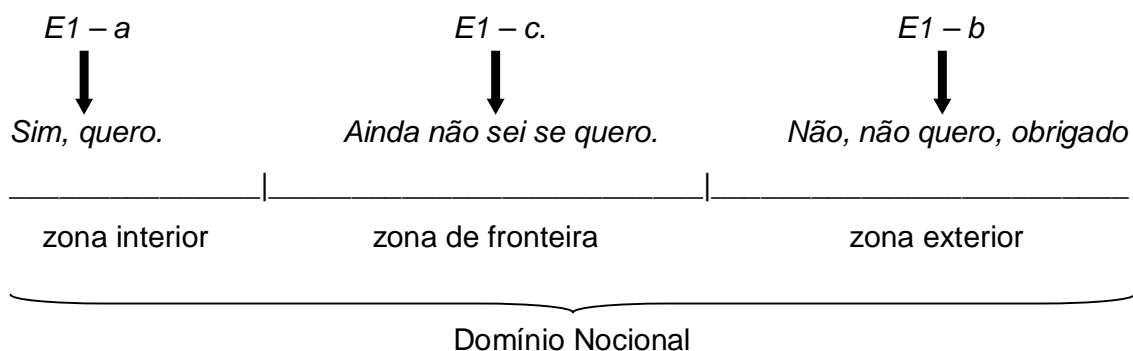
Como a exemplo da distribuição das ocorrências de determinada noção no interior do domínio nocional observe-se o enunciado a seguir:

*E1: Você quer um pedaço de bolo?*

*E1 – a: Sim, quero.*

*E1 – b: Não, não quero, obrigado.*

*E1 – c: Ainda não sei se quero.*



<sup>7</sup>(..) não existe representação de qualquer ordem sem que seja colocada em relação a um polo de referência. Nós trazemos o desconhecido ao conhecido, nós construímos relativamente a um centro organizador. (...) Este pólo de referência é a própria condição de regulação intersubjetiva.

Assim, em E1, o Sujeito Enunciador estabelece a relação predicativa, transferindo a responsabilidade pela validação para seu Coenunciador, por meio da construção interrogativa, de certa forma, predispondo a relação predicativa na zona de fronteira do domínio nocional já que a mesma pode apresentar propriedades de validação como de não-validação, a depender da resposta do coenunciador.

Observando-se as respostas do coenunciador, que nesta situação atua como sujeito enunciador, em E1 – a, ele situa a ocorrência na zona interior do domínio nocional, validando a relação predicativa; já em E1 – b, o sujeito enunciador situa a ocorrência na zona exterior do domínio, não validando a relação predicativa; e, por fim, em E1 – c, o sujeito enunciador situa a ocorrência na zona de fronteira do domínio nocional, na medida em que não valida a relação predicativa e, no entanto, ao mesmo tempo não descarta a possibilidade de validação.

O domínio nocional constitui, portanto, um campo de distribuição de ocorrências de noção, baseado no sistema de localização referencial e fundamental para o desenvolvimento dos processos de construção e reconstrução do sentido dos enunciados e, conseqüentemente, para a construção e reconstrução dos valores modais manifestados pelos respectivos enunciados.

Em seguida poderá ser verificado, ainda que superficialmente, como são configuradas e manifestadas as operações que funcionam no decorrer da construção do enunciado, evidenciando a segmentação do processo desenvolvido por etapas.

## **2.5 Operações de Localização e as etapas para construção do enunciado**

De acordo com a TOPE, as operações de localização constituem a essência do funcionamento da atividade da linguagem, que se dá a partir de uma lógica funcional, cuja organização e formalização é representada pelo operador  $\underline{\epsilon}$  (épsilon), cujo significado é definido dentro da teoria como “por em relação”.

A operação de localização abstrata (repérage) constitui atividade básica do funcionamento da linguagem, servindo como parâmetro organizador dos enunciados no decorrer do processo de construção da significação.

Nos termos dessa operação de localização, existirá sempre, para a construção de um enunciado, uma relação orientada entre termos, a partir da qual um termo estará sempre posto em relação a outro termo.

*E2: João é pai de Pedro*

João = localizador / Pedro = localizado

*E3: Pedro é filho de João*

Pedro = localizador / João = localizado

Apesar de os termos João e Pedro manterem, em ambos os exemplos, seus valores referenciais, no decorrer do processo de localização, podem atuar como termos localizadores ou como localizados, a depender da ênfase empregada na construção do sentido.

Dessa maneira, essa relação de orientação entre os termos poderá partir de um termo orientador para outro orientado ou, numa relação de alteridade, partir de um termo orientado para o orientador.

O termo orientador define uma classe de localizáveis, e o termo orientado está, portanto, necessariamente inscrito em uma classe. A introdução dessa classe permite instaurar um duplo jogo de alteridade: alteridade da classe dos localizáveis em relação ao termo orientador *b* e alteridade de *a* nessa classe. (FRANCKEL & PAILLARD, 2011, p.92).

A relação de alteridade é representada pelo operador  $\exists$  (épsilon espelhado) e foi introduzida por Culioli para que não se permitisse compreender que houvesse uma relação necessariamente direta entre um termo orientador e outro orientado. Assim, faz-se necessário compreender que não existe pré-definição a respeito de quais sejam os termos orientador e orientado, já que é no uso, a partir de sua instauração no enunciado que suas propriedades poderão ser verificadas.

Veja-se novo exemplo sobre como os mesmos termos desempenham, a partir de suas disposições no enunciado, papéis diferentes no decorrer da construção de valores referenciais.

Em “*Rodrigo tem uma bicicleta*” e “*A bicicleta é de Rodrigo*”, os termos “*Rodrigo*” e “*bicicleta*” desempenham, ora o papel de orientador, ora o papel de

orientado, considerando suas disposições nos enunciados, bem como o fato de que as propriedades de determinado termo não são dadas anteriormente à sua instauração no enunciado.

Para dar continuidade ao raciocínio sobre as operações de localização, é preciso discorrer sobre as operações predicativas e as operações enunciativas.

No que se refere às operações predicativas, estas são organizadoras da relação predicativa, a qual servirá de base estrutural da lógica representada pelos termos que se colocarão, no enunciado, como orientador e orientado.

Para que se chegue à constituição de uma relação predicativa, antes é necessário que se estabeleça um conteúdo de pensamento primitivo, ainda indeterminado.

### **2.5.1 A Léxis e a Relação Primitiva**

De acordo com Culioli, a instauração da relação primitiva, bem como da léxis é o primeiro passo para a constituição do enunciado.

A léxis, representada por  $\lambda$ , é definida como um esquema abstrato, que por sua vez se representa graficamente pela forma  $\langle 0 \ I \ \pi \rangle$ , onde 0 e 1 representam argumentos, pontos de chegada e de partida, numa relação de organização, enquanto  $\pi$  representa um predicado que deverá estabelecer a relação entre os argumentos.

A léxis é, portanto, preenchida por ocorrências de noções. Retomando a questão sobre a noção, no que se refere à configuração da léxis, é preciso lembrar que não se pode confundir a configuração das noções com a constituição do léxico de uma língua, já que suas representações são anteriores a qualquer categorização lexical, ainda que as respectivas noções sejam identificadas, dentro da forma esquemática da léxis a qual preenchem, com termos do próprio léxico de uma respectiva língua.

Assim, a léxis é obtida a partir do preenchimento do esquema, por noções, identificadas com os termos do léxico, cuja organização levará em conta aspectos semânticos na decisão sobre qual termo deverá ocupar o argumento 0 e qual ocupará o argumento 1. Vejamos:

O esquema  $\langle \theta \ 1 \ \pi \rangle$  pode ser preenchido pelas ocorrências das noções [cachorro, menino, morder]. Nesse caso, o processo de organização dos argumentos, considerando aspectos semânticos representados pelas noções, é definido por Culioli como relação primitiva. É essa relação primitiva que começa a dar origem ao enunciado.

Após a constituição da léxis, a segunda etapa do processo de construção do enunciado diz respeito à relação predicativa.

### 2.5.2 A Relação Predicativa

Nesta segunda etapa, há a manifestação do sujeito, como responsável pela organização do conteúdo de pensamento, estabelecendo o argumento que servirá como ponto de partida de seu enunciado.

Conforme Lima (2000), a relação predicativa consiste na redistribuição da léxis, agora no plano sintático de construção do enunciado. Ou seja, a organização da constituição da léxis, conforme se viu, está relacionada ao plano semântico, enquanto que sua redistribuição, na relação predicativa, relaciona-se ao plano sintático.

Assim como no decorrer da etapa de constituição da léxis, escolhe-se um termo em torno do qual o enunciado será organizado, definindo-se, portanto, qual o termo que servirá como ponto de partida do enunciado. Por exemplo.

*E4 – O cachorro mordeu o menino*

*E5 – O menino foi mordido pelo cachorro*

Observando-se o termo “cachorro”, presente nos dois exemplos, no que se refere à construção da relação predicativa, percebe-se que no primeiro exemplo (E4) ele funciona como termo de partida, enquanto que no segundo (E5) funciona como termo de chegada.

O ponto de partida de um enunciado, conforme seja este definido pelo sujeito, servirá como referência, em relação ao qual todos os outros termos estarão

localizados no enunciado, e a escolha de determinado termo como termo de referência se dá pela operação de localização.

Importante se faz acrescentar que, para a construção dos enunciados, ocorrem três tipos de relações, as relações de localização, por meio das quais se escolhe o termo de partida, de identificação, por meio das quais se identifica os termos localizados em relação ao termo de referência (partida) e de diferenciação, por meio das quais é possível verificar a existência de propriedades que diferenciam a ocorrência de uma noção em relação a outras.

Desenvolvidas tais relações, encerra-se a segunda etapa para a construção do enunciado, e o sujeito, a partir de agora, inicia a terceira etapa, momento em que deverá deixar sua marca impregnada no texto. Esse é o momento de registro de suas impressões no enunciado, na medida em que lhe atribuirá categorias linguísticas, como a exemplo da modalidade, a qual constitui o foco da presente pesquisa.

### 2.5.3 A Relação Enunciativa

Culioli apresenta a forma  $\lambda \underline{\xi}$  Sit (S, T), para explicar que toda léxis, e relação primitiva está localizada em relação a uma situação de enunciação. Ou seja, depois de ordenada a léxis, estabelecendo-se a relação primitiva, e organizada a relação predicativa, ambas são introduzidas num sistema de localização referencial de coordenadas enunciativas, dando origem, de fato, ao enunciado.

Mais do que isso, todo esse sistema, inicialmente de ordenação, organização e localização e, mais profundamente de inserção de valores referenciais, possibilita a construção de inúmeros enunciados relacionados a uma mesma léxis. Isso é o que Culioli denomina como família parafrástica. Por exemplo.

$\lambda = [\text{cachorro, menino, morder}] - (\text{relação primitiva})$

O cachorro mordeu o menino  
O menino foi mordido pelo cachorro  
O cachorro morderá o menino, etc. } família parafrástica



Assim, esta terceira etapa da construção do enunciado constitui o momento de localização de um conteúdo em relação a uma situação de enunciação. É o momento de constituição de valores referenciais, bem como de incidências de outras operações.

Esta etapa de construção dos enunciados é também o momento em que o Sujeito Enunciador se integra ao sistema de localização referencial, localizando-se referencialmente por meio de operações subjacentes.

Conforme Lima (1997), a integração do Sujeito Enunciador, nesta etapa, se dá através das operações de determinação quantitativa e qualitativa, das operações modais, temporais, aspectuais.

Assim, no decorrer da terceira etapa de construção do enunciado, na medida em que se desenvolve toda a construção dos valores referenciais entre os termos que o compõem, desenvolvem-se operações, dentre outras, que resultam no estabelecimento da relação entre o Sujeito Enunciador e o conteúdo do seu enunciado, bem como com a relação predicativa e o seu Coenunciador, resultando na categoria gramatical da Modalidade, para a qual será designada atenção especial, tendo em vista a relação com a pesquisa desenvolvida.

É sabido que outras categorias gramaticais são igualmente importantes e estão imbricadas nas operações envolvidas na produção do sentido, assim como mantêm relação direta com a modalidade, como é o caso da determinação e do aspecto por exemplo.

No entanto, por razões de delimitação teórica e metodológica, outras categorias, apesar da relação, não serão objeto de descrição, caracterização ou análise, na medida em que o foco se mantém, como dito, na categoria gramatical da modalidade, objeto central da presente pesquisa.

### 3 ESTUDOS RELACIONADOS À MODALIDADE

Neste capítulo, será abordada a questão referente à categoria gramatical da modalidade, a qual constitui a base para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Aqui, deverão ser desenvolvidos aspectos relativos às concepções teóricas que abordam a questão da modalidade, enfatizando suas definições conceituais e suas definições tipológicas, bem como a dificuldade em se estabelecer tal delimitação e a contribuição dos estudos de Aristóteles. Além de verificar como a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE – desenvolve os aspectos relacionados à categoria gramatical da modalidade, caracterizando os processos de Remodalização e Sobremodalização, e desenvolvendo o raciocínio acerca do Mediativo e da Negação. Será visto também a abordagem da modalidade em outras pesquisas já desenvolvidas na perspectiva da TOPE.

#### 3.1 Sobre outras concepções acerca da Modalidade

Não é fácil delimitar conceitualmente a noção sobre modalidade, disso decorrem as várias definições conceituais referentes à modalidade. Sobre isso, conforme Meunier (1974, *Apud* NEVES, 2006 p. 53):

(...) o termo é saturado de interpretações que surgem explícitas ou não, dependendo como os linguistas que o utilizam: de acordo com a lógica, a semântica, a psicologia, a sintaxe, a pragmática ou a teoria da enunciação. Consequentemente, há pontos de vista linguísticos muito diversos para os termos desses estudos.

Nesse viés, Le Querler (1996), ao tratar especificamente sobre as modalidades linguísticas, afirma que o terreno das modalidades no âmbito da linguística é absolutamente nebuloso, estendendo-se desde uma concepção muito restrita, até uma concepção muito larga em que qualquer asserção é tida como modalizada.

Assim, ele classifica as teorias como pertencentes a três grupos:

- O grupo das concepções estreitas: no qual ele insere, por exemplo, Benveniste, para quem a expressão da modalidade linguística é reduzida aos verbos modais, apresentando a modalidade apenas como complementaridade sobre a enunciação.
- O grupo das largas concepções: no qual o autor insere Brunot e Bally, para os quais o estudo da modalidade é amplo e volumoso, englobando diversas categorias gramaticais e diversas atitudes enunciativas.
- O grupo das concepções medianas: no qual elenca concepções que não são tidas como estreitas, nem como largas, como é o caso de Pottier, o qual apresenta a afirmação, a negação e a interrogação como as três modalidades da asserção.

Dessa maneira, muitos são os desdobramentos conceituais que permeiam o tema, sendo possível encontrar uma variada gama de conceitos. Assim, linguistas das mais variadas perspectivas demonstram a complexidade do tema, fundamentada principalmente na impossibilidade de conceituação homogênea, bem como na variação das abordagens teóricas.

Além do mais, o próprio sistema de nomenclatura utilizado pelos linguistas que se envolvem na tentativa de definição contribui para esse cenário de complexidade, sendo possível encontrar termos como modalidade, modalização, valor modal, dentre outros que podem ainda surgir no decorrer do desenvolvimento da teoria. Como resultado disso, existem muitas conclusões vagas a respeito de quais fenômenos poderiam ser efetivamente definidos como expressões de modalidade.

Muitos teóricos e autores se aventuram pelo universo de estudos sobre a modalidade, conceituando-a e procurando defini-la conforme sua filiação científica, havendo entre eles bastantes desdobramentos conceituais sobre o tema. No entanto, apesar de todas as diversificadas especificidades inerentes a cada abordagem, dentre elas permanece a aceitação do caráter de interação entre a categoria da modalidade e o sujeito enunciador.

De acordo com Peirce (2010), por exemplo, também entre os lógicos, não há acordo acerca do que vem a ser a modalidade; no entanto, é comum entre eles a

admissão de que a modalidade consiste, de certo modo, na qualificação lógica de uma proposição.

Cervoni (1989) apresenta uma visão histórica acerca da modalidade, enfatizando a contribuição que vem desde a idade média, herdada dos gregos, a qual se baseia na relação entre o dito e a modalidade, tendo sido vista, desde a época clássica, como forma e matéria.

Conforme esse autor, a modalidade fica um período sem desenvolvimento, compreendido especificamente durante o desenvolvimento das teorias estruturalista e gerativista, no entanto, ela é retomada a partir do desenvolvimento da lógica, bem como pelo interesse pelos atos de fala, nos termos em que são definidos por Austin, e com o desenvolvimento da semiótica.

O conceito de modalidade é compreendido por Cervoni (1989) como pertencente tanto à linguística como à lógica, visto como um dos fundamentais para a base dos estudos de lógica, por meio da lógica modal.

Sabe-se que a modalidade na perspectiva linguística surgiu depois de aproximadamente 200 anos de existência no domínio da lógica. Essa disparidade temporal é fundamental para a justificação da quantidade de aspectos da lógica modal que acabaram sendo incorporados pela modalidade linguística.

Dessa maneira, a lógica modal não pode deixar de constituir-se como modelo para a perspectiva linguística da modalidade, sobretudo pela carência de um modelo que fosse fundamentalmente linguístico.

É por essa razão que alguns aspectos são facilmente identificados por serem comuns às abordagens da lógica e da linguística, tendo em vista terem sido formulados no interior da lógica modal, refletindo para o interior da abordagem linguística da modalidade.

Assim, com origem fundada nos estudos da lógica modal (NEVES, 2012), a modalidade linguística vai mais além, tendo surgido pela ampliação e aprofundamento da modalidade alética oriunda dos estudos de lógica.

Sobre a base dos estudos sobre modalidade, conforme Peirce (2010, p. 121):

A teoria mais antiga da modalidade é a de Aristóteles, cuja filosofia, de fato, consiste principalmente numa teoria da modalidade. O estudioso de Aristóteles começa, em geral, com as Categorias; e a primeira coisa que o surpreende é a inconsciência do autor no que

tange a qualquer distinção entre gramática e metafísica, entre os modos de significar e os modos de ser.

Nesse sentido, Aristóteles desenvolve estudos focados na essência da categoria da modalidade, relacionando estreitamente o significado à subjetividade.

No decorrer de sua teoria, Aristóteles relacionou os estudos de modalidade a seis valores especificados como, verdadeiro, falso, possível, impossível, necessário, contingente.

Para o filósofo, era preciso diferenciar juízos apofânticos/asseverativos dos valores semânticos, já que os asseverativos são mais esclarecedores e objetivos, enquanto que os semânticos não se deixam atribuir-lhes um valor que possa ser realmente determinável.

A teoria de Aristóteles constitui, portanto, a base para os demais estudos sobre modalidade, tendo sido constantemente ampliada no decorrer do tempo, de forma que a expansão da teoria lógica das modalidades acabou resultando na determinação de seis tipos de modalidades que se encontram desenvolvidas nos principais trabalhos da linguística contemporânea sobre o tema. São elas:

- Modalidade zero: a qual é marcada numa proposição assertórica, constituída pela asserção simples;
- Modalidade deôntica: marcada pela manifestação de uma regra, social, demarcada na relação estabelecida entre os sujeitos;
- Modalidade epistêmica: marcada pelo domínio do certo, da dúvida, ou do saber e da crença em relação ao conteúdo da proposição;
- Modalidade temporal: marcada pelo acréscimo de marcadores temporais à asserção simples, assegurando a anexação de um valor de temporalidade à modalidade;
- Modalidade axiológica: marcada pelo acréscimo de algum juízo apreciativo por parte do sujeito, constituindo a evolução do conteúdo proposicional;
- Modalidade volitiva: marcada pela manifestação da vontade do sujeito, notadamente pelo uso de verbos como esperar, crer, etc.

Esses tipos de modalidade, conforme se pode, de certa forma, insurgir dos estudos de modalidade desenvolvidos por Aristóteles, estão presentes nas principais teorias que seguiram, algumas vezes em maior ou menor número e utilizando-se de nomenclaturas diferenciadas, no entanto, mantendo a essência da definição conceitual.

Para a lógica modal, a modalidade é representativa do valor de verdade do conteúdo proposicional, enquanto que para a linguística, a modalidade corresponde à gramaticalização das atitudes e das opiniões do sujeito enunciador. Decorre desse leque grande parte das opções sobre uma concepção mais restrita ou mais abrangente de modalidade.

De acordo com Oliveira (1993), não é possível afirmar, no entanto, que, na língua, todos os enunciados apresentam valores modais. Para ela, definir uma concepção abrangente de modalidade baseada nesse pensamento implica situar-se em uma zona de risco de se confundir modalidade com intencionalidade do sujeito.

Sobre esse contexto, Cervoni (1989) propõe delimitação. De acordo com o autor, para se alcançar uma definição mais pertinente para a perspectiva linguística da modalidade, deve-se buscar uma concepção restrita. Nesse sentido, ele sugere a identificação sobre o que vem a ser tipicamente modal, sobre o que é só parcialmente modal e sobre aquilo que pode ser excluído do campo da modalidade, estabelecendo assim, 03 grupos distintos:

- O núcleo duro (formado pelas modalidades proposicionais e pelos auxiliares de modo);
- A modalidade impura (lexemas verbais e expressões unipessoais, modos e tempos, modalidades e ilocutório);
- As exclusões (os adjetivos em -ável, -ível, -úvel, modalidades de frases; quantidade, tempo e lugar).

Outros estudos no âmbito da modalidade merecem referência, como os processos de modalização na análise linguística, conforme desenvolvidos por Weinreich (1977) no estudo sobre as teorias semânticas, bem como os estudos sobre a lógica da linguagem, notadamente os de Bernard Pottier.

Além desses, há também os desenvolvidos no âmbito da Filosofia da Linguagem, como os tratados por Austin, no decorrer dos estudos sobre a realização dos atos de fala, como os estudos da performatividade.

Lyons (1995) também desenvolve estudos no âmbito da modalidade. Para ele, a atitude do falante, bem como a forma de manifestação dessa atitude é o que define conceitualmente a modalidade, sendo esta, portanto, definida como a maneira pela qual a atitude do sujeito é marcada gramaticalmente.

No decorrer de seus estudos, Lyons recorre a uma tipologia de modalidade, a qual ele define como organizada em três escalas:

- A escala do desejo ou da intenção;
- A escala da necessidade ou da obrigação;
- A escala da certeza ou da possibilidade.

A escolha do teórico pelo termo escala diz respeito à sua própria consciência de que tais escalas podem, em certo ponto, serem desenvolvidas em maior ou menor número de outros níveis classificatórios.

Le Querler (1996), por sua vez, conceitua a modalidade como resultado de uma ação deliberada do locutor, que expressa sua atitude em relação ao conteúdo do seu enunciado.

Definindo modalidade dessa maneira, o autor acaba por excluir a asserção simples do rol de conteúdos modalizados, já que, nesse tipo de asserção, não há marca de atitude deliberada do locutor.

Le Querler (1996) também classifica alguns tipos de marcadores, na medida em que alerta para o fato de que uma mesma modalidade pode ser manifestada por diferentes marcadores. São eles:

- Marcadores entonativos: uma determinada asserção poderá ser entendida como uma ordem, um pedido, uma pergunta, etc., tudo a depender da entonação atribuída;
- Marcadores morfológicos: os modos e os tempos verbais, bem como os diferentes empregos verbais das formas infinitivas;
- Marcadores lexicais: verbos modais e advérbios modais, dentre outros;

- Marcadores sintáticos: a subordinação de orações adverbiais, por exemplo, que marcam circunstâncias modais.

Considerando sua definição de modalidade, que se relaciona à atitude do locutor em relação ao seu conteúdo proposicional, o autor estabelece uma classificação tipológica da modalidade, levando em consideração justamente a posição do sujeito enunciador em relação ao conteúdo do enunciado. Dessa maneira, para ele, as modalidades são classificadas como:

- Modalidade subjetiva: expressa a relação entre o enunciador e o conteúdo do enunciado, podendo ser epistêmicas ou apreciativas;
- Modalidade intersubjetiva: expressa a relação entre o enunciador e o coenunciador sobre o conteúdo do enunciado, definidas como as deônticas;
- Modalidade objetiva: o enunciador relaciona o conteúdo proposicional a outro, subordinando-o; são designadas implicativas (P implica Q).

Neves (2006) também especifica o trabalho desenvolvido por Pottier (2000) no âmbito da modalidade. De acordo com a autora, Pottier propõe a existências de quatro zonas modais, as quais reúnem fenômenos linguísticos que, por sua vez, são classificados como:

- Modalidade alética: está relacionada ao possível, ao necessário;
- Modalidade epistêmica: está relacionada à manifestação da crença e do saber do sujeito enunciador;
- Modalidade factual: está relacionada às intenções do sujeito enunciador em relação ao que é dito;
- Modalidade axiológica: está relacionada ao valor atribuído pelo sujeito enunciador ao que é dito.

De acordo com Neves (2006, p. 58), Parret (1976) desenvolve seu trabalho numa concepção de modalidade ainda muito próxima do que se desenvolvia nos estudos de lógica modal, na medida em que considera a



modalidade não somente como propriedades de caráter lexical, mas principalmente como determinada pelo valor de verdade do conteúdo proposicional. Baseado nessa perspectiva, o autor elabora uma classificação em 4 tipos:

- Modalidade lexicalizada: expressa nos verbos modais e advérbios;
- Modalidade proposicional: determina o valor de verdade das proposições dela dependentes como necessário, contingente, possível ou impossível;
- Modalidade ilocutória: exprime os tipos e níveis de classificação e convenção das intenções do locutor, regulando a forma e o conteúdo semântico de cada ato ilocutório;
- Modalidade axiológica ou pragmática: regula a própria interação, selecionando os enunciados de acordo com os respectivos contextos de ação.

Conforme Oliveira (1993), a opção por uma concepção mais próxima dos estudos de lógica modal ou por uma concepção linguística de modalidade será determinante para a delimitação conceitual da categoria, bem como para o aprofundamento da análise.

Ao ser verificada tal variabilidade de concepções aqui demonstradas, além de outras também definidas por outros autores, infere-se que sobre a modalidade ainda se compreende pouco, talvez por envolver, o estudo da modalidade, domínios relacionados ao raciocínio e à ação humana.

### **3.2 Sobre a Modalidade para a TOPE**

No interior do quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, Culioli fundamenta a construção do enunciado com base na incidência de operações predicativas e enunciativas sobre um conteúdo proposicional, articuladas por meio de uma operação básica de localização abstrata, opération de repérage, conforme fora visto.

Tais operações determinam a forma de organização sintática do enunciado, a interação entre os sujeitos, bem como as localizações relativas ao sistema de coordenadas enunciativas, dando origem, no enunciado, a valores referenciais de pessoa, de tempo, de aspecto, de número e de modalidade (CAMPOS, 1998).

No que se refere à modalidade, esta é uma categoria gramatical presente nos enunciados de falantes de qualquer língua natural e é representada por marcas linguísticas explícitas ou implícitas (entonação, etc.) no conteúdo proposicional do enunciado.

Sobre a caracterização da modalidade, a figura do sujeito enunciador tem fundamental importância para a definição conceitual, razão pela qual se passou a considerar todo o processo de interação subjetiva, semântica, cognitiva e pragmática entre o sujeito enunciador e o coenunciador da situação de produção enunciativa.

Culioli (1990) busca, por meio da teoria, descrever as operações de localização, desenvolvidas em nível de pensamento, para a organização formal do enunciado. Levando a compreender a relação existente entre a construção do sentido do enunciado e as operações de localização dos termos durante a constituição do próprio enunciado.

O foco da teoria é voltado para a observância dos aspectos interiores à língua, sobre isso Neves (2012, p. 59), corrobora o pensamento de Vogüé (1991), explicando que:

O conceito de enunciação, neste quadro, não se refere a um acontecimento singular e contextualizado em que um enunciado é proferido, ou seja, não é uma situação de interlocução. Distingue-se, pois, enunciação de locução, precisamente porque se considera que a construção enunciativa é um dinamismo operacional interno à língua – uma configuração complexa de parâmetros abstratos a partir dos quais se constrói o cálculo referencial de que resulta a construção do interno ao enunciado.

Para a fundamentação da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, Antoine Culioli introduziu diversos aspectos conceituais, bem como fez uso de aspectos, como visto, já conhecidos de outras teorias e trabalhados há muito tempo, como é o caso referente às modalidades, conceito trabalhado, de acordo com Neves (2012, p. 37), desde Aristóteles por meio da Teoria Lógica das

Modalidades que “constitui a primeira grande contribuição para os estudos modernos de modalidade”.

Para a TOPE, a modalidade é resultado “da localização de uma relação predicativa – ou conteúdo proposicional – em relação a uma classe de sujeitos enunciadores constituída por um enunciador origem, parâmetro primitivo, e por um sujeito-locutor” (CAMPOS, 1997, 53).

Assim, Culioli (1990) define a modalidade como correspondente ao resultado da localização da relação predicativa que compõe um enunciado, em relação ao sujeito da enunciação, ou seja, a modalidade representa o nível de comprometimento do sujeito enunciador em relação àquilo que enuncia, assumindo o que se constrói no enunciado ou distanciando-se disso.

Ao contrário do que disse Oliveira (1993), Culioli (1990) considera que a todo e qualquer enunciado corresponde um valor modal, sendo o mesmo significativamente representativo para a constituição do enunciado.

Conforme a concepção culioliana, a modalidade apresenta uma tipologia quadripartida, na medida em que se classifica em quatro grandes grupos de valores modais. Tal classificação proposta por Culioli (1971), inclusive, influencia diversas outras classificações estabelecidas por outros autores, como é o caso da tipologia definida por Campos (2004).

O teórico observa ainda que as modalidades não são exclusivas de determinadas operações e situações de enunciação, podendo, inclusive, uma operação de localização determinante para a constituição de um valor modal, estar relacionada também à constituição de outros tipos de modalidade.

De acordo com Culioli (1990), existem quatro grandes grupos de operações que resultam em modalidades:

- Modalidades da Asserção (afirmativa ou negativa), da Interrogação e da Injunção;
- Modalidades do Possível, Certo/Não certo, do Provável, do necessário e do Possível;
- Modalidade Apreciativa, que abrange valores apreciativos e afetivos;
- Modalidade Pragmática, que abrange valores complexos, dependentes da relação intersubjetiva.

A Modalidade, portanto, pode ser compreendida, no interior da construção do enunciado, como a categoria gramatical caracterizada pelo estabelecimento de relação entre o Sujeito Enunciador e a relação predicativa ou o conteúdo do enunciado, ou entre o Sujeito Enunciador e o seu Coenunciador.

As operações que geram as modalidades de Asserção, afirmativas ou negativas, são desenvolvidas a partir da relação estabelecida entre o Sujeito Enunciador e o enunciado, de forma que o Enunciador assume a validação do conteúdo do enunciado como sendo verdadeiro ou falso, na medida em que tal sujeito afirma ou nega.

- *O aluno chegou cedo à aula.*
- *O aluno não chegou cedo à aula.*

No que se refere ao estabelecimento da Modalidade Interrogativa, a operação consiste na passagem de responsabilidade do Sujeito Enunciador para o Coenunciador, que passa a ter o encargo de validar ou não validar o conteúdo do enunciado, fundamentando-se, assim, na relação entre Enunciador e Coenunciador.

- *Por que o aluno chegou cedo à aula?*

Por outro lado, a modalidade Injuntiva não desempenha valor de asserção nem de interrogação, mas sua manifestação promove, no Coenunciador, uma ação que coincidirá como uma resposta ao enunciado, na medida em que abrangerá pedido, ordem ou sugestão do Enunciador para com o Coenunciador. Neste caso, portanto, tal operação leva em conta a relação que se estabelece entre o Sujeito Enunciador e seu Coenunciador.

- *Peço a todos que cheguem cedo à aula.*

As operações subjacentes ao estabelecimento das Modalidades do Certo/Não certo, provável, necessário e possível, estabelecem relação entre o Enunciador e o conteúdo do enunciado.

Nesse caso, a operação consiste no estabelecimento, por parte do Enunciador, de uma avaliação que incide sobre o conteúdo do enunciado e que tem

natureza qualitativa, posicionando-se numa zona de fronteira entre a validação e a não validação do conteúdo do enunciado.

- *É possível que o aluno tenha chegado cedo à aula.*

As modalidades que abrangem valores apreciativos e afetivos têm como operações as que relacionam o Enunciador com a relação predicativa. Através dessas operações, o Sujeito Enunciador marca sua apreciação sobre a relação predicativa, desenvolvendo juízo de valor, com vistas à qualificação da referida relação predicativa.

- *Felizmente todos se comprometeram em chegar cedo à aula.*

Por fim, as modalidades que expressam valores complexos, dependentes da relação entre os sujeitos, são fruto de operações que relacionam Enunciador e Coenunciador, no decorrer de um jogo de relação intersubjetiva em que um estabelece o parâmetro para a atuação do outro, no decorrer do estabelecimento de valores do deôntico, do desejo e da permissão, abrindo espaço, como visto, para o estabelecimento também da modalidade injuntiva.

- *Todos os alunos devem chegar cedo à aula.*

É importante salientar que a classificação proposta por Culioli (1990) não manifesta intenção em enquadrar em um rol exaustivo todos os tipos de modalidade, constituindo, na verdade, uma escolha metodológica centrada, dentre outras coisas, no comodismo de exposição para a representação do tema.

Isso porque o próprio teórico explicita que a questão da modalidade é suficientemente complexa a ponto de não permitir que se sujeite a uma redução conceitual, ou seja, não é possível reduzi-la a um catálogo classificatório, já que a mesma constitui uma categoria gramatical que afeta o enunciado como um todo.

São essas definições propostas por Culioli que influenciaram Campos (2004) a propor a divisão dos três valores modais vistos anteriormente: o *valor epistêmico*, que marca o grau de compromisso do sujeito enunciador em relação à verdade do que diz; o *valor deôntico*, que permite a expressão, por parte do sujeito

enunciador, de valores de permissão ou obrigação em relação ao conteúdo do enunciado; e o *valor apreciativo*, que se refere à avaliação, por parte do sujeito enunciador, sobre a situação representada no enunciado, emitindo-se um juízo de valor subjetivo, seja positivo ou negativo.

A fim de exemplificar o cenário de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos sobre modalidade, observe-se, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Neves (2006) e Campos (1998).

Enquanto Neves (2006) desenvolve um estudo semântico-enunciativo sobre a modalidade presente em Artigos de Opinião, Campos (1998) analisa o subsistema modal relacionado à manifestação, no enunciado, dos verbos “Dever” e “Poder”. Ambas, importantes contribuições para o universo acadêmico da produção científica.

### **3.3 Sobre os processos de Remodalização e Sobremodalização**

Os processos de remodalização e sobremodalização são definidos como fenômenos resultantes da coocorrência de valores modais, no entanto, para que se compreenda como ocorrem esses processos, é preciso caracterizar a operação de modalização, e distinguir dentre alguns aspectos que podem confundir o entendimento sobre os fenômenos.

A teoria das operações predicativas e enunciativas estabelece claramente o lugar reservado à categoria da modalidade. De acordo com a teoria, “enunciar é construir determinação” (CAMPOS, 1997, p. 151). Isso implica dizer que ao desenvolver o processo enunciativo, o sujeito enunciador parte de uma estrutura não determinada para que, a partir da incidência de operações de localização, seja possível alcançar o sentido no interior de uma estrutura então determinada.

Tal estrutura, quando ainda indeterminada, é designada pela teoria, conforme visto anteriormente, como relação predicativa, a qual deverá ser submetida a uma série de operações que lhe dará determinação no decorrer dos processos de construção de uma infinidade de sentidos.

Essas operações que incidem sobre a relação predicativa, a fim de atribuir-lhe determinação, podem ser classificadas como pertencentes a dois tipos distintos de operações, as de natureza predicativa e as de natureza enunciativa.

No que se refere às operações de natureza predicativa que incidem na relação predicativa, elas ocorrem quando o termo localizador da operação coincide com um dos termos que compõe a própria relação predicativa.

Já no que diz respeito às operações de localização de natureza enunciativa, estas ocorrem quando o localizador coincide com alguma das coordenadas enunciativas que compõe a situação de enunciação, a saber, sujeito enunciador ( $S_0$ ), tempo da enunciação ( $T_0$ ), ou mesmo quando o localizador é representado pelo conjunto dessas coordenadas ( $Sit_0$ ).

A exemplo das operações de localização enunciativa, existem as operações que têm como termo localizador o parâmetro do tempo (T). Desse tipo de operação resultam enunciados com valor referencial de tempo e aspecto. Por outro lado, existem também operações que apresentam como termo localizador o parâmetro sujeito (S). É, justamente, nesse âmbito que se define o espaço das operações de modalização, ou seja, são as operações de modalização que incidem sobre a relação predicativa, tendo como termo localizador da operação o parâmetro sujeito, determinando a relação predicativa no que diz respeito à maneira como o sujeito enunciador assume essa relação.

Assim se define o lugar da modalidade na teoria culioliana, a relação predicativa é afetada, dentre outras, pela operação de localização que tem como termo localizador o sujeito da enunciação, atribuindo determinação que manifesta o posicionamento do sujeito em relação ao conteúdo da relação predicativa. Esse tipo de operação de localização é definida como operação de modalização.

Muitos teóricos defendem a tese de que todo enunciado é modalizado, seja por um operador de crença (opinião), ou por um operador de saber. Partindo dessa premissa, propõe-se compreender que os vários valores modais incidentes sobre os diversos enunciados dizem respeito à localização das ocorrências no interior de uma escala de valores que vai desde o domínio do incerto, até o domínio do certo, passando pelo domínio do não-certo.

A partir da composição dessa escala de valores, constrói-se um subsistema constituído por valores epistêmicos e de asserção estrita, positiva ou

negativa, representados, ora por operadores de opinião, ora por operadores de saber.

As operações de remodelização e sobremodalização incidem sobre os valores constitutivos desse subsistema, ou seja, é no interior dessa escala de valores que ocorrem os fenômenos de remodelização e sobremodalização.

Mas, o que de fato vem a ser os processos de remodelização e sobremodalização?

Para compreender a essência de tais fenômenos, é importante entender como se dá o processo de modalização incidente sobre a relação predicativa. Para isso, veja-se o exemplo conforme trabalhado por Campos (1997, p. 154).

- *O Gil deve poder ir à praia amanhã*

Observando o exemplo, vê-se que o operador modal epistêmico “deve”, pelo processo de modalização, incide sobre a relação predicativa complexa:

*<poder, o Gil, <( ) ir à praia>>*

Assim, o enunciado “*O Gil deve poder ir à praia amanhã*” é resultado dessa relação predicativa complexa em relação ao parâmetro S da situação Sit(S,T), dessa forma, o modal epistêmico é exterior à relação predicativa, já que resulta da relação entre essa relação predicativa e a situação Sit(S,T).

Portanto, apesar de o exemplo apresentar, além do operador epistêmico “deve”, outro operador não-epistêmico “poder”, este último integra a própria relação predicativa modalizada, não podendo ser considerado como outro modalizador além do modalizador “deve”, razão pela qual o enunciado aqui analisado constitui exemplo de modalização, apenas.

Por outro lado, há casos em que ocorre mais de um processo de modalização no mesmo enunciado, como exemplo, tem-se o processo de remodelização.

Esse processo é caracterizado pelo deslizar de um valor identificado no domínio do certo, para um valor do domínio do quase-certo, diminuindo, portanto, o grau em que o sujeito enunciador assume a validação da relação predicativa.

- *Já que ele é um garoto educado, ele deve ser, talvez ele seja, poderia tratar mais docemente as pessoas.*



No interior desse tipo de fenômeno, o que ocorre, inicialmente, é a modalização de uma relação predicativa, construindo um valor de asserção estrita (*Já que ele é um garoto educado*). A partir daí, ocorre o deslizar de um valor do domínio do certo (ele é um garoto educado), para o domínio do quase-certo (ele deve ser *um garoto educado*), diminuindo o grau de validação do sujeito enunciador sobre a relação predicativa.

É importante salientar, nesse caso, que não se está perante à ocorrência de um processo de modalização que incide sobre uma asserção estrita já modalizada, mas frente a uma outra operação de modalização, diferente da anterior, mas que incide sobre a mesma relação predicativa que a primeira modalização incidiu.

Assim, da ocorrência das duas operações de modalização resultam valores modais distintos em relação à mesma relação predicativa e, além do mais, a segunda operação de modalização desconstrói o valor produzido pela primeira, passando a constituir o valor de referência para a reconstrução do sentido por parte do coenunciador.

Há casos, também, em que a remodelização ocorre no sentido inverso do que fora até aqui visto. Dessa forma, o deslizar do valor modal se dá, não mais do domínio do certo para o domínio do quase-certo, mas no sentido oposto, do domínio do quase-certo para o domínio do certo, conforme o exemplo a seguir.

- *Esse jogo deve ser um dos melhores já desenvolvidos, deve não, ele é o melhor jogo já desenvolvido.*

O outro fenômeno mais complexo em relação à modalização diz respeito à sobremodalização. A sobremodalização consiste na acumulação de valores modais. Ou seja, uma segunda operação de modalização incide sobre uma relação predicativa que já foi modalizada.

Assim, não se fala em anulação, mas em acumulação de valores modais.

- *Àquela época, o professor devia saber, suponho que talvez soubesse, que os alunos não iam bem.*

Pela análise do exemplo se verifica que o grau de comprometimento do sujeito enunciador sobre a relação predicativa vai diminuindo, acumulando-se os valores modais manifestados no enunciado. Ou seja, o verbo modal “devia” manifesta um valor modal que identifica um elevado grau de comprometimento do sujeito enunciador com o conteúdo da relação predicativa, ao passo que a marca “talvez”, acompanhada do verbo de atitude “suponho”, manifesta um menor grau de comprometimento do sujeito para com o conteúdo da relação predicativa.

Nesse caso, nenhuma das ocorrências de modalização busca sobrepor-se à outra a fim de anulá-la, mas, simplesmente, elas coexistem no enunciado, acumulando-se na construção de um sentido que permite compreender ambas.

Diante do que foi até aqui exposto, conclui-se que o fenômeno da modalização pode apresentar nuances mais complexas que devem ser, portanto, identificadas e diferenciadas umas das outras.

Assim, o simples fenômeno da modalização consiste na ocorrência da modalização que incide sobre uma relação predicativa complexa; além disso, a remodelização consiste no “deslizar” de um valor modal para outro, os quais ocorrem sobre a mesma relação predicativa, de forma que a segunda operação desconstrói o valor da primeira, anulando-a; por fim, a sobremodalização consiste na ocorrência da modalização de uma relação predicativa já modalizada, acumulando os valores modais resultados de todas as operações ali incidentes.

A seguir, será desenvolvido o raciocínio em torno de outro fator extremamente importante para o entendimento sobre o funcionamento da modalidade, o mediativo, compreendido por muitos, inclusive, como uma subcategoria da modalidade.

### **3.4 Sobre o Mediativo**

Um aspecto diretamente relacionado à modalidade diz respeito ao Mediativo. O termo “mediativo” não é apresentado novamente no decorrer do universo conceitual linguístico com tratamento diferente do que aqui se procura atribuir. Sendo tratado o mediativo como uma categoria gramatical, cujos processos

gramaticais exprimem o distanciamento e não-comprometimento do sujeito enunciador em relação aos fatos reportados pelo enunciado.

Os estudos relacionados ao mediativo foram impulsionados pelas pesquisas de Jakobson, nas quais o estatuto da fonte de informação que perpassa a construção do enunciado foi identificado pelo teórico como “*evidential*” (NEVES, 2006).

O termo “*evidential*”, empregado por Jakobson (1957), foi, desde o surgimento, adequado para a identificação do fenômeno ao qual se refere, em língua inglesa. No entanto, de acordo com Guentchéva (1996), para a aplicação do fenômeno do mediativo em língua francesa o termo introduzido por Jakobson não poderia ser diretamente traduzido, sob pena de que tal procedimento trouxesse embaraços à questão conceitual do fenômeno.

O que acontece, nesse caso, é que o termo “*evidential*”, do inglês, diz respeito a dados linguísticos evidentes desde a origem, qualquer que fosse o valor final construído, e, em que pese algumas literaturas francesas considerarem a tradução do termo como designadora do fenômeno (*évidentiel*), Guentchéva prefere adotar o termo “mediativo”, já que o termo traduzido em francês remete à ideia do que é constatado de maneira mais direta, análoga à ideia do distanciamento construído pelo fenômeno. É por meio desse raciocínio que Guentchéva (1996), juntamente com outros autores, assume a nomenclatura de mediativo.

Mas, o que de fato vem a ser o Mediativo?

O nível de distanciamento ou de não-comprometimento do sujeito enunciador é manifestado a partir de uma categoria semântica, a essa categoria, conforme se viu, deu-se o nome de mediativo

O mediativo pode ser entendido, portanto, como o valor obtido a partir da apresentação de fatos pelo enunciador, no interior do enunciado, que não expressam uma visão pessoal desse mesmo enunciador, correspondendo, na verdade, à visão de outros enunciadores aos quais se recorreu para a validação da relação predicativa.

Assim, a mediatização estará situada no âmbito da relação existente entre a significação construída e o tipo de conhecimento atrelado a essa significação, verificando-se se o conhecimento fora adquirido de maneira mediata ou imediata. É nesse ponto que se dá a construção do mediativo, quando o tipo de conhecimento a relacionar-se com a significação é mediato, ou seja, adquirido de maneira indireta.

A construção do valor do mediativo se dá pelo estabelecimento de uma ruptura enunciativa, constituindo uma alteração do processo de construção do sentido no decorrer de determinada situação de enunciação  $Sit_0$ .

Tal processo de ruptura pode ser melhor explicado pela consideração de que a introdução de um mediativo no interior de um enunciado implica a introdução de uma outra situação enunciativa diferente da situação de enunciação ( $Sit_0$ ). Ou seja, é como se a ordem “natural” da construção do sentido do enunciado, no interior da situação de enunciação origem ( $Sit_0$ ), fosse então “abalada” pela introdução de outra situação de enunciação distinta, que seria a situação de enunciação mediatizada ( $Sit_M$ ). Assim, no interior de um enunciado, com a introdução de um mediativo, ocorre a introdução de uma Situação de Enunciação Mediatizada ( $Sit_M$ ), a qual rompe com a Situação de Enunciação Origem ( $Sit_0$ ) que se estabelecia.

Importante salientar que a Situação de Enunciação Mediatizada ( $Sit_M$ ) é completamente independente da Situação de Enunciação Origem ( $Sit_0$ ), e introduz dois novos parâmetros, o Sujeito Mediatizado ( $S_M$ ) que rompe com o Sujeito Enunciador ( $S_0$ ); e o Tempo Mediatizado ( $T_M$ ) que por sua vez rompe com o Tempo da Enunciação ( $T_0$ ). Nessa dinâmica, ( $S_M$ ) é introduzido como indeterminado e ( $T_M$ ) surge como fictício.

A ruptura introduzida pelo uso do mediativo pode dar-se de maneira global, quando afeta toda a situação enunciativa ( $Sit_0$ ), ou de forma parcial, afetando apenas algum dos parâmetros, sujeito enunciador ( $S_0$ ) ou tempo da enunciação ( $T_0$ ).

Para Guentchéva (1996), os principais valores do mediativo podem ser organizados em três grupos: o dos fatos relatados, subdividido entre os que são admitidos e conhecidos por todos e os que são fundamentados nas falas de outros sujeitos; o grupo das inferências, que está relacionado aos fatos que são reconstruídos a partir de traços e/ou indícios observados na construção dos enunciados; e o grupo dos fatos de surpresa, os quais são apresentados no enunciado como descoberta, contradizendo determinado comportamento linguístico esperado.

Campos (2001), ao transferir a abordagem do estudo do mediativo para o contexto de Língua Portuguesa, adota a mesma classificação dos grupos de valores fundamentais especificada por Guentchéva (1996).

Nesse contexto, são apresentados exemplos adaptados a partir de outros exemplos apresentados por Campos (2001), verificando-se como exemplo do

mediativo pertencente ao grupo dos fatos relatados, a manifestação que pode ser observada no interior do enunciado a seguir:

- **Como é do conhecimento de todos**, é preciso estar atento para perceber as voltas que o mundo dá.

Sobre o mediativo do grupo das inferências, verifica-se:

- A atitude de estar atento, **conforme se vê**, dá ao indivíduo autonomia para uma tomada de decisão cada dia mais justa.

Por fim, no que se refere ao mediativo pertencente ao grupo dos fatos de surpresa:

- E estando a humanidade atenta, **veja só!** Há indivíduos que não se dão conta disso.

Esses enunciados, criados no interior deste trabalho, são exemplos de como pode o mediativo estar manifestado em enunciados de língua portuguesa. Mas, até que ponto é possível estabelecer uma relação entre o mediativo e a construção da categoria gramatical da modalidade?

Para apresentar raciocínio sobre o questionamento, recorre-se ao que diz Campos (2001, p. 338) sobre o mediativo, ao afirmar que o mesmo “fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor epistêmico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade”.

Sugere-se, dessa maneira, que a relação entre o mediativo e a modalidade seja entendida como uma relação de inclusão, sendo, o mediativo, considerado uma subcategoria da modalidade.

A percepção da presença do mediativo nos enunciados, portanto, possibilita ao linguísta o entendimento sobre o modo como os enunciadores podem fazer uso de estratégias que manifestem um distanciamento entre o sujeito enunciador e o conhecimento construído no enunciado, de forma que esse mesmo enunciador possa estar isento de qualquer responsabilidade para com a verdade do

que se enuncia. Eis um importante aspecto que pode estar presente na construção dos depoimentos de réus em defesa própria.

A partir de agora, será verificado o aspecto central da composição da modalidade, para fins dos objetivos nos moldes da presente pesquisa, a negação, o foco de análise no decorrer das operações de modalidade que incidem sobre o conteúdo proposicional dos enunciados do *corpus*.

### 3.5 Sobre a Negação

Dentre as várias categorias linguísticas existe a Negação que, assim como muitas, igualmente apresenta um caráter transcategorial, justificado pelo fato de estabelecer relação com diversas outras categorias, como a exemplo da modalidade, da determinação, tempo-aspecto, etc.

Culioli (1978) esclarece que a categoria linguística da negação mantém uma relação bastante próxima com modalidade, sendo, de acordo com o teórico, decorrente desta última.

É considerável a relevância atribuída à categoria da negação, que Culioli (1988, p. 94) diz que “il n’est pas possible de construire un système de représentation [métalinguistique] qui ne contiendrait pas un opérateur négatif”<sup>8</sup>. É fundamentado nesse raciocínio que Culioli define o operador metalinguístico que representa a negação como sendo  $\notin$ . Tal operador metalinguístico que permitirá que a categoria da negação esteja devidamente representada no interior do sistema de representação metalinguístico.

No decorrer do estudo sobre a categoria da negação, faz-se necessária a realização de uma abordagem sobre a distinção entre marcadores e operações, estando essa distinção, no cerne da questão sobre o caráter transcategorial da negação, conforme se observa que, alguns marcadores da negação têm a capacidade de refletir aspectos relacionados a outras categorias, como é o caso de marcadores de negação associados a marcadores de tempo (já não / ainda não).

---

<sup>8</sup> “não é possível construir um sistema de representação metalinguístico que não contenha um operador negativo”.

Culioli (1990), em capítulo intitulado “*La Négation: Marqueurs et opérations*”, sem o objetivo de exaurir um rol definitivo, apresenta 04 tipos de marcadores de negação. Buscando estabelecer uma adaptação para a Língua Portuguesa, os marcadores de negação identificados por Culioli são:

- “Não”, bem como as relações estabelecidas com os verbos;
- Os afixos negativos, como “in-” (inacreditável), etc;
- Lexemas de conteúdo negativo, como “dificilmente”, “raramente”, etc;
- Os indefinidos negativos, como “nunca”, “nada”, etc.

Já no interior dos estudos em Língua Portuguesa, Micusan (1969, *Apud* MORENO, 2005, pp. 30-31), apresenta uma lista ainda mais variada sobre os marcadores que exprimem valores negativos, como Advérbios, de negação propriamente dita (não, tampouco); de tempo com função negativa (jamais, nunca); Pronomes e adjetivos pronominais negativos (nenhum, ninguém, nada, nicles); Locuções adverbiais, de modo (de nenhum modo, de nenhuma maneira, de modo algum); de tempo (nunca por nunca, nunca mais, em tempo algum, etc); dentre outros.

Tal variabilidade conduz a uma indagação acerca da relação entre os marcadores e as operações: havendo uma grande variedade de marcadores negativos, é seguro supor que haverá, portanto, uma grande variedade de operações?

Os estudos, até agora, permitem afirmar que existem algumas operações conducentes à construção da negação, no entanto, tais operações não acompanham a quantidade que se observa de marcadores de valor negativo.

Culioli (1990) identifica 03 tipos de negação, a negação primitiva, desenvolvida em nível cognitivo; a negação construída, linguística, propriamente dita; e a negação metalinguística, cuja análise conduz às operações subjacentes. A negação primitiva, situada em um nível cognitivo, diz respeito a um modo de percepção do mundo pelo sujeito, de como esse sujeito apreende e compreende os fenômenos com os quais se relaciona no mundo. A negação construída (linguística), por sua vez, é derivada da primitiva e é manifestada na língua através dos marcadores de valor negativo.

No âmbito da negação dita primitiva, há a operação de identificação, a qual é primordial para a construção da negação, tendo em vista que é pela identificação que se constroem e se diferenciam as ocorrências. Assim, a operação de identificação está intrinsecamente ligada à operação de diferenciação.

Ao tempo em que é possível identificar que determinada ocorrência de uma noção apresenta propriedades comuns ao centro atrator, possibilita-se, igualmente, verificar em que nível tais propriedades comuns ao centro da noção permitem a diferenciação entre as ocorrências. Ou seja, na medida em que se identificam, nas ocorrências, propriedades comuns ao centro organizacional da noção, verifica-se também que entre uma ocorrência e outra há uma diferenciação. Isso implica, portanto, que a operação de identificação conduz à operação de diferenciação.

Conforme fora visto em tópico anterior, o Domínio Nocial é estruturado em zonas, de forma que, a responsabilidade por essa estruturação é relacionada à interação entre as operações de identificação e diferenciação. Sobre isso, Moreno (2005, p.33) explica que “a relação entre identificação e diferenciação permite estruturar o domínio nocional em zonas: interior (identificação), fronteira (diferenciação fraca) e exterior (diferenciação forte)”.

Assim, o entendimento a respeito da estruturação e da forma de funcionamento do domínio nocional permite compreender como interagem as operações de identificação e diferenciação e, conseqüentemente, a construção da negação, já que esta se origina da operação primitiva da diferenciação.

No decorrer do processo de construção da negação, é interessante notar, também, a partir do funcionamento da operação de identificação, como a negação ocupa espaço secundário em relação à afirmação.

Isso ocorre porque, via de regra, a afirmação coincide com a constituição da *léxis*, sendo necessário, para se chegar à negação, a introdução de uma marca que venha a identificar o valor negativo, diferentemente do que ocorre na afirmação. Dessa maneira, a operação de identificação demonstra a existência de um caráter privilegiado do termo positivo em relação ao negativo, já que a *léxis* apresenta a mesma forma da afirmação.

A negação construída (linguística), como dito, deriva da primitiva, sendo posterior à construção do domínio nocional em que se situam as ocorrências, e caracteriza-se por duas operações complexas.



A primeira operação complexa envolvida na construção da negação linguística diz respeito à operação de “percurso”, a qual corresponde a um caminho percorrido através das ocorrências do domínio nocional em direção à zona exterior, onde deverá alcançar sua estabilização, na construção de uma diferenciação forte da ocorrência.

A outra operação complexa envolvida na construção da negação linguística é referente à operação de “zonagem”. A operação complexa de zonagem opõe-se a uma operação de centragem, baseando-se na diferenciação de ocorrências com zonas distintas do interior nocional. Ou seja, enquanto a centragem está relacionada à identificação das ocorrências com o centro atrator do domínio nocional, a operação de zonagem se relaciona à diferenciação da ocorrência, o que a faz localizar-se em zonas distintas da zona interior.

Adaptando a exemplificação proposta por Culioli (1988), verifica-se como a operação de percurso funciona no interior do processo de construção da negação.

- *É nada.*
- *Não é nada.*

No primeiro exemplo, “É nada” desenvolve um percurso por todas as ocorrências possíveis situadas no interior do domínio nocional que poderia ser representado por “algo”, até adentrar e estabilizar-se no exterior do domínio nocional, na medida em que o termo “nada” exclui qualquer possibilidade de haver validação de ocorrência na zona interior.

No que diz respeito ao segundo exemplo, “Não é nada”, há, da mesma forma, um percurso que, pelo mesmo raciocínio que o primeiro, conduz a uma estabilização no exterior do domínio nocional. No entanto, diferentemente do primeiro exemplo, há um retorno à zona interior do domínio nocional, manifestado pelo marcador “Não”, o qual corresponde à negação do primeiro exemplo e, portanto, à inserção da ocorrência novamente no interior do domínio nocional, podendo ser parafraseado por “É algo”.

Outro exemplo pode ser observado a partir da seguinte proposição:

- *João não comeu a sopa, comeu a sobremesa.*

Realizando-se o percurso pelas ocorrências do interior do domínio nocional, verifica-se que nenhuma das ocorrências que se identificam com a noção /sopa/ foi validada, encontrando-se estabilização na zona exterior da dita noção, representada pela ocorrência da noção /sobremesa/.

- *João não comeu a sopa.*

Nesse outro exemplo, a diferença é que não há representação de ocorrência na zona exterior do domínio nocional, a qual, neste caso, constitui um espaço vazio.

No que se refere à operação complexa de zonagem, é possível exemplificar da seguinte forma:

- *Ele não come, ele devora.*

Neste tipo de operação, diferentemente da operação de percurso, não se verifica a saída para o exterior do domínio nocional da noção /comer/, o que se verifica, na verdade, são movimentos de inversão, criando zonas de diferenciação entre a ocorrência “devora” e o centro da noção /comer/.

Outro exemplo de operação de zonagem na construção da negação, diz respeito aos enunciados que apresentam relações comparativas. Como:

- *X é tão grande quanto Y*
- *X não é tão grande quanto Y*
- *X não é tão grande, mas, maior que Y*

No primeiro exemplo há uma relação de identificação, atribuindo-se, tanto a X quanto a Y, um mesmo valor predicativo “ser grande”, orientando-se, ambos, em direção ao centro atrator da noção. Já o segundo exemplo desfaz essa relação de identificação, criando, por sua vez, uma relação de diferenciação entre X e Y, e invertendo a orientação de para a zona exterior do domínio nocional. Enquanto que o terceiro exemplo manifesta uma dupla inversão, inicialmente para a zona exterior do domínio nocional e, por fim, retornando ao interior em direção ao centro atrator da

noção, na medida em que se estabiliza numa zona distinta do centro, ainda assim no interior do domínio.

Pelo que até aqui fora visto, é possível caracterizar, portanto, a categoria da negação como resultado de uma operação complexa que leva em consideração a localização em relação ao sujeito enunciador.

Além disso, a ocorrência de uma operação de percurso caracteriza a operação de negação, a qual se fundamenta na construção de uma exterior no domínio nocional, onde deverá ser estabilizada a operação. Não ocorrendo a estabilização na dita zona exterior, a operação de negação será caracterizada por sua vez através de uma operação de zonagem, na medida em que se observa que a estabilização da operação se dá em determinada subzona no interior do domínio nocional.

Tais considerações sobre a categoria da negação são de fundamental importância para o entendimento acerca das análises desenvolvidas no interior da presente pesquisa.

No próximo tópico, ver-se-á como algumas pesquisas têm trabalhado o tema da modalidade no interior da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

### **3.6 Sobre algumas propostas desenvolvidas no interior da TOPE**

Outros autores desenvolveram classificações no decorrer dos estudos sobre modalidade, como é o caso de Maria Henriqueta Costa Campos, cuja opção de classificação pode ser obtida a partir da observação de dois momentos distintos.

Primeiramente, em Campos & Xavier (1991), há uma definição tripartida da tipologia da modalidade, assinalando a existência das modalidades epistêmica, apreciativa e modalidade intersujeitos, sendo que, no que se refere à modalidade epistêmica, esta apresenta duas formas de ser construída no enunciado: quando o sujeito enunciador assume, validando ou não o conteúdo do enunciado; ou quando o sujeito enunciador decide não ser responsabilizado, estabelecendo certa distância em relação ao conhecimento construído no enunciado.

Na visão de Campos & Xavier (1991), a modalidade epistêmica está presente nos enunciados que expressam a atitude do sujeito enunciador sobre a validação ou não validação da relação predicativa, podendo ocorrer, como visto anteriormente, de duas maneiras, assumindo como seu ou distanciando-se do posicionamento.

- *Roberto ganhou uma bola / Roberto não ganhou uma bola*
- *Talvez Roberto tenha ganhado uma bola*

A modalidade apreciativa, por sua vez, se faz constituída nos enunciados que apresentam um juízo de valor, uma apreciação, sobre uma relação predicativa validada em outra situação enunciativa (pré-construída<sup>9</sup>).

- *Felizmente, Roberto ganhou uma bola.*  
(Sit<sub>0</sub>)                      (Sit<sub>1</sub>)

Por fim, a modalidade intersujeitos é correspondente à interação entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, em que o primeiro age sobre o segundo, desencadeando uma dinâmica que torna agente o sujeito do enunciado.

- *É necessário que o Roberto ganhe uma bola.*

No segundo momento, Campos (2004), percorrendo as reflexões do teórico Charles Bally, assume uma nova classificação, estabelecendo o que a autora denomina de: valor epistêmico (no plano enunciativo e no plano aorístico), valor deôntico e valor apreciativo.

No decorrer dessa nova classificação, o valor epistêmico de um enunciado corresponde à constatação sobre a verdade ou não de um determinado estado de coisas, estabelecendo nesse segmento, diferentes graus de validação, os quais podem ser definidos no plano enunciativo (quando o valor modal está situado

---

<sup>9</sup> *Pré-construído corresponde a um conteúdo validado numa situação enunciativa (Sit<sub>1</sub>), diferente da situação de enunciação (Sit<sub>0</sub>), e, no entanto, assumida pelos sujeitos participantes da situação de enunciação (Sit<sub>0</sub>) (CAMPOS, 2001).*

no pólo positivo da escala de valores assertivos), ou no plano aorístico (quando o valor modal está situado em um dos pontos da escala contínua).

No que se refere ao valor deôntico, este é correspondente a um desejo de que determinado estado de coisas possa ou não ser realizado.

O valor apreciativo corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como desejável ou indesejável correspondente a uma relação predicativa validada ou não em outra situação enunciativa, diferente da situação de enunciação. Trata-se, novamente, do conceito de Pré-construído, conforme fora visto anteriormente.

Outro aspecto classificatório que merece destaque é referente ao mediativo. O valor mediativo está presente no enunciado quando o sujeito enunciador expõe, de alguma forma, no enunciado, fatos que não se relacionam à sua manifestação direta, mas sim, à manifestação expressa por outros enunciadores, aos quais se recorreu para atribuir a responsabilidade pela validação do conteúdo do fato descrito no enunciado (NEVES, 2006).

Para Campos (2001), é preciso considerar uma interação entre o valor mediativo do enunciado e a própria modalidade, de forma que o primeiro possa ser entendido como uma subcategoria do segundo, já que o mediativo proporciona à modalidade informações sobre uma maior ou menor segurança em relação à responsabilidade pelo conteúdo da situação enunciativa. Assim, o mediativo contribui para o estabelecimento de um valor modal epistêmico.

Nesse caso, para a definição do valor modal epistêmico, é possível identificar três níveis de domínio: o domínio do certo, do não-certo e o domínio do distanciamento enunciativo. Este último domínio pode ser então entendido como o valor mediativo, ou seja, sendo pertencente a um dos domínios do valor epistêmico, dentro da classificação das modalidades.

Tais modalidades, conforme fora visto, notadamente a partir da concepção de Culioli (1990), estarão sempre (uma ou outra) manifestadas pela interação entre sujeito enunciador e conteúdo proposicional do enunciado, são elas que vão, de certa forma, subsidiar o processo de construção de sentido dos enunciados.

Nesse sentido, torna-se possível afirmar que uma ou outra modalidade está, de uma forma ou de outra, sempre manifestada no enunciado, já que, conforme Guiradelli, Nogueira, Silva e Silva (2011, p. 354), “não há como conceber

que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso”.

É justamente essa atitude do sujeito enunciador em comprometer-se ou não com conteúdo veiculado pelo enunciado que concorre, também, para a produção do efeito de sentido que se quer atingir. Entenda-se, aqui, efeito de sentido como o resultado de toda a interação concorrente no processo de enunciação (CULIOLI, 1990).

No decorrer desse processo de construção da significação, os marcadores linguísticos desempenham o papel de representar certa regularidade, relacionada ao aspecto formal da TOPE e representada pelo que Culioli denominou como “forma esquemática”. Assim, a cada marcador linguístico corresponde uma forma esquemática que irá predeterminar as possíveis ocorrências de valores de determinada unidade.

São essas possibilidades de ocorrência de valores das unidades linguísticas que constituirão a base do caminho a ser seguido pelo linguista, durante o processo ativo de construção do sistema representativo. Essa é a perspectiva metalinguística de construção da significação, por meio de um retorno às operações subjacentes às marcas linguísticas (CULIOLI, 1983).

No desempenho desse trabalho metalinguístico, de construção da significação, é importante compreender que cada marcador linguístico não poderá ser tomado isoladamente, já que esse processo de construção dos valores referenciais de uma unidade se dá no interior de um universo de interação referencial entre os termos. Nesse sentido, o valor de uma unidade se constrói a partir da referência dessa unidade com relação às demais.

Isso implica dizer que, para um trabalho de análise dos valores modais de um enunciado, não é possível tomar isoladamente a marca de modalidade presente no dito enunciado.

De acordo com Neves (2006, p. 89), são possíveis marcadores de modalidade: “interrogação; verbos modais; indicativo e subjuntivo (conjuntivo); futuro do presente e futuro do pretérito (condicional); imperfeito; pré-construído e mediativo”. Os quais serão visto especificamente a partir do próximo tópico.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Baseada nos estudos fundamentados por Antoine Culioli, esta pesquisa também foi diretamente beneficiada pelos trabalhos de Campos (1998) e de Neves (2006), os quais não só desenvolvem aspectos de estreita relação com o que aqui se propôs, como também serviram de base para a escolha metodológica, inclusive no que se refere ao desenvolvimento das análises.

Para o estudo das modalidades linguísticas, as operações de enunciação (operações enunciativas) constituem o principal foco de atuação do trabalho metalinguístico, já que é no interior dessas operações que o sujeito enunciador estabelece uma localização referencial em relação ao conteúdo definido, anteriormente, no interior das operações de predicação.

Portanto, o trabalho que se desenvolveu para a análise dos enunciados, esteve situado, fundamentalmente, no decorrer da etapa de desenvolvimento das operações enunciativas, estabelecendo-se uma sistematização das ocorrências da modalidade linguística no interior do corpus estudado, buscando observar de que forma a modalidade contribui para a construção do valor de negação que fundamenta a defesa do réu no decorrer da produção de sentido.

Para análise das ocorrências de valores modais foi utilizada a perspectiva da construção do sentido, focada na atuação do sujeito enunciador ( $S_0$ ), chamada também de abordagem metalinguística, já que é nessa perspectiva que atua o linguista, realizando o caminho de retorno às operações subjacentes às marcas, para o entendimento sobre o processo de construção do sentido.

Com base nessa perspectiva de análise, o procedimento se baseou no processo de identificação das marcas enunciativas observáveis, bem como no modo de atuação de suas ocorrências para a construção do valor de negação na produção de sentido dos enunciados, ou seja, no modo como se dá a construção dos valores modais por parte dos marcadores, que são os observáveis na Teoria.

Por uma questão propriamente teórico-metodológica inerente aos estudos que fundamentam a presente pesquisa, não se objetivou aqui desenvolver análise extralinguística e discursiva do ponto de vista da formação do sujeito como ser linguístico, social e cultural. Havendo, no entanto, interesse único e exclusivo no material linguístico, conforme fundamenta a teoria aqui trabalhada.

Por essa razão, apesar de o corpus relacionar-se a uma situação real, institucionalizada e social, histórica e culturalmente marcada, a análise a ser desenvolvida levará em conta apenas as marcas linguísticas que constituem marcas de operações a serem verificadas nos enunciados em análise. Não havendo, portanto, qualquer relação de pessoa, grupo social, posição ou função social, nem de formação cultural, pessoal ou profissional, trabalhando-se, na verdade, a partir do parâmetro localizador de um sujeito enunciador (construto teórico), questões relativas à modalidade.

A pesquisa relatada neste trabalho foi desenvolvida com base nos enunciados obtidos no interior das Audiências Criminais realizadas no decorrer da fase de conhecimento das ações penais, processadas e julgadas no âmbito do Poder Judiciário.

É importante frisar que as audiências criminais, com exceção das que se realizam durante a instrução de processos judiciais que tramitam em segredo de justiça, observando os limites de conveniência e proporcionalidade, por força do princípio da publicidade, são abertas ao público. E as Atas, referentes a tais audiências são, posteriormente, publicadas em sistema online de acesso livre à população, salvo, como dito, as relativas a processos que tramitam em segredo de justiça.

Os arquivos relativos às audiências criminais (gravadas em áudio e vídeo) e posteriormente transcritas, para utilização em sede de Sentença, foram previamente analisados para que fosse possível a obtenção de um recorte capaz de viabilizar a realização da pesquisa.

Dessa maneira, para a seleção do material que foi analisado, foi utilizado o critério de quantidade e qualidade (orientada para os objetivos) dos enunciados produzidos pelo réu em sua defesa, durante a realização da respectiva audiência de instrução criminal.

Para que fosse possível a obtenção de um corpus significativo de pesquisa, foi necessária a utilização de 4 (quatro) depoimentos. Todos relacionados a réus acusados em processos criminais que não tramitavam em segredo de justiça, obtendo-se, a partir dos quatro depoimentos, um *corpus* composto por 29 (vinte e nove) enunciados.

Por uma questão de escolha metodológica, objetivando a facilitação do manuseio para realização das análises, os enunciados escolhidos foram transcritos,



viabilizando a realização de uma análise mais detalhadamente formal, típica da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a qual fundamenta a pesquisa.

Faz-se necessário frisar que a compreensão atribuída ao estatuto do “enunciado” deve ser diferente de como se compreende “sentença” ou “proposição”, conforme a definição lógica, tendo em vista que a definição lógica para “sentença” ou “proposição” tende a não considerar a referência à situação de enunciação.

Enunciado, portanto, deve ser compreendido como imbricado à situação enunciativa, sem a qual, o enunciado perde sua própria definição.

Assim, a definição de enunciado, conforme trabalhada nessa pesquisa, deve relacionar-se à sua ancoragem relativamente a uma situação enunciativa. Desse modo, um enunciado passa a ser considerado efetivamente um enunciado, quando se caracteriza pela ocorrência de interação entre valores referenciais.

Selecionados os enunciados, foram identificadas as marcas enunciativas, as quais correspondem às formas linguísticas observáveis – tais marcadores evidenciam as ocorrências relativas à manifestação dos valores modais nos enunciados, colocando-se em destaque os termos (marcadores/formas linguísticas) que marcam tais manifestações e que são “porta de entrada” para a observação do processo de construção do sentido que se deseja analisar.

É importante salientar que apenas os trechos em que são identificadas as ocorrências dos valores modais, que apresentam relação com o processo de construção do sentido de defesa do réu, foram destacados do corpus para análise, fazendo-se acompanhar, logicamente, de qualquer outro trecho com o qual tenha necessária relação para a produção do sentido ali atribuído

Isso contribui não só para uma análise particular dos enunciados, como também para uma análise global, em que se verifica fundamental a interação com outros enunciados para a produção da significação.

Os enunciados selecionados e retirados do corpus para análise do valor modal foram organizados e dispostos no decorrer das análises por grupos de manifestação, sem necessariamente obedecer à ordem de aparição nos depoimentos, organizando-se em grupos de enunciados que apresentam a manifestação da construção de valores em comum.

Os enunciados escolhidos para análise foram identificados como “Exemplo” no interior dos depoimentos, seguindo-se uma sequência numérica que obedece à ordem de aparição dos respectivos enunciados no interior do quadro de

análises desta pesquisa, sem considerar, portanto, a ordem de aparição no interior dos depoimentos.

Os depoimentos, por sua vez, foram identificados como “Depoimento 1”, “Depoimento 2”, “Depoimento 3” e “Depoimento 4”, sendo representados também, no corpo dos exemplos, como “Dep1”, “Dep2”, “Dep3” e “Dep4”.

Dito isso, conclui-se que, no que se refere ao “Depoimento 1”, será verificada a sequência “Dep1 – Exemplo 1”, “Dep1 – Exemplo 2”, “Dep1 – Exemplo 3” e, assim, sucessivamente, “Dep2 – Exemplo 1”, “Dep2 – Exemplo 2”, etc, até o último exemplo analisado do último depoimento escolhido (Dep4). Vale notar que a ordem sequencial dos exemplos obedece à ordem de aparição neste quadro de análise e não à ordem de aparição nos depoimentos.

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas trabalha do ponto de vista da existência do Sujeito Enunciador como parâmetro constitutivo da própria situação enunciativa e do Coenunciador como destinatário corresponsável pela construção/reconstrução do sentido.

No corpo das análises, no entanto, tendo em vista que ambos os sujeitos manifestados nos exemplos funcionam como Sujeito Enunciador, será utilizada a designação de Sujeito Enunciador 1 (SE1) e Sujeito Enunciador 2 (SE2), sendo, o SE1 representado pelo magistrado que, normalmente, elabora as interrogativas, e SE2 representado pelo réu que, normalmente, responde às interrogativas do magistrado. Em poucas ocorrências será utilizada a designação de Coenunciador, especificamente quando a análise não estiver se referindo a produção enunciativa mútua.

No interior do texto de análise, os enunciados identificados como provenientes do SE1 (magistrado) serão identificados em caixa alta e em itálico, enquanto que os enunciados provenientes do SE2 (réu) estarão dispostos em letras minúsculas e em itálico.

Outro aspecto a ser levado em consideração diz respeito à manifestação de ocorrências de entonação. Dessa forma, as ocorrências de entonação identificadas no interior dos enunciados estarão grafadas em itálico no interior do corpo dos exemplos, a fim de que se possibilite melhor visualização para análise.

A sistematização da análise dos enunciados foi organizada em quatro grupos, levando-se em consideração a ocorrência de marcas e a construção de valores modais em comum.

O primeiro grupo diz respeito à análise dos enunciados em que se observa a construção do valor de negação por meio da ocorrência do marcador negativo “NÃO”.

O segundo grupo é constituído pelos enunciados que apresentam marcadores temporais com valor negativo como “JAMAIS”, “NUNCA”, além de outras expressões com o mesmo valor, como é o caso de “EM NENUN MOMENTO”.

Já no terceiro grupo, são encontrados enunciados que apresentam marcas enunciativas que manifestam a construção de valores modais epistêmicos. Enquanto que, no quarto grupo, apresentam-se enunciados como marcadores de construção do valor modal apreciativo.

No interior dos grupos de análise, apresentaram-se os exemplos das ocorrências que mantinham traços em comum, sendo seguidos das respectivas análises de tais ocorrências, até a apresentação do último exemplo organizado no respectivo grupo. Este tipo de sistematização (exemplo - análise, exemplo - análise...) foi necessária, tendo em vista que, apesar de estarem compondo, cada exemplo, um mesmo grupo em comum, entre os exemplos existem aspectos comuns e diferenciáveis, no que se refere ao modo de construção do sentido.

Importante salientar, também, que no interior dos grupos, não necessariamente foi respeitada a ordem numérica dos enunciados, de maneira que, nos grupos em que isso ocorre, não ocorre por previsão organizacional.

No decorrer das análises, foram identificadas e destacadas as ocorrências das marcas enunciativas que manifestam a construção de valores modais nos enunciados, verificando-se como se dão os processos de constituição das modalidades, a partir da verificação da localização referencial das ocorrências no decorrer do domínio nocional definido pela respectiva relação predicativa, utilizando-se, inclusive, esquemas arbóreos que buscam auxiliar no desenvolvimento da respectiva análise.

Esse tipo de procedimento que fundamentou o desenvolvimento das análises e, portanto, a verificação das operações e movimentos enunciativos que são constitutivos dos valores modais observados no decorrer do processo de construção da defesa.

As análises foram desenvolvidas com bases nos conceitos teóricos trabalhados no decorrer desta pesquisa, sendo, em alguns casos de análise, especificados os conceitos que as fundamentam.

Agrupadas pelas marcas enunciativas e seus respectivos valores modais manifestados, as ocorrências são verificadas a partir da análise de como os valores modais são ali representados para a manifestação do valor de negação no decorrer da construção da defesa do réu.

#### **4.1 Sobre os casos que compõem cada situação enunciativa**

A pesquisa aqui desenvolvida se baseou na análise do corpus composto por alguns depoimentos realizados no interior de audiências criminais, no âmbito do Poder Judiciário.

Com o intuito único de situar o leitor sobre o contexto sobre o qual se desenvolveram as situações enunciativas dos enunciados, é trazido a partir daqui, um esboço de cada caso criminal analisado no decorrer das audiências.

O primeiro caso corresponde ao que foi chamado de “Depoimento 1”, tratando-se de investigação sobre o crime de estupro, tipificado no art. 213 do Código Penal Brasileiro. Neste caso, o Ministério Público acusa o réu de ter praticado estupro contra duas mulheres em datas diferentes. Enquanto isso, a defesa nega a ocorrência do fato, alegando total desconhecimento sobre a referida ocorrência. Para a defesa, a acusação é resultado de vingança da ex-mulher do acusado que deve ter convencido as vítimas a prestarem queixa à polícia.

O segundo caso, correspondente ao “Depoimento 2”, refere-se ao cometimento do crime de latrocínio (roubo seguido de morte), tipificado no art. 157, § 3º (parte final), do Código Penal Brasileiro.

Consta da acusação que o réu, horas depois de ter atingido na perna seu próprio enteado, encontrou com a segunda vítima em uma das ruas de seu bairro, ocasião em que o matou para levar de assalto seus pertences. Por sua vez, a defesa nega a autoria dos crimes, alegando que o réu se encontrava na casa de sua mãe na noite dos ocorridos.

O terceiro caso se refere ao “Depoimento 3”, e é relativo à ocorrência do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), o qual prescreve que comete o crime de tráfico quem:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar

De acordo com a suposta ocorrência do fato, a Polícia recebeu denúncia anônima, informando sobre a comercialização de drogas na residência da ré. Com base nessa denúncia, a polícia invadiu a residência por volta das cinco horas da manhã, tendo apreendido, na ocasião, determinada quantidade da substância conhecida como “crack”.

Diante da apreensão da droga, foi dada voz de prisão em flagrante à ré, que passou a ser processada criminalmente pelo crime de tráfico.

De acordo com a defesa, a ré não é traficante, nunca comercializou droga de nenhum tipo e não sabe de que forma essa droga apreendida apareceu na sua casa. A ré afirma, inclusive, que foi extremamente agredida, tanto no decorrer da abordagem, quanto durante o tempo em que esteve apreendida em poder dos policiais.

O quarto caso, relativo ao “Depoimento 4”, refere-se à ocorrência correspondente ao art. 129, § 1º, inciso II do Código Penal Brasileiro, descrito como o crime de lesão corporal de natureza grave que resulta em perigo de vida.

O réu é acusado de ter agredido a integridade física da vítima, utilizando uma arma branca, do tipo faca, com a qual perfurou a região dorsal da vítima, acarretando em perigo de vida.

O Ministério Público Estadual afirma que o réu agiu de caso premeditado, tendo ido ao encontro da vítima, portando uma faca para, sem motivo aparente e relevante, ofender sua integridade física. A defesa, por sua vez, se baseia na ocorrência de legítima defesa, alegando que o réu não foi ao encontro da vítima, mas sim que a vítima, que há muito tempo o ameaçava, naquela data tentou contra a vida dele.

São esses os casos que encenam os respectivos contextos, a partir dos quais se desenvolveram as situações enunciativas nas quais foram produzidos os enunciados aqui analisados. Observa-se, a partir daqui, as ocorrências da construção dos valores modais identificados nos enunciados selecionados.

## **5 ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS**

Este capítulo apresenta o desenvolvimento da análise das ocorrências de construção do valor de negação presente nos enunciados que compõem cada um dos quatro grupos organizados em torno dos valores modais manifestados pelas respectivas marcas enunciativas.

Cada tópico, a partir do tópico 5.2 relaciona um grupo de ocorrência da construção do valor de negação, sendo o primeiro grupo relacionado à ocorrência da marca de negação “não”, o segundo relacionado à ocorrência de marca temporal de valor negativo, o terceiro grupo é referente à ocorrência do valor modal epistêmico e o quarto grupo se refere à ocorrência do valor modal apreciativo.

O primeiro tópico 5.1, a seguir, não se refere à análise enunciativa das ocorrências, sendo relativo, na verdade, a uma descrição, despretensiosa, de como ocorreram os crimes que servem como contexto para o desenvolvimento das situações enunciativas nas quais se produziram os enunciados.

### **5.1 Grupo 1 – Construção do valor negativo fundado na manifestação da marca “NÃO”**

Conforme foi ressaltado nos procedimentos metodológicos, os enunciados analisados neste tópico estão reunidos em razão de apresentarem, em comum, o valor de negação fundamentado na manifestação da marca de negação “não”.

Será interessante notar que as construções interrogativas que compõem os enunciados apresentam, de maneira geral, opções de percurso a serem desenvolvidos pelo coenunciador no decorrer do processo de construção enunciativa para a validação ou não validação da relação predicativa proposta no interior da interrogativa.

Ao coenunciador caberá, portanto, na maioria das vezes, validar ou não validar a relação predicativa proposta, localizando sua ocorrência na zona interior, inclusive em subzonas do interior, ou na zona exterior do domínio nocional.

### Dep1 – Exemplo 1

|  |
|--|
| SÃO VERDADEIRAS AS ACUSAÇÕES CONSTANTES DA DENÚNCIA? |
|--|

|                  |
|------------------|
| <u>Não. Não.</u> |
|------------------|

### Dep1 – Exemplo 2

|      |
|------|
| NÃO? |
|------|

|             |
|-------------|
| <u>Não.</u> |
|-------------|

### Dep3 – Exemplo 1

|  |
|--|
| SÃO VERDADEIRAS AS ACUSAÇÕES CONSTANTES DA DENÚNCIA? |
|--|

|                       |
|-----------------------|
| <u>É não senhora.</u> |
|-----------------------|

Observando-se os exemplos 1 e 2 do Depoimento 1 (Dep1), percebe-se que, nesses primeiros exemplos, o SE1, manifestado na interrogativa, propõe a relação predicativa fundada no valor de verdade das acusações, enunciando “são verdadeiras as acusações”. Trata-se de uma interrogativa formulada em torno da relação predicativa <acusações – ser – verdadeiras>, cuja validação ou não validação precisa ser realizada por sujeito enunciador diverso. Ou seja, o SE1 necessita da participação enunciativa de seu coenunciador, em ocorrência enunciativa diversa, para a validação ou não validação da relação predicativa proposta.

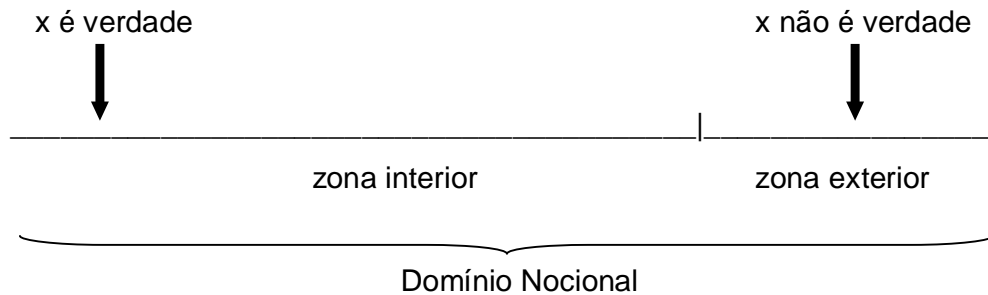
Nesse tipo de interrogativa se observa a predisposição sobre os percursos para a validação ou para a não validação por parte de seu coenunciador.

O SE2, por sua vez manifestado na resposta à interrogativa, ao enunciar, manifesta a não validação da relação predicativa, fazendo uso da marca de negação “não”. Utilizando-se da asserção negativa simples de forma repetida, busca dar ênfase ao valor de negação construído, corroborando com firmeza sua responsabilidade pela negação do conteúdo enunciativo.

Enunciando dessa maneira, o SE2, por meio de uma operação primitiva de diferenciação, desenvolve uma operação de percurso, para localizar sua manifestação na zona exterior do campo de domínio nocional, de maneira a não validar a relação predicativa construída com referência à denúncia sobre a qual a interrogativa se refere.

Assim,

<acusação – ser – verdade>



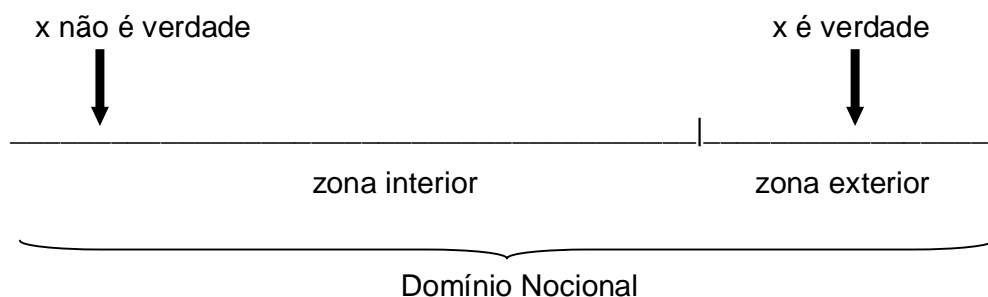
No que se refere ao “Exemplo 2” do Dep1, o SE1 faz uso da marca enunciativa de entonação, realizando um ajustamento em torno da relação predicativa, passando a propô-la como fundamentada agora em torno do valor de negação <as acusações – não ser – verdadeiras>.

É interessante observar que a marca de entonação que incide sobre a marca de negação “não”, na verdade, reformula a relação predicativa presente na interrogativa anterior e sugere exatamente a realização de um ajustamento enunciativo, propondo o percurso para a não validação da nova relação predicativa fundada na negação.

O SE2, por sua vez, observando a alteração do valor que incide sobre a relação predicativa, altera o percurso em relação ao que foi realizado anteriormente e, neste caso, fazendo uso da marca de negação “*não*”, corrobora o valor de negação do conteúdo enunciativo, localizando-se agora na zona interior do domínio nocial, passando a validar a relação predicativa pré-construída.

Observe-se,

<acusação – não ser – verdade>





No interior do Depoimento 3, assim como ocorre no Depoimento 1, também se dá a construção da interrogativa em torno da relação predicativa <acusações – ser – verdadeiras>.

No “Exemplo 1” do Dep3, assim como ocorre nos outros exemplos, fazendo uso de uma interrogativa comum ao início de depoimentos criminais, o SE1 interroga sobre o valor de verdade das acusações que compõem a denúncia sobre crime.

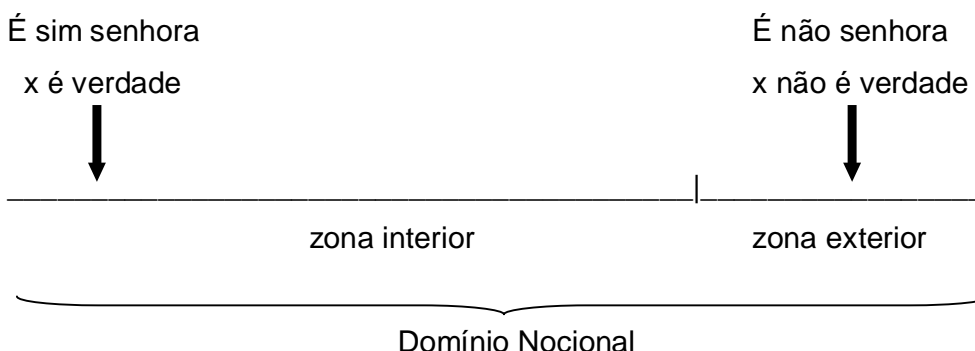
Emergindo nessa situação enunciativa, para validar ou não essa relação predicativa, o SE2, assim como ocorreu no interior do Dep1, opta por não validar a respectiva relação, manifestando a construção do valor de negação, ao localizar a ocorrência na zona exterior do domínio nocional.

Interessante notar, neste caso, que o SE2 manifesta a forma verbal “É”, manifestada com o auxílio da marca de negação “não” para a construção do valor de negação em “É não senhora”, dessa forma, o SE2 se compromete com a não validação da relação predicativa.

Verifica-se que o núcleo do valor construído é negativo, a partir da construção do valor de afirmação “ser não” ou “ser negativo”. Assim, o SE2, nesse caso, como dito, também localiza sua manifestação na zona exterior do domínio nocional, em que pese a utilização da forma verbal “É...”. Ou seja, enquanto que uma possível manifestação de “ser verdadeiro” seria localizada na zona interior do domínio nocional, a manifestação de “ser negativo”, por sua vez, localiza-se na zona exterior do mesmo domínio nocional, pelo mesmo processo de percurso realizado no “Exemplo 1” do Dep1.

Sobre isso,

<acusação – ser – verdade>



Assim, é por meio da operação de percurso que se percorre por toda a classe de ocorrências do domínio nocional, desenvolvendo a operação de saída do validável que o sujeito enunciador localiza sua manifestação na zona exterior do domínio nocional, para não validar a relação predicativa de valor afirmativo, ao tempo em que desenvolve a mesma operação de percurso, com sentido de entrada no validável, para localizar sua manifestação na zona interior do domínio nocional e validar a relação predicativa de valor negativo.

Ainda no que se refere à manifestação da marca de negação “não”, diferentemente do que foi visto até aqui, nos exemplos apresentados a seguir, a marca de negação é manifestada no início e no fim dos enunciados de resposta, fazendo-se constar, também, a repetição de termo específico presente no interior da interrogativa.

#### Dep2 – Exemplo 1

|                                  |
|----------------------------------|
| O SENHOR FOI PRESO NO MESMO DIA? |
|----------------------------------|

|  |
|--|
| <b><u>Não, não fui preso não, porque eu não tava devendo. Eu fui preso depois.</u></b> |
|--|

#### Dep3 – Exemplo 2

|  |
|--|
| NÃO É VERDADE QUE A SENHORA TRAFICAVA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE? |
|--|

|                                       |
|---------------------------------------|
| <b><u>Não, não traficava não.</u></b> |
|---------------------------------------|

No “Exemplo 1” do Dep2, é possível observar que a interrogativa do SE1 requer a validação ou não validação de um evento (prisão) ocorrido em um tempo X (no mesmo dia), sendo o tempo do evento diferente do tempo da enunciação. Assim, a interrogativa é elaborada, propondo uma relação predicativa situada em um tempo enunciativo específico ( $T_1$ ), diferente do tempo da enunciação ( $T_0$ ), “O SENHOR FOI PRESO NO MESMO DIA?”.

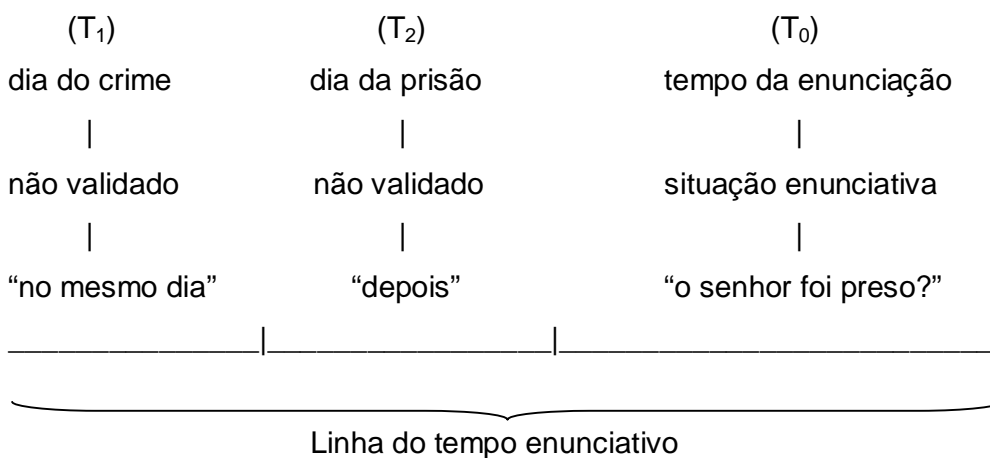
Emergindo na resposta à interrogativa, o SE2 atua, manifestando a não validação da relação predicativa proposta, ao enunciar “Não, não fui preso não, porque eu não tava devendo”, fazendo uso da marca de negação “Não”, associada à repetição da negação, ou seja, a dupla negação, enfatizando ainda mais a não validação da relação predicativa (<X – ser preso – no mesmo dia>).

Pela análise do enunciado construído, seria possível afirmar que o SE2 não se limita a não validar a parte da relação predicativa relativa a  $T_1$ , passando a não validar a relação predicativa da interrogativa como um todo, já que, por uma análise limitada a esse enunciado, permite-se a construção de um valor relativo à inexistência da prisão, independente do tempo enunciativo a que a prisão esteja relacionada.

No entanto, observando-se a continuidade da produção enunciativa do SE2 em “...*Eu fui preso depois*”, percebe-se que, na verdade, na primeira parte do enunciado, ele manifesta a não validação da relação predicativa relacionada exclusivamente ao  $T_1$ , tendo em vista que ele introduz um outro tempo enunciativo que reforça o sentido de não validação da relação no  $T_1$ , na medida em que passa a validar a mesma relação predicativa nesse novo tempo introduzido ( $T_2$ ), o qual se representa no enunciado pela marca “...*depois*”.

Ou seja, SE2 manifesta a não validação de que tenha sido preso no mesmo dia do crime, ao tempo em que manifesta a validação de que tenha sido preso em outro tempo, posterior ao crime e igualmente diferente do tempo da enunciação.

Dessa forma,



Interessante notar também que ao manifestar a não validação da relação predicativa referente ao  $T_1$ , o SE2 aproveita para introduzir uma nova relação predicativa relacionada à justificativa para não ter sido preso no mesmo dia do cometimento do crime em “...*porque eu não tava devendo...*”, buscando enfatizar a construção do valor de negação em relação ao cometimento do crime, reforçando,

portanto, a construção de sua defesa por meio da introdução do pré-construído. O enunciado “...porque eu não tava devendo...” marca também a inexistência do cometimento de um dado delito pelo qual o SE2 estava sendo interrogado.

No “Exemplo 2” do Dep3, no entanto, de maneira diferente, o SE1 insere a marca de negação “Não” já no interior da interrogativa, a qual, somada ao emprego de entonação específica atribuída à expressão “NÃO É VERDADE...”, sugere ênfase ao caminho para a validação do valor de verdade da afirmação.

Dessa forma, conforme empregada pelo SE1 no interior da interrogativa, a marca de negação “Não” não funciona como construtora do valor de negação do enunciado, mas como marca de ênfase ao valor de afirmação do conteúdo do enunciado, sugerindo, de certa forma a realização de um percurso para a validação da relação predicativa.

SE2, por sua vez, buscando consolidar a construção de sua defesa, foge ao caminho proposto pela forma como foi desenvolvida a interrogativa, passando a não validar a afirmação. Ao passo em que faz uso da negação simples, seguida do uso da dupla negação repetida, dando ênfase à inexistência do evento (tráfico de drogas), “Não, não traficava não”.

O SE1, portanto, apresenta como relação predicativa a sequência <a senhora – tráfico – drogas>, de forma que o SE2 situa a ocorrência na zona exterior do domínio nocional proposto por ela, desenvolvendo a mesma operação de percurso, conforme se tem visto.

O mesmo ocorre no “Exemplo 3” do mesmo depoimento (Dep3):

#### Dep3 – Exemplo 3

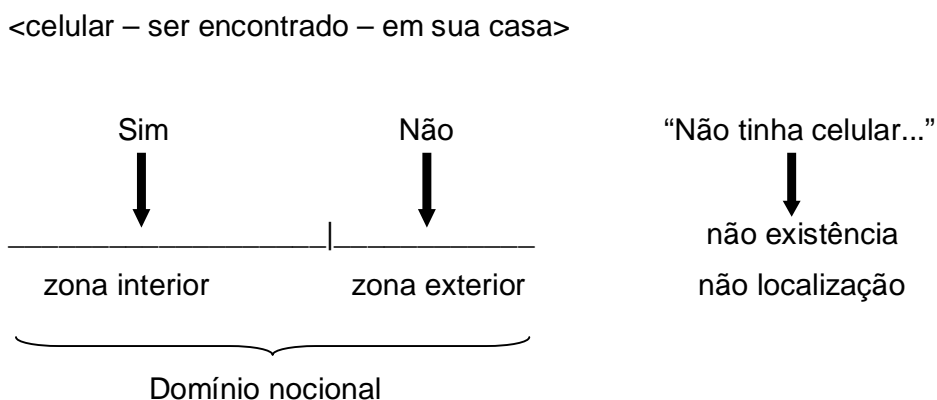
|   |
|---|
| E O CELULAR FOI ENCONTRADO NA SUA CASA?   |
| <b>Não, não tinha não. Não tinha celular dele, não tinha carteira dele, nada, nada, nada.</b> |

Em “Não, não tinha não. Não tinha celular dele, não tinha carteira dele, nada, nada, nada”, verifica-se que o SE2 faz uso da negação e da dupla negação e, em seguida, faz uso da operação de *parcours* para negar a existência, em sua casa, de qualquer objeto roubado, através da repetição da marca “nada”.

Observa-se que o valor de negação do enunciado é construído de maneira gradativa. Ou seja, o SE2, a cada manifestação enunciativa distancia-se ainda mais do centro atrator da noção que validaria a relação predicativa (< X –

encontrar – celular na minha casa>), fechando esse distanciamento com a operação de parcours por meio da repetição da marca “*nada*”, que busca encerrar a construção do valor de negação e eliminar qualquer possibilidade de validação da relação predicativa, conforme se vê em “*Não tinha celular dele, não tinha carteira dele, nada, nada, nada*”.

Dessa forma, percebe-se que o SE2 manifesta não só o valor de negação da relação predicativa, mas, nos termos definidos por Culioli (1990), ele manifesta a negação de localização e de existência.



Caso semelhante ocorre ainda no interior do Dep3, no “Exemplo 4”.

#### Dep3 – Exemplo 4

|   |
|---|
| E ESSA DROGA APREENDIDA DENTRO DO CARRINHO DE BEBÊ? |
| <b>Não, não tinha droga lá em casa.</b>             |

A construção enunciativa tem como base uma construção interrogativa que, de certa forma, através do estabelecimento de um pré-construído relacionado à existência da droga, sugere o percurso para a validação da relação predicativa.

O SE2 manifesta a não validação da relação predicativa relativa à existência da droga ao enunciar “*Não, não tinha droga lá em casa*”, construindo o valor de negação de localização e existência.

Interessante notar, que o SE1, ao produzir a interrogativa, se manifesta em relação a um espaço enunciativo específico, “*E ESSA DROGA APREENDIDA DENTRO DO CARRINHO DE BEBÊ?*”, ou seja, ele estabelece coordenadas enunciativas de localização espacial que permitem a construção de um referente específico “a droga que estava dentro do carrinho de bebê”.

No entanto, o SE2 não obedece ao parâmetro espacial enunciativo proposto inicialmente pelo SE1 e, ao manifestar a negação de localização e existência, insere um novo parâmetro de coordenadas espaciais enunciativas, reconstruindo o espaço enunciativo “...*não tinha droga lá em casa*”, e inserindo um novo referente enunciativo, existente apenas no plano enunciativo, mas inexistente no plano da realidade.

Assim, o SE2 reconstrói o espaço enunciativo, estabelecendo uma referência espacial mais ampla (casa), na qual está contida a referência de espaço instaurada anteriormente pelo SE1 (carrinho de bebê).

Enunciando dessa maneira, o SE2 encerra a construção do valor de negação da existência da droga, estabelecendo o pressuposto de que, se a droga não existe na casa, então não existirá em qualquer outro espaço enunciativo que esteja contido no interior do espaço enunciativo “casa”.

#### Dep3 – Exemplo 5

|   |
|---|
| CONSTA AQUI QUE FORAM ENCONTRADAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, NÃO ERAM DE PROPRIEDADE SUA? |
| <b>Não, não era.</b>  |

#### Dep3 – Exemplo 6

|                            |
|----------------------------|
| DE NENHUM MORADOR DA CASA? |
| <b>Não.</b>                |

Conforme se observa, nos exemplos 5 e 6, oriundos também do Depoimento 3, o SE1 elabora interrogativas, cuja relação predicativa proposta se refere à propriedade da droga supostamente encontrada na residência da acusada.

É interessante perceber que em ambos os casos, o SE1, na verdade, propõe o caminho da não validação da relação e, portanto, da afirmação sobre a propriedade da droga, manifestada a partir da entonação incidente, inicialmente, sobre a marca “sua” (...*NÃO ERAM DE PROPRIEDADE SUA?*) e, depois, sobre a expressão “*DE NENHUM MORADOR DA CASA?*” Nesta última, faz uso de uma operação de *parcours* por meio da marca “nenhum”.

Nos dois casos, o SE2 manifesta a construção do valor de negação de forma direta. Inicialmente, o valor de negação é enfatizado pela dupla negação “*Não, não era*”. A interrogativa “*CONSTA AQUI QUE FORAM ENCONTRADAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, NÃO ERAM DE PROPRIEDADE SUA?*”,

apresenta um universo restrito em relação à propriedade da droga, delimitado, portanto, à pessoa do coenunciador (o réu), representado pela marca “SUA”.

Em seguida, o SE1 desenvolve um movimento de ajustamento e amplia o universo em relação à propriedade da droga, estendendo a possibilidade de validação aos demais moradores da residência, e não mais somente ao coenunciador, quando enuncia “DE NENHUM MORADOR DA CASA?”, ocasião em que o SE2 faz uso da negação simples, a partir da manifestação da marca de negação “Não”. O SE1, ao fazer uso da operação de *parcours* não atribui a nenhum morador da casa um valor específico, passando por “a”, “b”, etc, sem atribuir a qualquer deles o valor de “ser proprietário da droga”, buscando com a operação um possível responsável pela droga.

Nessas construções, o sujeito enunciador manifesta diretamente a validação da relação predicativa fundada no valor de negação já presente na interrogativa, ao tempo em que faz uso de termos presentes na própria interrogativa, “...não era”.

Assim, o SE2 localiza sua manifestação, nesse caso, na zona interior do domínio nocional, tendo em vista que o valor de negação já vem previamente manifestado no interior da própria interrogativa, buscando distanciar-se da zona exterior cuja ocorrência ensejaria construção de valor sobre a afirmação da propriedade da droga. Ou seja, o que se reforça e se valida é a construção do valor de negação sobre a propriedade da droga, conforme foi construído desde a formulação da interrogativa.

Fenômeno idêntico ocorre no Depoimento 4, no decorrer do “Exemplo 1”.

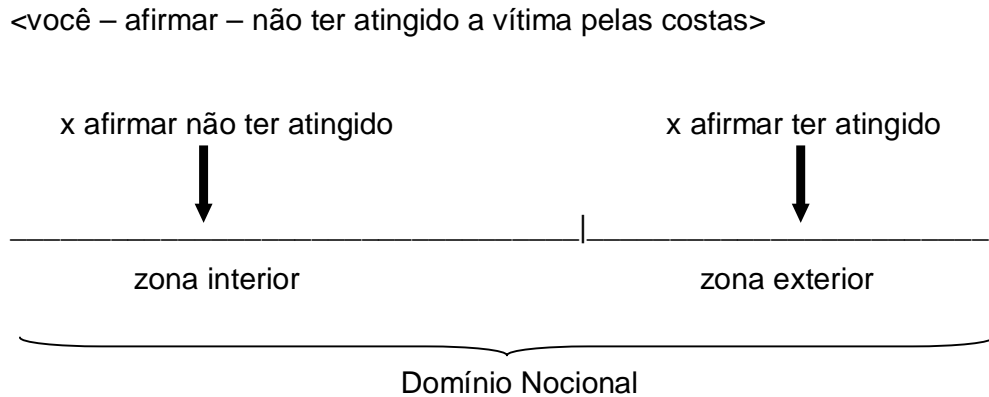
Dep4 – Exemplo 1

|   |
|---|
| VOCÊ AFIRMA QUE NÃO ATINGIU ELE PELAS COSTAS? |
|---|

|   |
|---|
| <b>Não atingi ele pelas costas não senhora.</b> |
|---|

Nesse exemplo, o SE2 valida a relação predicativa, confirmando a negação contida na interrogativa, e especifica o conteúdo negado, fazendo uso de parte do enunciado já utilizado no interior da “*Não atingi ele pelas costas não senhora*”, recorrendo também à dupla negação. Com esse procedimento, o SE2, portanto, localiza sua manifestação na zona interior do domínio nocional, validando a relação predicativa < X – não atingir – Y pelas costas >.

O exemplo acima pode, portanto, ser representado no seguinte esquema de relação predicativa complexa:



Dessa forma, o SE2 localiza a ocorrência na zona interior do domínio nocional, manifestando a validação da afirmação sobre o valor de negação, pela manifestação do pressuposto “Eu afirmo que não atingi ele pelas costas”.

#### Dep4 – Exemplo 2

|   |
|---|
| ENTÃO SÓ QUEM FALA A VERDADE É O SENHOR NÉ?                   |
| <b><u>Não senhora, eu não estou lhe dizendo isso não.</u></b> |

No que se refere ao “Exemplo 2” do Dep4, verifica-se que a relação predicativa proposta pela interrogativa é <só você – falar – a verdade>. Nesse caso, o SE1 instaura o pressuposto relacionado ao sentido de que todas as outras pessoas mentem.

O SE2 não valida a relação predicativa <só eu – falar – a verdade> proposta na interrogativa. Ou seja, ele localiza sua ocorrência na zona exterior do domínio nocional, manifestando, portanto, a negação e a não validação da relação predicativa.

Assim, ao enunciar “*Não senhora, eu não estou lhe dizendo isso não*”, o SE2 se refere a um conteúdo específico representado pela marca “*isso*”, negando-o, assim, a marca “*isso*” no contexto de localização referencial do enunciado representa justamente a relação predicativa instaurada, a qual o enunciador nega, a fim de que se promova a construção do valor de defesa.



### Dep2 – Exemplo 2

NA DENÚNCIA CONSTA QUE O SENHOR PEGOU A ARMA, APÓS UMA DISCUSSÃO, E DEU UM TIRO NA PERNA DO SEU ENTEADO. ISSO NÃO ACONTECEU?

**Da minha pessoa não**, porque quando eu saí da casa da minha esposa, mais ou menos assim de umas 12 horas pra 01 hora, quando eu saí da casa da minha esposa, que eu fui pra casa da minha mãe, esse rapaz ele tava num estado bom, ele tava bonzinho, ele não tava baleado. **E, arma nenhuma eu não uso, porque pra pessoa usar uma arma ele tem que ter dinheiro pra comprar.**

Observando-se novamente o Depoimento 2, no “Exemplo 2”, o SE1, por meio de manifestação referencial em que o termo “ISSO” recupera toda uma construção enunciativa anterior a “...isso não aconteceu?”, propõe uma relação predicativa a ser validada ou não pelo coenunciador.

O SE2, por sua vez, através da expressão “*Da minha pessoa não...*” expressa a negação de sua participação no cometimento do crime, por meio da marca “*não*”, validando a relação predicativa <X – dar tiro – na vítima>.

O SE2 dá continuidade à negativa de sua participação, ao enunciar “...*E, arma nenhuma eu não uso, porque pra pessoa usar uma arma ele tem que ter dinheiro pra comprar*”, manifestando descomprometimento e distanciamento em relação à realização do ato.

### Dep2 – Exemplo 3

O SENHOR NÃO TINHA MOTIVO NENHUM PRA PRATICAR ESSE CRIME?

**Sobre esse crime não. Aí primeiramente, ele disse que atiraram nas costas, depois ele disse que atirou na perna, aí ele tá entrando em contradição**, sempre querendo atrasar meu lado. Minha mãe tá bem aí, sofrendo, passando por essa situação bem aí, por causa desse rapaz e isso aí é errado demais. **Da minha parte mesmo, eu não tenho capacidade de fazer isso com ninguém não.**

No “Exemplo 3”, ainda no Dep2, o SE2 não valida a relação predicativa <X – ter motivo – para praticar o crime>, localizando, portanto, sua ocorrência na zona exterior do domínio nocional, contribuindo para a construção do sentido, a partir da validação da relação predicativa proposta pela interrogativa, de modo a reforçar o valor de negação pré-construído na pergunta ao enunciar “*Sobre esse crime não*”.

No que se refere à ocorrência do mediativo, manifestado pelas marcas “*ele disse*”, o SE2 estabelece um jogo intersubjetivo fundado na participação de outro sujeito a quem se atribui a responsabilidade pela validação, desenvolvendo-se, tal participação, por meio da ocorrência de tempos enunciativos distintos (T<sub>1</sub>), (T<sub>2</sub>) e (T<sub>0</sub>).



Assim, SE2 não se compromete com a validação da relação predicativa referente ao cometimento do crime, atribuindo responsabilidade a outro enunciador ausente da cena enunciativa, a partir do uso das expressões “*ele disse*”, “*ele disse*” e “*ele tá entrando em contradição*”, manifestando, portanto, a ocorrência do mediativo (Campos, 2001).

Aliado a isso, o SE2 manifesta a construção de uma instabilidade enunciativa atribuída à validação por parte desse outro enunciador, buscando construir um valor de negação em relação à validação da relação predicativa, ao tempo em que introduz tempos enunciativos diferentes e relacionados em contraposição um ao outro, objetivando a construção do sentido de instabilidade enunciativa não confiável, quando enuncia “*Aí primeiramente* (T<sub>1</sub>), *ele disse* que

atiraram nas costas, depois (T<sub>2</sub>) ele disse que atirou na perna, aí ele tá (T<sub>0</sub>) entrando em contradição”.

O SE2 retorna à relação predicativa inicial, conforme proposta pela interrogativa, validando-a e reforçando a negação com a introdução do aspecto relativo à incapacidade para o cometimento do crime, através da manifestação da expressão “*Da minha parte mesmo, eu não tenho capacidade de fazer isso com ninguém não*”.

## 5.2 Construção do valor negativo com manifestação de valor temporal

Outro grupo de ocorrências bastante identificadas no decorrer dos depoimentos, diz respeito à construção do valor de negação, manifestado com o auxílio de marcas e/ou expressões de valor temporal. De acordo com Micusan (1969, 1970, *In* MORENO, 2005), em língua portuguesa, alguns advérbios temporais podem apresentar função negativa.

### Dep1 – Exemplo 3

|  |
|--|
| DE QUE O SENHOR TERIA... (O SE2 INTERROMPE A CONSTRUÇÃO DO ENUNCIADO PELO SE1) |
|--|

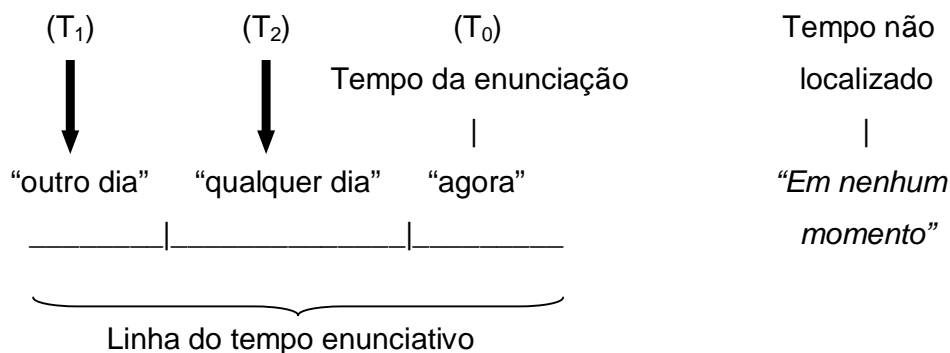
|                           |
|---------------------------|
| <u>Em nenhum momento.</u> |
|---------------------------|

No decorrer do Dep1, em vários pontos, o SE2 procura construir um valor negativo que busca transcender a simples negação do cometimento do crime, normalmente construída a partir da marca de negação “*não*”. Para isso, ele faz uso de uma operação de *parcours* por meio da marca “*nenhum*” seguida da ocorrência temporal “*momento*”. A inexistência do fato é reforçada em relação à ausência de um ponto temporal para sua ocorrência.

Observe-se, por exemplo, o valor construído no interior do “Exemplo 3” do Dep1, “*Em nenhum momento*”. A partir desse enunciado, o SE2 faz uso de uma expressão negativa de valor temporal que busca negar a relação predicativa <eu – estuprar – a vítima>, conforme proposta pela própria interrogativa que, em que pese ter sido interrompida pelo SE2, relaciona-se à acusação do crime de estupro.

A expressão temporal, portanto, enfatiza o valor de não localização e existência do ato, já que qualquer ato caracterizado enunciativamente precisa de localização no tempo e no espaço.

Nesse caso, SE2 expressa um valor de não localização temporal do ato em questão, através da expressão “*Em nenhum momento*” (nem agora, nem nunca), por meio de uma operação de *parcours*.



Interessante notar que a construção enunciativa de SE2 é realizada a partir da interrupção da construção enunciativa que, no tempo enunciativo, era realizada por SE1 “*DE QUE O SENHOR TERIA...*”, tal ocorrência enunciativa manifesta a existência de um pré-construído, identificado por ambos, como sendo a relação predicativa <acusado – estuprar – a vítima>.

#### Dep1 – Exemplo 4

ENTÃO O SENHOR NUNCA... (O SE2 INTERROMPE A CONSTRUÇÃO DO ENUNCIADO PELO SE1)

**Nunca.**

Da mesma forma, no “Exemplo 4”, o SE2 faz uso de uma marca de valor negativo relacionado ao tempo “*Nunca*”, dando continuidade à construção dos valores de negação desenvolvidos nos enunciados anteriores, encerrando a construção do valor de negação de localização e existência.

Nesse caso, novamente se manifesta o pré-construído por meio da interrupção enunciativa de SE2 em relação à construção de SE1. Tal interrupção é realizada pelo emprego da marca de valor negativo “*Nunca*”, a qual já se encontra presente no interior da construção enunciativa de SE1.

O que se observa nesse caso é que, SE1, ao manifestar “*Nunca*”, reconstrói o sentido da expressão “*Em nenhum momento*”, manifestada anteriormente por SE2, que por sua vez, reutiliza a marca de negação “*Nunca*”, para corroborar a construção de sentido manifestada por seu coenunciador (SE1).

#### Dep1 – Exemplo 5

|  |
|--|
| O SENHOR QUER DIZER QUE O SENHOR NEM CONHECE A VÍTIMA? |
|--|

|   |
|---|
| <b><u>Não, não, nunca nem vi. Nunca nem vi na minha vida.</u></b> |
|---|

Observando-se o “Exemplo 5” do Dep1, verifica-se que o SE1 constrói a interrogativa, cuja relação predicativa gira em torno do conhecimento sobre a vítima.

O SE2, ao emergir no enunciado de resposta, de certa forma, manifesta quatro respostas à interrogativa, sendo duas negativas simples, “*Não, não*”, somadas a outras duas expressões de valor negativo que são empregadas de maneira gradativa no sentido da intensificação do valor de negação.

O SE1, ao elaborar a interrogativa, fazendo uso da expressão “O SENHOR QUER DIZER...”, apresenta sugere o percurso a ser desenvolvido por seu coenunciador, que seria a validação da relação predicativa fundada no valor de negação de “...O SENHOR NEM CONHECE A VÍTIMA?”. O valor de sentido da interrogativa, portanto, não se refere ao “querer dizer”, mas sim ao “não conhecer a vítima”.

O SE2, por sua vez, manifesta a validação da relação predicativa proposta pela interrogativa construída sobre o valor de negação do conhecimento em relação à vítima. Para tanto, ele nega o conhecimento, como visto, fazendo uso de expressões utilizadas de maneira gradativa, sempre no sentido da intensificação do valor de negação do conhecimento.

Ou seja, inicialmente, o SE2 manifesta a negação simples, fazendo uso da marca de negação “*Não*”, utilizada de forma repetida, já buscando dar ênfase ao valor de negação do conhecimento “*Não, não...*”. Em seguida, ele faz uso da marca “*nunca*” associada à expressão “*nem vi*”, enfatizando o valor de desconhecimento em relação à vítima, por meio da operação de *parcours* e, de certa forma, colocando-se em nível mais intenso de negação “...*nunca nem vi*”, tomando como referência “*Não, não...*”. Por fim, dando continuidade à construção do valor de

negação do conhecimento, o SE2 intensifica ainda mais o valor, acrescentando a expressão “...na minha vida” (“*Nunca nem vi na minha vida*”).

Assim, observa-se uma construção do valor de negação do conhecimento, que se intensifica a cada marca manifestada.

#### Dep1 – Exemplo 6

|           |
|-----------|
| A VÍTIMA? |
|-----------|

|   |
|---|
| <b><u>Nunca vi, em toda a minha vida.</u></b> |
|---|

No “Exemplo 6” também se observa a construção de valor semelhante, de forma que este exemplo complementa o valor de negação construído no enunciado anterior. O SE1 interpela o SE2, buscando confirmação sobre o conteúdo sobre o qual o valor de negação do conhecimento incide.

Novamente o SE2 faz uso da expressão “*Nunca vi...*” associada à expressão “...em toda a minha vida”, enfatizando, mais uma vez, que não há, nem houve qualquer contato com a vítima.

O SE2, portanto, manifesta o valor de negação do conhecimento em relação à vítima, fazendo uso da expressão temporal de valor negativo “nunca”, como marca de uma operação de *parcours*. Dessa maneira, a enunciação manifestada pelo SE2 desenvolve um percurso pelos tempos pré-construídos, manifestando o mesmo valor de negação de localização e existência em cada tempo pré-construído específico.

E ele ratifica o valor de negação do conhecimento desenvolvido em todos os tempos enunciativos possíveis, ao enunciar a expressão “...em toda a minha vida”. Assim, o SE2 encerra a construção do valor de negação do conhecimento, delimitando especificamente o universo temporal (“...em toda a minha vida”) que contém todos os tempos possíveis pré-construídos, representados pela marca “nunca”.

#### Dep1 – Exemplo 7

|                                    |
|------------------------------------|
| O SENHOR AFIRMA QUE NÃO A CONHECE? |
|------------------------------------|

|                                     |
|-------------------------------------|
| <b><u>Nunca, não a conheço.</u></b> |
|-------------------------------------|

No “Exemplo 7”, sendo interessante notar que o SE1, no interior da interrogativa, faz uso do termo “afirma” associado à marca de negação “não”, de forma que a ênfase da relação predicativa proposta recai sobre o termo referente à afirmação, sendo necessária a validação ou a não validação da relação predicativa simples fundada no trecho “O SENHOR AFIRMA...”.

No entanto, o SE2 deixa de validar a relação predicativa diretamente proposta por SE1, para dar ênfase à não validação da outra parte da relação predicativa complexa representada pelo trecho “...NÃO A CONHECE?”.

Ao enunciar, portanto, “Nunca, não a conheço”, o SE2 enfatiza a segunda parte da relação predicativa complexa, fundamentando, exatamente no valor de negação, a sua atitude de validação da relação predicativa.

Dessa maneira, o SE2 não só valida a relação predicativa proposta na interrogativa, mas deixa de manifestar-se especificamente sobre essa relação predicativa e passa a manifestar-se sobre a outra relação predicativa também contida na interrogativa.

#### Dep1 – Exemplo 8

|  |
|--|
| O SENHOR TRABALHA COM PROPAGANDA NO CARRO DE SOM?  |
| Isso, há um bom tempo. Respeito todo mundo, graças a Deus!<br><b><u>Nunca, nunca, nunca</u></b> , tô... eu até agora... eu tô só ouvindo e pensando... já analisei muito em casa, já pensei, já bati, já bati... olha... nem... <b><u>quando eu vi ela aqui eu fiquei surpreso</u></b> , digo - nossa, <b><u>nunca nem tinha visto em toda a minha vida e nunca nem vi</u></b> . |

No “Exemplo 8” do Dep1, que se observa abaixo, o SE2 responde à interrogativa do SE1 sobre sua atividade profissional, validando-a, de maneira bem rápida e objetiva, enunciando “Isso, há um bom tempo. Respeito todo mundo, graças a Deus!” para, em seguida, fugir a qualquer referência à relação predicativa, passando a retomar a construção do valor de negação preponderante no depoimento.

Para isso, ele institui uma relação predicativa nova, relacionada à insistência sobre a não validação do conhecimento em relação à vítima, fazendo uso de várias marcas que buscam enfatizar a inexistência de contato com a vítima,

conforme se observa em “*Nunca, nunca, nunca*”, ou na expressão “*quando eu vi ela aqui eu fiquei surpreso*”, além de “*nunca nem tinha visto em toda a minha vida e nunca nem vi*”.

Ao enunciar “*Nunca, nunca, nunca...*”, o SE2 novamente desenvolve um percurso por todos os possíveis tempos pré-construídos, estabelecendo o valor de negação da localização e existência nesses tempos, conforme se viu anteriormente, enfatizando o desenvolvimento desse percurso pela repetição do termo.

Observando-se a expressão “*...quando eu vi ela aqui eu fiquei surpreso*”, percebe-se a construção do valor modal apreciativo sobre o conteúdo, manifestando o sentimento de surpresa e corroborando com a construção do valor de negação do conhecimento.

Em “*...nunca nem tinha visto em toda a minha vida e nunca nem vi*”, novamente, conforme se observou nos exemplos anteriores, o SE2 volta a desenvolver o percurso de construção da negação pelos tempos possíveis, encerrando a construção de sentido pela definição e delimitação do universo temporal sobre o qual incide o dito valor de negação.

O SE2, portanto, manifesta um compromisso muito maior com a construção da negativa sobre o conhecimento da vítima do que em relação à construção da informação sobre sua atividade profissional. Assim, ele não responde diretamente à interrogativa, reconstruindo uma outra relação predicativa sobre a qual se manifesta.

#### Dep2 – Exemplo 4

VOCÊ NÃO ATIROU NELE?

**Jamais. Eu não tenho capacidade de fazer isso não,** porque eu sou de família humilde. E mesmo assim, nós “somo” humilde e nós “gostamo” da nossa vida, que nós “somo” feliz, num tem?  
**Então eu não tenho capacidade de fazer isso com ninguém não.**

No “Exemplo 4” do Depoimento 2, constrói-se a interrogativa em torno da relação predicativa <você – não atirar – na vítima>. Interessante notar que a própria interrogativa já apresenta a marca de construção de valor negativo “não”, utilizada pelo SE1 no enunciado com entonação específica, a qual manifesta a construção de um valor modal intersubjetivo, já que enunciando dessa maneira o SE1, de certa



forma, atribui responsabilidade ao SE2 pela realização do ato contido na relação predicativa.

Com a manifestação do termo “*Jamais*” como resposta à interrogativa, o SE2 reconstrói o valor da interrogativa, atribuindo-lhe valor negativo fundamentado na manifestação da marca “não” e, com base nisso, valida a relação predicativa negativa, utilizando uma marca temporal, com força eloquente que reforça ainda mais a construção do valor negativo.

A utilização da marca “*Jamais*”, assim como observado no decorrer das análises sobre a manifestação da marca “nunca”, manifesta o movimento enunciativo desenvolvido pelos tempos enunciativos possíveis, já que tal marca estabiliza o sentido de “Em nenhum momento/Em tempo algum”.

Ademais, a manifestação dessa marca enseja uma abertura enunciativa que somente tem seu fechamento para a construção do valor de negação do ato a partir da manifestação enunciativa seguinte.

Ou seja, ao enunciar “*Eu não tenho capacidade de fazer isso não*”, SE2 nega ter capacidade para realização de tal ato, fazendo uso de dupla negação que enfatiza a construção do valor negativo e, portanto, fecha o sentido de validação da relação predicativa negativa.

A utilização da expressão “*Eu não tenho capacidade de fazer isso...*”, com a manifestação do termo “*capacidade*”, constrói o valor de negação a partir da ideia de que, ainda que houvesse vontade e oportunidade, não haveria capacidade para realização do ato, construindo o distanciamento do enunciador em relação à realização do ato.

Por fim, como forma de ênfase, inclusive pela dupla negação, novamente o SE2 faz uso da expressão de valor negativo “*Eu não tenho capacidade de fazer isso com ninguém não*”. Ao enunciar dessa maneira, com a inclusão da marca “*ninguém*”, ele enfatiza sua incapacidade para realização do ato, buscando construir, portanto, o sentido de sua incapacidade para realização do crime, seja contra quem quer que fosse.

### 5.3 Construção do valor negativo com manifestação de valor epistêmico

Um terceiro grupo de ocorrências bastante identificadas no decorrer dos depoimentos diz respeito à construção de valores modais epistêmicos desenvolvidos no interior do processo de construção de defesa fundada na ocorrência da negação. Ou seja, de uma maneira geral, no interior desses valores modais epistêmicos, constrói-se um sentido de negação, pela validação ou não validação da relação predicativa.

#### Dep1 – Exemplo 9

|   |
|---|
| BOM, ENTÃO O SENHOR NEGA, VEEMENTEMENTE, QUE TENHA ESTUPRADO... (O SE2 INTERROMPE A CONSTRUÇÃO DO ENUNCIADO PELO SE1) |
|---|

|   |
|---|
| <b><u>Eu não só nego, como eu tenho certeza absoluta que não.</u></b> |
|---|

No Dep1, por exemplo, em seu “Exemplo 9”, o SE1 constrói uma sequência enunciativa afirmativa referente a um pré-construído relacionado ao posicionamento do SE2 sobre o crime. Ou seja, ao enunciar a afirmação de que seu coenunciador nega algo, o SE1 estabiliza o pré-construído de que o SE2 já tenha desenvolvido um valor de negação sobre esse “algo” em um tempo anterior ( $T_1$ ) ao tempo da enunciação ( $T_0$ ).

A utilização de termo “*veementemente*” fortalece ainda mais o pré-construído em torno da construção de um valor de negação anterior, construindo um sentido de que não se trata de uma simples negação, mas de uma negação reforçada, reiterada e ratificada pelo enunciador.

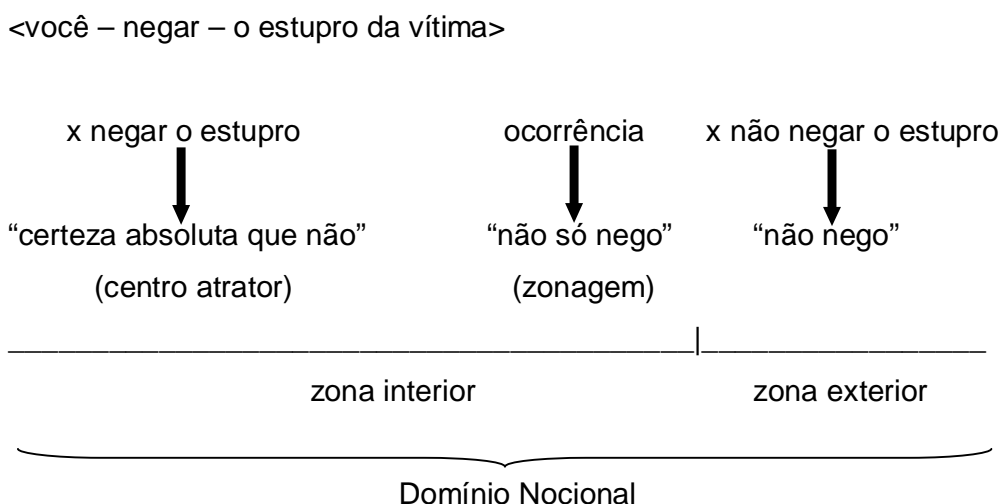
Toda essa afirmação “BOM, ENTÃO O SENHOR NEGA, VEEMENTEMENTE, QUE TENHA ESTUPRADO...” enunciada pelo SE1, portanto, estabiliza a construção de um valor negativo, que por sua vez, é intensamente reiterado pelo SE2.

Ao enunciar “*Eu não só nego, como eu tenho certeza absoluta que não*”, o SE2 valida a relação predicativa proposta pela afirmativa construída pelo SE1, tendo em vista que a própria relação predicativa é construída pelo SE1 em torno do valor de negação “BOM, ENTÃO O SENHOR NEGA...”, que por sua vez é mantido pela construção enunciativa de SE2 “*Eu não só nego...*” (Eu não apenas nego).

Portanto, SE2 enuncia que não nega simplesmente, mas pretende, na verdade, manifestar um valor de negação intenso, buscando transcender o valor de negação simples e localizar a ocorrência de sua manifestação no núcleo do domínio do certo (absolutamente certo) para enfatizar a marca de valor negativo “*não*” (“...*eu tenho certeza absoluta que não*”), introduzindo uma relação predicativa complexa (<eu – ter certeza – não cometer crime>).

Assim, SE2 enfatiza a validação da relação predicativa construída em torno do valor de negação, localizando-se no interior do domínio nocional e, como dito, no núcleo da noção expressa pelo valor de sentido de negação da marca “*não*” (“...*eu tenho certeza absoluta que não*”).

O SE2, portanto, desenvolve uma operação de zonagem, percorrendo um caminho inverso ao que é de costume na negação, ao invés de situar-se em zonas distintas do centro atrator, ele localiza sua manifestação o mais próximo possível do centro atrator, através da operação de identificação.



No interior das relações referenciais de localização dos termos no enunciado em questão, é interessante notar a manifestação do termo “*só*”, já que essa marca enunciativa comporta grande parte do sentido construído no enunciado.

Assim, observe-se que sem a presença da marca “*só*”, o SE2 manifestaria a não validação da relação predicativa negativa e, portanto, passaria a ensejar a afirmação do crime e a desconstrução de sua defesa já que o resultado seria “Eu não nego (que tenha estuprado a vítima)”. No entanto, com a manifestação da

marca “só”, o SE2, além de validar a relação predicativa negativa, construindo o valor de negação do crime, abre espaço para acréscimo enunciativo.

Ou seja, enunciar “*Eu não só nego...*” constrói o sentido de “Sim, eu nego, mas não é só isso”, dando margem ao acréscimo enunciativo conclusivo do valor de negação intenso “*...eu tenho certeza absoluta que não*”.

#### Dep1 – Exemplo 10

|   |
|---|
| NA VERDADE, O QUE O SENHOR TÁ ME DIZENDO É QUE SERIA UMA VINGANÇA DA SUA EX-MULHER. |
|---|

|                         |
|-------------------------|
| <u>É o que eu acho.</u> |
|-------------------------|

No “Exemplo 10”, ainda do Dep1, verifica-se a manifestação da expressão “Na verdade” por meio da qual se constrói um valor modal intersubjetivo que convida o coenunciador para um espaço enunciativo específico relativo à construção do valor de verdade do enunciado. Ou seja, constrói-se o sentido de que, independente do que o coenunciador venha a reconstruir de sentido (X, Y ou Z), o que tem sido dito (pré-construído), linguisticamente, leva a crer “X”.

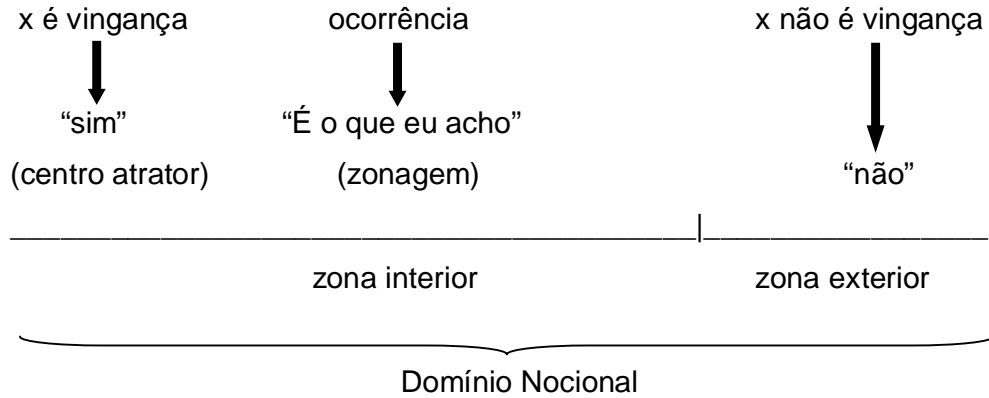
Além disso, ao enunciar a expressão “*...O QUE O SENHOR TÁ ME DIZENDO...*”, o SE1 manifesta a atribuição de responsabilidade sobre o conteúdo do enunciado ao seu coenunciador (SE2) e instaura o pré-construído de que aquele sentido já foi estabilizado em situação enunciativa anterior.

O SE2, por sua vez, valida a relação predicativa, localizando-se na zona interior do domínio nocional. No entanto, em relação à atribuição de responsabilidade pela validação, ele pondera tal responsabilidade, estabelecendo uma operação de zonagem que permite que a localização de sua manifestação se estabilize em subzonas no interior do domínio nocional.

Assim, ao validar a relação predicativa, o SE2 mantém seu compromisso apenas parcial em relação a essa validação, ou seja, apesar de construir o sentido de “sim” em relação à participação da ex-mulher na razão de sua acusação, ao enunciar “*É o que eu acho*” ele modaliza sua responsabilidade por essa validação.

Construindo o enunciado dessa maneira, o SE2 afirma sua percepção sobre a acusação ter origem de vingança de sua ex-mulher (pré-construído), no entanto, ele faz uso do verbo “achar” que apesar de caminhar para a construção da afirmação, não comporta a completude do valor afirmativo de “sim”.

<a acusação – ser – vingança>



#### Dep2 – Exemplo 5

O SENHOR *NÃO* ATIROU?

**Negativo.** Eu não posso confirmar uma coisa que eu não tenho nada a ver.

Já no interior do Depoimento 2, no “Exemplo 5”, o SE1 manifesta a interrogativa, fundada em torno do valor de negação, sugerindo, de certa forma, pela entonação incidente sobre a marca “não”, o desenvolvimento do percurso pela não validação do valor negativo já construído.

O SE2, por sua vez, faz uso da marca de negação “*Negativo*”, a qual, por si só, não manifesta validação, nem não validação em torno da relação predicativa, deixando em aberto o campo de construção de sentido para o estabelecimento de nova enunciação que venha a validar ou não a relação predicativa.

O valor de negação construído por essa marca, de certa forma, não se refere diretamente à relação predicativa introduzida pela interrogativa, mas sim à relação predicativa relacionada ao cometimento do crime (<eu – cometer – esse crime>), manifestando, portanto, o não comprometimento do SE2 com a validação ou não validação da relação predicativa proposta pela interrogativa, sendo o não comprometimento, inclusive, reforçado pela expressão que a segue “*Eu não posso confirmar uma coisa que eu não tenho nada a ver*”.

Ou seja, ao enunciar “*Eu não posso confirmar uma coisa...*”, o SE2 manifesta descomprometimento com a responsabilidade pela validação ou não, através da construção do valor modal epistêmico, manifestando, inclusive por meio da ocorrência do verbo modal “poder”, a construção de valor de impossibilidade de confirmação e portanto validação da relação predicativa. Ao tempo em que “*eu não tenho nada a ver*” reforça o distanciamento do SE2 em relação ao conteúdo da relação predicativa.

Assim, compreende-se que o SE2, mais uma vez, nega que tenha atirado nas vítimas, buscando demonstrar distanciamento em relação ao crime, distanciando-se da validação dessa relação predicativa, de forma que, para ele, se há validação ou não validação, essa deve ser atribuída a outro enunciador, já que SE2 se exime dessa responsabilidade, reforçando seu distanciamento ao enunciar “*Eu não posso confirmar uma coisa que eu não tenho nada a ver*”.

### Dep3 – Exemplo 7

|  |
|--|
| A SENHORA VIU O MOMENTO DA APREENSÃO DA DROGA? |
|--|

|  |
|--|
| <b><u>Até onde eu sei lá em casa não tinha droga nenhuma</u></b> |
|--|

Retornando ao Depoimento 3, mais especificamente ao “Exemplo 7”, o SE1 constrói uma interrogativa propondo uma relação predicativa relativa a um tempo ( $T_1$ ), correspondente ao momento do flagrante, distinto do tempo da enunciação ( $T_0$ ).

Para a validação ou não validação, portanto, o SE2 deve reportar-se a  $T_1$ . No entanto, apesar de reportar-se a  $T_1$  “...*lá em casa não tinha droga...*”, tempo expresso pelo verbo manifestado em sua forma pretérita, o SE2 manifesta muito mais o seu distanciamento em relação à responsabilidade pela validação da relação predicativa referente à propriedade da droga apreendida.

Ao enunciar “*Até onde eu sei, lá em casa não tinha droga nenhuma*”, o SE2 constrói um valor epistêmico relacionado ao conhecimento sobre a inexistência da droga.

Localizando-se a ocorrência “*Até onde eu sei...*”, relacionada ao sujeito enunciador específico SE2, num contínuo do domínio nocional, verifica-se um movimento de percurso por todas as ocorrências possíveis no domínio do saber, até a manifestação do conjunto de todas as ocorrências (“*Até onde eu sei*”). Ou seja,

dentro do domínio do saber, até onde se possa localizar ocorrências no interior desse domínio, o SE2 sabe dizer que “...lá em casa não tinha droga nenhuma”.

Assim, o valor construído pelo SE2 afirma o conhecimento sobre a não existência da droga, enfatizando o valor de não existência ao fazer uso da marca “*nenhuma*” que se relaciona à droga e completa o valor de negação de localização e existência demarcado pela expressão “*não tinha*”.

### Dep3 – Exemplo 8

|  |
|--|
| COMO A SENHORA EXPLICA O FATO DE CONSTAR A APREENSÃO DESSA SUBSTÂNCIA? |
|--|

|  |
|--|
| <b>Não sei. Não sei. Não posso lhe explicar.</b> |
|--|

Passando à análise do “Exemplo 8”, ainda no Dep3, verifica-se que o SE1 elabora a interrogativa dando liberdade ponderada ao seu coenunciador para percorrer os caminhos de validação ou não validação da relação predicativa, já que, faz-se interessante notar que o SE1, a partir da manifestação do termo “*FATO*”, atribui valor de verdade ao conteúdo da interrogativa, de certa forma, sugerindo ao seu coenunciador (SE2) que o percorra para a validação da apreensão da droga.

Nesse exemplo, o SE2 constrói o valor de negação do saber, pela manifestação do valor modal epistêmico, em relação à explicação sobre a apreensão da droga, novamente enfatizando a negação através da repetição da expressão “*Não sei. Não sei*”.

Em seguida, ele nega a possibilidade de explicação, de certa forma, encerrando a construção do valor de negação do saber, já que ao enunciar “*Não posso lhe explicar*”, ele elimina qualquer possibilidade de compreensão relativa a uma possível afirmação do saber já negado.

No decorrer das manifestações enunciativas, portanto, verifica-se o descomprometimento do SE2 para com a responsabilidade pela validação ou não validação da relação predicativa.

Ocorrência semelhante se dá no Depoimento 4, especificamente no “Exemplo 2”, em que a relação predicativa é construída em torno da propriedade sobre a faca utilizada no crime, <você – tomar – a faca da vítima>, conforme se verifica abaixo.

#### Dep4 – Exemplo 2

|                         |
|-------------------------|
| VOCÊ TOMOU A FACA DELE? |
|-------------------------|

|   |
|---|
| <b>Não sei como foi que eu tomei essa faca não, mas na hora, pra se defender...</b> |
|---|

É interessante notar que validar essa relação predicativa enseja a manifestação de um pré-construído relacionado à propriedade da faca e à construção e consolidação da defesa do acusado em relação ao crime.

Dessa forma, validar a afirmação de que teria tomado a faca das mãos da vítima, instaura o pré-construído de que a faca não era de propriedade do acusado, mas sim da vítima.

Outro aspecto interessante a ser observado na construção do enunciado se refere à forma de validação da relação predicativa. O SE2 não manifesta a validação por meio de asserção estrita afirmativa, mas pela construção do valor modal epistêmico que nega o saber em relação à forma da ação de tomar a faca, ao tempo em que, portanto, admite que tenha tomado a faca, apesar de não saber como, conforme se verifica em “*Não sei como foi que eu tomei essa faca não...*”.

Assim, o SE2 nega o saber em relação à maneira como tenha tomado a faca da vítima, na medida em que instaura outro pré-construído relacionado ao fato de que realmente tenha tomada a faca. Ou seja, se o sujeito enunciator manifesta a negação da lembrança sobre como tomou a faca. A construção desse pré-construído é corroborada pelo uso da expressão “*...mas na hora...*”.

Por fim, o SE2 justifica a ação de tomar a faca da vítima, buscando, novamente, consolidar a construção da defesa a partir da instauração de um pressuposto. Ou seja, ao enunciar “*...pra se defender...*”, o SE2 tenta justificar o ato, à medida que atua na construção de sua defesa ao instaurar o pressuposto que permite compreender que a vítima foi quem deu início à agressão.

#### Dep4 – Exemplo 3

|                                       |
|---------------------------------------|
| AÍ O SENHOR TOMOU A ARMA E FUROU ELE? |
|---------------------------------------|

|  |
|--|
| <b>Eu não me lembro que eu furei ele, mas aconteceu.</b> |
|--|

No “Exemplo 3”, o SE2 manifesta o não comprometimento, não percorrendo qualquer dos caminhos propostos pela interrogativa (caminho para a validação / caminho para a não validação), passando a manifestar, na verdade, a construção do valor modal epistêmico, construindo um valor de negação em relação



à lembrança sobre o fato, conforme se observa em “*Eu não me lembro que eu furei ele...*”.

Dessa forma, o SE2 admite a possibilidade de validação da relação predicativa proposta, sem, no entanto, comprometer-se com essa validação. No entanto, dando continuidade à manifestação enunciativa, ele não só admite a possibilidade de validação da relação predicativa como, de fato, enuncia a afirmação do saber em relação à realização do ato, validando a relação predicativa, ao enunciar “...mas aconteceu”.

#### **5.4 Construção de valor negativo com manifestação de valor apreciativo**

Este quarto grupo de análises apresenta ocorrências de construção do valor modal apreciativo que se estabilizam no decorrer da construção da defesa do acusado. São valores modais caracterizados pelo estabelecimento de juízo de valor, por parte do sujeito enunciador, em relação ao conteúdo da relação predicativa.

Importante salientar que as ocorrências desse tipo de construção de valor modal somente foram identificadas no interior do Depoimento 1, não havendo, portanto, ocorrências desse tipo nos demais depoimentos.

##### **Dep1 – Exemplo 11**

|   |
|---|
| O SENHOR CONHECE AS PROVAS DOS AUTOS? O SENHOR TEM ACESSO?  |
| Doutora, eu tô <u>até agora...</u> <u>eu tô pasmado com isso aí que vem acontecendo.</u> <u>Eu não estou sabendo de nada.</u> |

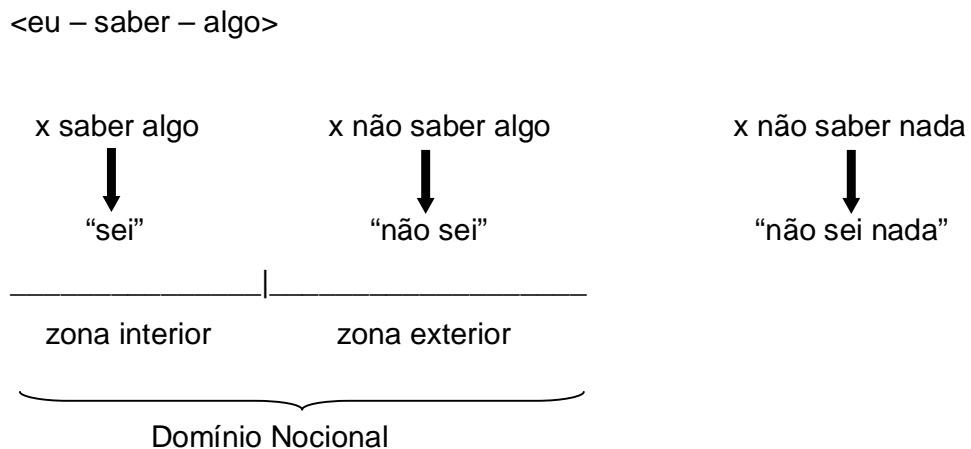
No “Exemplo 11” do Depoimento1, o SE1 elabora a construção da interrogativa, propondo dois caminhos ao seu coenunciador, validar ou não validar a relação predicativa proposta.

No entanto, SE2 faz uso de um caminho diverso do que havia sido proposto por SE1, deixando de lado a manifestação pela validação ou não validação da relação predicativa, e passando a manifestar a não validação de um pré-construído representado pela relação predicativa relacionada ao crime.

Ou seja, através da manifestação da expressão de valor modal epistêmico “*Eu não estou sabendo de nada*”, o SE2 constrói o valor de negação do saber em relação ao crime e em relação à razão e estar sendo acusado.

O SE2, portanto, manifesta total desconhecimento, não em relação ao conteúdo da interrogativa, mas em relação ao conteúdo do pré-construído representado pelo crime, para tanto, ele especifica o desconhecimento em relação ao pré-construído e o localiza temporalmente ao fazer uso da expressão “*até agora*” (Só a partir de agora passará a ter conhecimento).

É interessante notar que o grau de desconhecimento manifestado pelo SE2 em “*Eu não estou sabendo de nada*” é intensificado pela substituição de um dos parâmetros da relação predicativa introduzida pelo enunciado, na medida em que a substituição do parâmetro “algo” pelo parâmetro “*nada*” intensifica o sentido de não conhecimento, de forma que “*Eu não estou sabendo de nada*” intensifica ainda mais a construção do sentido de desconhecimento em relação ao crime, manifestando total desconhecimento em relação ao conteúdo da relação predicativa.



Além disso, o SE2 faz uso da expressão de valor modal apreciativo para manifestar total surpresa em referência à relação predicativa construída em torno da ocorrência do crime, dando evidência a seu estado emocional em relação ao seu conhecimento sobre o fato (“...*eu tô pasmado com isso aí que vem acontecendo...*”), construindo o sentido de que não só desconhece o fato, como também não entende o porquê da acusação que se vem desenvolvendo.

## Dep1 – Exemplo 12

O SENHOR SABE ME DIZER SE A VÍTIMA CONHECE A SUA EX-MULHER?

Ela disse que não, mas eu acho estranho esse caso bem aí. Eu, até agora, não tô entendendo. Eu acho que talvez elas se conheçam, eu num sei.

No “Exemplo 12”, o SE1 manifesta a construção de um valor modal epistêmico, por meio de uma relação predicativa complexa na qual o nível de conhecimento de seu coenunciador constitui um dos parâmetros da referida relação a ser validada ou não.

Nesse exemplo, o SE2 coloca em cena outro enunciador a quem atribui a responsabilidade pela não validação da relação predicativa ao enunciar “*Ela disse que não...*”.

Sobre isso, é importante lembrar, conforme foi visto nesta pesquisa, que, de acordo com Guentchéva (1996), e depois Campos (2001), transpondo a abordagem para a língua portuguesa, os valores do mediativo se organizam em 3 grupos: dos fatos relatados, das inferências e dos fatos de surpresa.

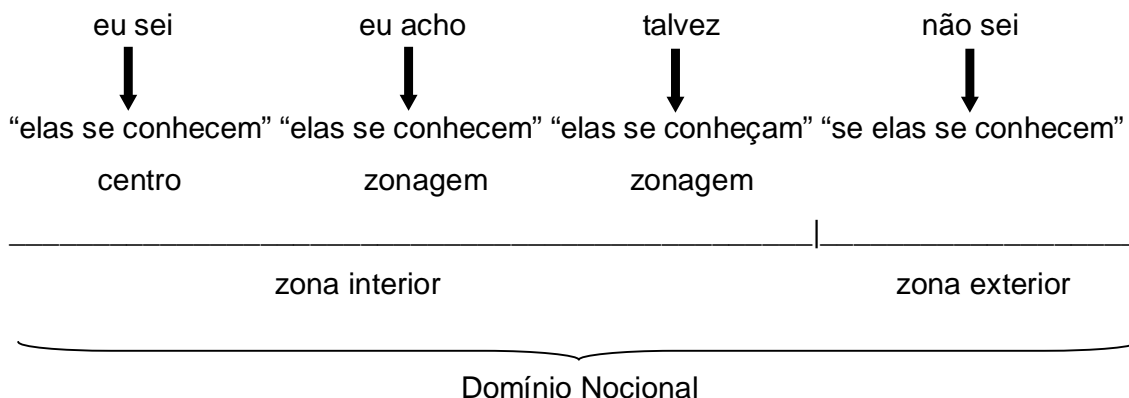
A ocorrência manifestada no enunciado em análise, assim como ocorreu no “Exemplo 3”, do Dep2 (“*Aí primeiramente, ele disse que atiraram nas costas, depois ele disse que atirou na perna, aí ele tá entrando em contradição”), está relacionada ao grupo dos fatos relatados, mais especificamente ao subgrupo dos fatos fundamentados nas falas de outros sujeitos, conforme se pode observar também no exemplo apresentado abaixo, cuja análise aqui se desenvolve.*

Após a atribuição de responsabilidade a outro sujeito, ele manifesta seu comprometimento relativo com a validação, fazendo uso de uma construção enunciativa de valor apreciativo referente ao caso representado pela relação predicativa (<vítima – conhecer – ex-mulher>), ao enunciar “...eu acho estranho esse caso bem aí”, contrastando, portanto, com a expressão anterior “*Ela disse que não...*”.

Dessa maneira, o SE2, na verdade, manifesta a validação da relação predicativa, tendo em vista que a não validação é atribuída a outro enunciador, ausente à situação enunciativa (Sit<sub>0</sub>), ao tempo em que manifesta estranheza em relação à referida não validação (“...eu acho estranho esse caso bem aí”).

Ainda no “Exemplo 12”, no decorrer da ocorrência enunciativa “*Eu acho que talvez elas se conheçam, eu não sei*”, o SE2, de certa forma, constrói, inicialmente, valor epistêmico que demonstra sua percepção sobre o conteúdo da relação predicativa, desenvolvendo, em seguida, uma espécie de gradação no sentido do descomprometimento, na medida em que acrescenta, por um processo de remodelização (CAMPOS, 1997), a modalização da construção do valor modal epistêmico, representado pela marca “*talvez*” que pondera a percepção, até a construção do valor de negação total do saber e, portanto, da percepção, através da expressão “*eu não sei*”, que o descompromete totalmente da responsabilidade pela validação.

<eu – saber – elas se conhecem>



Nesse sentido, portanto, o SE2, ao manifestar os valores apreciativos e epistêmicos, não responde diretamente à interrogativa, mantendo seu compromisso apenas parcial em relação à participação de sua ex-mulher, na medida em que, em momento algum, ele assume total responsabilidade pela validação da relação predicativa.

Assim, encerra-se a análise das ocorrências manifestadas no decorrer dos enunciados selecionados. No próximo tópico deverão ser apresentadas breves considerações sobre as conclusões a que se pode chegar a partir do desenvolvimento desta pesquisa.

## 5.5 Síntese das análises

Neste subtópico é apresentada uma síntese dos aspectos que foram observados durante o desenvolvimento das análises. Não se pretende, com isso, demonstrar um rol exaustivo em relação ao que foi observado no corpo das análises, mas simplesmente demonstrar o que foi possível identificar como aspecto relevante, sem a pretensão de servir como perspectiva única, pretendendo, muito mais, servir como ponto de partida para outros olhares acerca dos aspectos observados.

Durante o desenvolvimento das análises foi possível perceber, por exemplo, que o SE1, no decorrer da elaboração das interrogativas, de maneira geral, propõe as relações predicativas a serem validadas ou não por seu coenunciador (SE2), cabendo ao SE2 validar ou não validar as relações predicativas, localizando as ocorrências em uma das zonas do domínio nocional.

É interessante perceber que, no decorrer das manifestações do SE2, há a tendência de localização das ocorrências na zona exterior do domínio nocional, correspondendo, portanto, à construção ou reiteração do valor de negação do conteúdo enunciado. No entanto, há situações em que o SE2 localiza sua manifestação na zona interior do domínio nocional, quando, por exemplo, no interior da interrogativa já vem manifestada a construção do valor de negação a ser validado ou não.

O que se observou, de uma maneira geral, em relação à utilização da marca de negação “não”, é que o sujeito enunciador localiza a ocorrência de sua manifestação na zona exterior do domínio nocional, manifestando a não validação da relação predicativa quando construída em torno do valor de afirmação, ao tempo em que ele localiza a ocorrência na zona interior do domínio nocional, manifestando a validação da relação predicativa quando já construída em torno do valor de negação.

Assim, ainda que muitas vezes o SE1 proponha os percursos pela validação ou pela não validação da relação predicativa, sugerindo ao coenunciador o caminho a ser percorrido, o SE2 tende a manifestar sua ocorrência levando em consideração o valor previamente construído no interior da relação predicativa, determinando a localização da ocorrência em uma das zonas, interior ou exterior,

sempre buscando construir o valor de negação e, portanto, de defesa no depoimento.

Assim, o que se observa é que quando a interrogativa é formulada em torno do valor de afirmação, o SE2 não valida a relação e localiza a ocorrência da noção na zona exterior do domínio nocional, distanciando-se do centro atrator da ocorrência de valor afirmativo. Por outro lado, quando a interrogativa é formulada em torno do valor de negação, o SE2 passa a manifestar a validação da relação predicativa, mantendo a localização da ocorrência na zona interior do domínio nocional, reforçando o valor de negação e, convenientemente, de construção de sua defesa.

Em muitos casos demonstrados no interior das análises, “Não, não fui preso não...”; “Não, não traficava não”; “Não, não tinha não” e “Não, não era”, observou-se, não só a repetição da marca de negação “não”, manifestando a dupla negação na construção da ênfase do valor negativo, como também a repetição dos termos presentes no interior das interrogativas (“*FOI PRESO*”, “*TRAFICAVA*”, “*TINHA*” e “*ERA*”), delimitando o aspecto enunciativo negado.

Outros aspectos observados no decorrer das análises dos enunciados, diz respeito à ocorrência de marcas de valor temporal como recurso de negação, a presença marcante da operação de *parcours* para a construção do valor de negação da existência, reforçando a construção da defesa, além da ocorrência dos mediativos, que manifestam a incidência de outros sujeitos que participam do processo de validação ou não validação das relações predicativas, na medida em que marca o descomprometimento do enunciador em relação à validação ou não.

Além disso, foi interessante verificar de que forma a manifestação dos valores modais epistêmicos e apreciativos se relacionam com o processo de construção do valor de negação dos enunciados.

Como dito, muitos outros aspectos podem ainda ser identificados no interior das análises aqui desenvolvidas. Por essa razão que se convida ao desenvolvimento de novos olhares, a fim de que se aprofundem as discussões em torno dos aspectos analisados e, conseqüentemente, amplie-se a discussão sobre o tema.

## 6 CONCLUSÃO

Chega-se à conclusão da presente pesquisa, que buscou analisar o funcionamento da categoria da modalidade nos enunciados produzidos por réus em audiência criminal, com foco específico na construção do valor de negação dos enunciados.

Foram abordados, durante a realização da pesquisa, aspectos relacionados ao desenvolvimento do quadro teórico que fundamenta este trabalho (Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE), estabelecendo-se discussões acerca dos aspectos teóricos constitutivos da teoria, bem como sobre outras abordagens conceituais recorrentes e pertinentes ao objeto de pesquisa, a modalidade.

Discutiu-se sobre os pormenores entre linguagem e pensamento, bem como em relação aos aspectos relativos à construção de valores referenciais e a ligação estabelecida com a abordagem Construtivista.

Debateu-se também sobre a caracterização da atividade de linguagem, e a relação entre as concepções desenvolvidas por Benveniste e por Culioli no interior da Teoria da Enunciação, além de outros aspectos igualmente importantes, como o Domínio Nocial, as operações de localização e as etapas para construção do enunciado.

Além dos aspectos teóricos gerais, foram também desenvolvidos aspectos especificamente relacionados à questão da modalidade, endossando as definições conceituais e tipológicas, desde a contribuição dos estudos de Aristóteles, verificando-se como se dá a abordagem da TOPE para a categoria da modalidade, discorrendo sobre os processos de Remodalização e Sobremodalização.

Discorreu-se, igualmente, sobre as questões relacionadas ao Mediativo, além da base conceitual da Negação, aspecto diretamente relacionado ao objetivo da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos abordaram os detalhes sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, bem como sobre a realização das análises dos enunciados, tratando da forma de organização das análises, além de outros aspectos que, acredita-se, eram de fundamental

importância para o conhecimento dos leitores que busquem adentrar nos pormenores desenvolvidos no decorrer das análises.

Durante as análises, foram observados diversos aspectos, sobre os quais se falou no decorrer do subitem relativo à síntese das análises. De uma maneira geral, foi interessante perceber de que forma a manifestação do SE2 localiza as ocorrências na zona interior ou exterior do domínio nocional, demonstrando como se dá a relação de alteridade da negação, bem como a operação de identificação e diferenciação no decorrer da localização referencial no interior do domínio nocional.

Espera-se que a presente pesquisa tenha sido fundamental para o desenvolvimento do tema da modalidade, especificamente no que se refere à construção do valor de negação dos enunciados e que, portanto, novas pesquisas possam ser desenvolvidas, contribuindo para o desenvolvimento do tema, bem como para o fortalecimento da teoria.



## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Cristiane Balestrieiro dos Santos. **Operações enunciativas e valores referenciais**: estudo da marca apesar de. Araraquara, SP, 2007. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2007.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Néri do original em francês *Problèmes de linguistique générale*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Da subjetividade na linguagem**. In: Problemas de linguística geral I. 2ª Ed. Campinas/SP: Pontes, 1988.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. **Tempo, aspecto e modalidade**. Estudos de linguística portuguesa. Porto: Porto Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dever e Poder: um subsistema modal do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

\_\_\_\_\_. **Enunciação mediatizada e operações cognitivas**. In SILVA, A. S. (Org.) Linguagem e Cognição: A perspectiva da Linguística Cognitiva. Braga: APL/UCP, 2001, p. 325-340.

\_\_\_\_\_. **A modalidade apreciativa**: uma questão teórica. In: OLIVEIRA, F. e DUARTE, I. M. (Org.) Da língua e do Discurso. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 265-281.

CAMPOS, M. H. Costa; XAVIER, Maria Francisca. **Sintaxe e Semântica do Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. **Decreto-Lei Nº 2.848**, de 7 de Dezembro de 1940.

CORREIA, Clara Nunes. **Estudos de determinação**: a operação de quantificação-qualificação em sintagmas nominais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CULIOLI, Antoine. **La communication verbale**. In: L'Homme et les autres, Tome 1 de L'Encyclopédie des Sciences de l'Homme – L'Aventure Humaine. Edição: Grange. Paris, 1967.

\_\_\_\_\_. **Rubriques de linguistique** de l'Encyclopédie. Alpha. Paris: Grane-Batelière, 1971.

\_\_\_\_\_. **Théorie du langage et théorie des langues**. In : Actes du colloque de Tours, diffuse par les éditions Peeters, Louvain, 1983, 77-88.

\_\_\_\_\_. Pour une linguistique de l'énonciation. **Opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

\_\_\_\_\_. **Qu'est-ce qu'un problème en linguistique ?** Etude de quelques cas. In : Cahiers de quelques de l'ILSL, n° 6, Paris, 1995, 7-15.

\_\_\_\_\_. Pour une linguistique de l'énonciation. **Formalisation et opération de réperage**. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a.

\_\_\_\_\_. Pour une linguistique de l'énonciation. **Domaine notionnel**. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

DALLA PRIA, Albano. Para um direcionamento do estudo do adjetivo: os **processos enunciativos de variação semântica de "falso"**. Araraquara, SP, 2009. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2009.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Vol. I: O campo do signo. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993.

FRANCKEL, Jean-Jacques. **Referência, referenciação e valores referenciais**. In: VOGUÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean Jacques; PAILLARD, Denis. Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 31- 55.

FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Aspectos da teoria de Antoine Culioli**. In: ROMERO, M.; BIASOTTO-HOLMO, M. Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 87- 101.

FUCHS, Catherine. **O sujeito na teoria enunciativa de Antoine Culioli**: algumas referências. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, 7, 1984, 77-85.

GRÉSILLON, Almuth & LEBRAVE, Jean-Louis. **Qui interroge qui et pourquoi ?** In : A. Grésillon & J-L Lebrave (dir.) La langue au ras du texte, Presses Universitaires de Lille, 1984.

GUENTCHÉVA, Zlatka *et alii*. **Introduction**. In: Zlatka Guentchéva (ed.) L'énonciation médiatisée, Louvain-Paris, Peeters, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **História, sujeito, enunciação**. Cadernos de Estudos Linguísticos, 35, jul/dez, 1998. 109-116.

GUIRADELLI, Lisângela A. NOGUEIRA, Livia M. de S. M.SILVA, Janaida D. F da. SILVA, Priscila G. da. **A modalidade epistêmica nos discursos políticos**. Artigo publicado na Revista Nucleus, vol. 08 n. 02, p. 353-368, 2011.

LE QUERLER, Nicole. **Typologie des modalités**. Caen, Presses Universitaires de Caen, 1996.

LIMA, Maria. Auxiliadora. Ferreira. **O artigo no processo de construção referencial**: as operações de determinação e indeterminação. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara (SP), 1997.

\_\_\_\_\_. **Operações Enunciativas de Antoine Culioli**: alguns aspectos teóricos. Expressão. Revista do Departamento de Letras/ UFPI. v.4, n.1. Teresina: UFPI, 2000.

LOPES, Márcia Cristina Romero. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical**: a polissemia redimensionada; estudo dos verbos jouer e changer. São Paulo, 2000. Tese de doutorado.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. **Linguistic Semantics**: An introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Aborder la linguistique**. Paris, Éditions du Seuil, 2009.

MORENO, Antonio. **Aspectos da Negação no Português – Uma Abordagem Enunciativa**. Dissertação de Doutoramento em Linguística (Semântica). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Portugal, 2005.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigo de opinião**. Rio de Janeiro, RJ, 2006. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Corre Voz no jornalismo do início do século XIX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Fátima. **Questões sobre modalidade em Português**. In: Cadernos de Semântica, 15, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993, p. 01-29.

PARRET, H. **La Pragmatique des Modalités**. In: Langages, 43, Paris: Didier-Larousse, 1976, p. 47-63.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 4ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1990.

PINTO, Milton José. **Análise semântica de línguas naturais: caminhos e obstáculos**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.

POTTIER, Bernard. **Représentations mentales et catégorisations linguistiques**. Paris, Éditions Peeters, 2000.

TFOUNI, Leda V. PEREIRA, Anderson C. MOSCA, Lineide L. S. Rumo à palavra certa: **checagens e modalidade epistêmica no jogo discursivo de narrativas orais**. Artigo publicado na Revista Acta Scientiarum, vol: 35 n. 04, p. 331-336. Maringá: 2013.

VALETIM, Helena Topa. **Cotexto e contexto: formas linguísticas e possibilidades de interpretação do enunciado**. In: Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. (Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva. Universidade de Évora. 2010.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2000.

VOGÜÉ, Sarah de. **La transitivité comme question théorique: querelle entre La Théorie des Positions de J. C. Milner et la Théorie des Opérations Prédicatives et Enonciatives d'Antoine Culioli**, LINX 24, Sur la Transitivité dans les langues, 1991, 37-65.

\_\_\_\_\_. **Culioli após Benveniste**. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean Jacques; PAILLARD, Denis. Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011, p. 57-85.

WEINREICH, Uriel, **Pesquisas em teoria semântica**. In: A semântica na linguística moderna: o léxico. Seleção, introdução e revisão técnica de Lúcia Maria Pinheiro Lobato, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

## BIBLIOGRAFIA

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAMPOS. **Os articuladores, as categorias verbais e o verbo russo**. 1957. (Versão mimeografada).

CARVALHO, Ivo Sodré de. **Marcas de modalidade epistêmica em textos opinativos orais**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento (Org.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

KATO, Mary & CASTILHO, Ataliba. **Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicador?** Volume 7. São Paulo: DELTA, 1991. 409-423.

LIMA, M. A. Ferreira. (Org.) Colóquios linguísticos e literários: **enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos**. Teresina: EDUFPI, 2011.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NORMAND, Claudine. **Saussure-Benveniste**. In: Cahiers Ferdinand de Saussure: revuesuisse de linguistique générale, n 56, 2004.

SILVA, Tarcilane Fernandes da. **Um estudo semântico-enunciativo dos verbos tomar e levar no português**. Dissertação de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina: 2015.

SILVA, Augusto Soares da. (org.) **Linguagem e cognição**. A Perspectiva da linguística cognitiva. Braga, Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia: 325-340, 2001.